

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Myla Freire Machado Fernandes

EDUCAÇÃO POLÍTICA EM MINAS GERAIS:

reflexões, iniciativas, desafios e aprendizados

Belo Horizonte

2018

Myla Freire Machado Fernandes

EDUCAÇÃO POLÍTICA EM MINAS GERAIS:

reflexões, iniciativas, desafios e aprendizados

Monografia apresentada ao Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Lazzarotti Diniz Costa.

Área de concentração: Educação política.

Belo Horizonte

2018

F363e Fernandes, Myla Freire Machado.
Educação política em Minas Gerais [manuscrito]: reflexões, iniciativas, desafios e aprendizados / Myla Freire Machado Fernandes – 2018.
[9], 125f. : il.

Monografia de conclusão de curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2018.

Orientador: Bruno Lazzarotti Diniz Costa.

Bibliografia: f. 112-118.

1. Participação política – Minas Gerais. 2. Cidadania – Minas Gerais.
3. Democracia – Minas Gerais. I. Costa, Bruno Lazzarotti Diniz. II. Título.

CDU 323.21(815.1)

Myla Freire Machado Fernandes

EDUCAÇÃO POLÍTICA EM MINAS GERAIS:

reflexões, iniciativas, desafios e aprendizados

Monografia apresentada ao Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Administração Pública.

Área de concentração: Educação política.

Dr. Bruno Lazzarotti Diniz Costa - FJP (Orientador)

Me. Ágnez de Lélis Saraiva - FJP (Banca Examinadora)

Dr^a. Maria Marta Martins de Araújo - FJP (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 21 de junho de 2018.

À sociedade mineira, por todas as oportunidades concedidas, e, especialmente, aos entusiastas da educação política, por estimularem e sonharem junto.

AGRADECIMENTOS

À Gerência de Extensão e Relações Institucionais da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, por possibilitar, ao longo da minha formação, o contato, a experiência e o amor pela educação política.

À coordenação da Câmara Mirim de Belo Horizonte, do Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas e do Parlamento Jovem de Minas, por toda a abertura e por permitirem que o trabalho retirasse as suas contribuições para o desenvolvimento da educação política pelo setor público mineiro.

Às servidoras e aos servidores da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais, por não medirem esforços para as ajudas necessárias.

Ao Bruno Lazzarotti, por confiar nesse trabalho.

À família, por apoiar e fortalecer em todos os momentos da vida.

Ao Vitor, meu amor, por apresentar o primeiro livro lido sobre o tema e por estimular, desde o início, o desenvolvimento dessa pesquisa.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para essa construção.

Quem lamentar a desmotivação política, a crescente falta de senso comunitário e a desertificação social do sistema de vida, não deveria calar a respeito da educação política. E quem quiser calar a respeito de educação política, não deveria fazer exigências de democratização, pleitear por engajamento da sociedade civil e cobrar mais oportunidades de participação. (KERSTING, 2003, p. 111).

RESUMO

Essa pesquisa tem como objeto de estudo a educação política e o seu objetivo geral é identificar, caracterizar e analisar o contexto de diferentes iniciativas de educação cidadã, são elas: a Câmara Mirim, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; o Núcleo de Estudos Sociopolíticos, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; e o Parlamento Jovem de Minas, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Pretende-se estabelecer um panorama de suas variáveis exploradas (público-alvo, abrangência, objetivos, metodologia, conteúdo, monitoramento, avaliação, duração e periodicidade) e discutir possibilidades e desafios para a construção de programas de educação para a democracia em Minas Gerais. O estudo concebe que avançar em discussões sobre educação política significa caminhar rumo ao desenvolvimento da democracia brasileira, instigando a sociedade a não ignorar o debate sobre a formação de cidadãos capazes de intervir em processos políticos em defesa da cultura democrática. A pesquisa também compreende que o contexto de desigualdades sociais e supressão de direitos existente no Brasil está relacionado à necessidade de maior desenvolvimento da educação cidadã, trazendo à tona a relevância de se fortalecer o campo acadêmico de produções relacionadas à educação cívica e situar a Administração Pública de Minas Gerais nos debates relacionados a essa temática. A metodologia qualitativa norteou a pesquisa e os procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a entrevista semiestruturada e a observação não participante. A análise da educação política no contexto da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais, por meio de seus instrumentos normativos e de planejamento, demonstrou que esse órgão, responsável por promover a educação cidadã, apesar de nobres esforços, atuou, em 2017, de forma fragmentada, envolvendo, em sua gestão financeira e orçamentária, quantidade de recursos que reflete a reduzida prioridade dada à educação política. O estudo também constatou que as variáveis exploradas no contexto das iniciativas observadas representam fatores essenciais para a consolidação desses programas, o que possibilitou a estruturação de importantes aprendizados relacionados a cada um dos aspectos abordados, subsidiando, sobretudo, as contribuições apresentadas frente ao desenvolvimento de programas de educação política pelo poder público de Minas Gerais.

Palavras-chave: Educação política. Administração Pública. Democracia. Cidadania.

ABSTRACT

This research has political education as object of study and your the general objective is to identify, characterize and analyze the context of different initiatives of citizen education, they are: the Young Chamber, of the Belo Horizonte Town Chamber; the Sociopolitical Studies Center, of the Pontifical Catholic University of Minas Gerais; and the Minas Youth Parliament, of the Legislative Assembly os State of Minas Gerais. It is intended to establish a panorama of its explored variables (target audience, comprehensiveness, objectives, methodology, content, monitoring, evaluation, duration and periodicity) and discuss possibilities and challenges for the programs construction education for democracy in Minas Gerais. The study understands that advancing in discussions about political education means moving towards in the development of Brazilian democracy, instigating society not to ignore the debate about the formation of citizens capable of intervening in political processes in defense of democratic culture. The research understand too that the social inequalities and suppression of rights context existing in Brazil is related to the need for greater development of citizen education, bringing up the relevance of strengthening the academic field productions related to civic education and to situate the Public Administration of Minas Gerais in the debates related to this theme. The qualitative methodology guided the research and the technical procedures used were the bibliographic research, the documentary research, the semi-structured interview and the non-participant observation. The analysis of political education in the context of the Secretariat of State of Human Rights, Social Participation and Citizenship of Minas Gerais, by means of its normative and planning instruments, has demonstrated that this department, responsible for promoting citizen education, despite noble efforts, has acted, in 2017, in a fragmented way, involving in its financial and budgetary management an amount of resources that reflects the reduced priority given to political education. The study also found out that the variables explored in the context of initiatives observed represent essential factors for the consolidation of these programs, which allowed the structuring of significant learning related to each one of the aspects addressed, subsidizing, above all, the contributions presented for the development of programs political education by the public power of Minas Gerais.

Keywords: Political education. Public Administration. Democracy. Citizenship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABH	Arquidiocese de Belo Horizonte
ALMG	Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Anima	Sistema Avançado de Formação
Camir/BH	Câmara Mirim de Belo Horizonte
CMBH	Câmara Municipal de Belo Horizonte
CNBB	Comissão Nacional dos Bispos do Brasil
CP/UFGM	Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais
CRDH	Centro de Referência em Direitos Humanos
EJE/TRE-MG	Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
INCT	Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
IPU	Identificadores de Procedência e Uso
LOA	Lei Orçamentária Anual
Nesp	Núcleo de Estudos Sociopolíticos
PJ Minas	Parlamento Jovem de Minas
PMDI	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PPAG	Plano Plurianual de Ação Governamental
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Sedpac/MG	Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais
Siafi/MG	Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais
Sigplan/MG	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento de Minas Gerais
Smed/BH	Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte
Subpas/MG	Subsecretaria de Estado de Participação Social de Minas Gerais
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Veasp	Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 EDUCAÇÃO POLÍTICA	21
2.1 Conceitos e objetivos	21
2.2 Resgate histórico.....	23
2.3 Educação política: cidadania, participação social e democracia	26
2.4 O atual cenário e as possíveis funções da educação política no contexto nacional.....	33
3 EXPLORANDO INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA.....	36
3.1 Caracterização.....	38
3.1.1 Câmara Mirim de Belo Horizonte	39
3.1.2 Núcleo de Estudos Sociopolíticos	46
3.1.3 Parlamento Jovem de Minas.....	51
3.2 Grau de consolidação, limitações, riscos e possibilidades de expansão	59
3.2.1 O contexto de criação.....	60
3.2.2 A educação política e o atual cenário brasileiro	61
3.2.3 A relação entre as estruturas de funcionamento e os níveis de consolidação.....	62
3.2.4 O público-alvo	63
3.2.5 A abrangência	65
3.2.6 Os objetivos.....	66
3.2.7 A metodologia.....	67
3.2.8 O conteúdo.....	72
3.2.9 O monitoramento.....	74
3.2.10 A avaliação	75
3.2.11 O tempo de duração e a periodicidade.....	76
3.2.12 Os riscos, as limitações e as possibilidades de expansão	77
3.2.13 Os ganhos e os impactos da educação política.....	80
3.2.14 As percepções sobre a educação política na Sedpac/MG.....	85
3.2.15 Os aprendizados junto às iniciativas de educação política exploradas	85
4 A EXPERIÊNCIA NA SEDPAC/MG	87
4.1 Os instrumentos normativos	88
4.2 Os instrumentos de planejamento	89

5 CONTRIBUIÇÕES PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA	100
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com os coordenadores dos programas de educação política explorados.....	119
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com um representante da Assessoria de Planejamento da Sedpac/MG.....	121
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista com uma representante da Diretoria de Políticas de Promoção dos Direitos Humanos da Sedpac/MG.....	122
ANEXO A - Critérios para avaliação da participação das escolas na Câmara Mirim de Belo Horizonte.....	123
ANEXO B – Regras para a eleição dos vereadores mirins da Câmara Mirim de Belo Horizonte.....	124
ANEXO C – Calendário de atividades da Câmara Mirim de Belo Horizonte (2017).....	126
ANEXO D – Relatório sintético das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas em 2017.....	129
ANEXO E – Câmaras municipais participantes do Parlamento Jovem de Minas 2017 por polos regionais.....	132
ANEXO F – Programação das atividades do Parlamento Jovem de Minas 2017.....	133

1 INTRODUÇÃO

O período recente da política brasileira, ao menos desde as manifestações de 2013, merece atenção e destaque por parte da sociedade civil, dos governos e da academia nacional. As incertezas que se estruturam frente ao pleno funcionamento das instituições; à possibilidade de paralisia decisória; ao protagonismo do Poder Judiciário brasileiro que traz ameaças ao Sistema de Freios e Contrapesos; aos escândalos relacionados à corrupção e às suas consequências correlatas; às questões de representatividade; e à reduzida identificação das pessoas com os partidos políticos são apenas alguns dos exemplos capazes de ilustrar, em certa medida, o delicado momento atual da história política da democracia brasileira.

Diariamente, a sociedade acompanha fatos e notícias que trazem à tona a instabilidade vivida pelo regime político do país, mas nem sempre vislumbra possíveis saídas ou luzes ao fim do túnel diante desse contexto. Dantas (2010) afirma que a filosofia política relaciona a democracia a dois elementos fundamentais: a participação e a educação, estando a participação mais relacionada a aspectos quantitativos, como a extensão do sufrágio universal, e a educação, também chamada de informação, a qualitativos, como a educação para a democracia. Questiona-se: atuar sobre tais temas se faz imprescindível na trajetória rumo ao fortalecimento da democracia?

A educação política, a participação social e a democracia, temáticas que podem ser exploradas separadamente, serão concebidas no presente trabalho como indissociáveis. Dahl [1998]/(2001)¹ aponta que a compreensão esclarecida das questões que são públicas é quesito indispensável à democracia, não compondo apenas parte de sua definição. Introduz-se, brevemente, o conceito de educação cívica. Essa concepção é capaz de estabelecer a imbricada relação entre educação política, participação social e democracia, ao considerar que o engajamento em assuntos públicos em ambientes democráticos reivindica educação, não abordando somente a educação formal, “mas também a discussão pública, a deliberação, o debate, a controvérsia, a pronta disponibilidade de informação confiável e outras instituições de uma sociedade livre.” (Ibid., p. 93). Ou seja, a participação e a expressão de ideais sociais de

¹ A data entre colchetes [1998] indica o ano de publicação original da obra, que só será indicado na primeira citação da referida obra no texto. Nas seguintes, será registrada apenas a data da edição consultada pela autora (2001).

indivíduos e grupos em cenários democráticos devem fundamentar-se em educação, sobretudo, cívica, política.

“Educação política”, “letramento político”, “conhecimento político”, “socialização política”, “educação cívica”, “educação cívica democrática”, “competência cívica”, “engajamento cívico”, “educação cidadã”, “educação para a cidadania”, “educação para a cidadania democrática”, “educação para a cidadania ativa”, “educação para a cidadania responsável”, “educação para a democracia” e “educação democrática” são apenas alguns dos termos utilizados para descrever, em resumo, as atividades que, sem deliberado viés partidário ou ideológico, são desenvolvidas com o objetivo de preparar os cidadãos para o livre exercício da política em contextos democráticos, conceito de educação política utilizado e desenvolvido pelo presente trabalho.

Cosson (2008) esclarece que alguns desses termos abarcam aspectos distintos de um mesmo fenômeno; outros, concorrentes, trazem consigo diferentes abordagens teóricas e práticas; enquanto outros, ainda, representam ênfases ou demarcações. O autor aponta que a variedade existente frente à própria denominação da educação para a democracia e os numerosos investimentos realizados em sua definição ilustram, em partes, o frágil desenvolvimento de seus processos de delimitação e institucionalização.

A despeito da discussão anterior, esse trabalho fará uso de tais múltiplas terminologias, compreendendo-as como equivalentes, em concordância com Dantas (2017, p. 10), que aponta ser

possível encontrar diferenças nesses termos de acordo com a defesa de diversos autores, mas em linhas gerais o que parece comum é o objetivo de consolidar a democracia por meio do adensamento da capacidade de o cidadão participar, compreender e atuar politicamente de forma mais consistente e a despeito de ideologias e suas variações que devem ser amplamente respeitadas.

Também em conformidade com Dantas (2017, p. 9), priorizar-se-á o uso da expressão “educação política”, escolha pelo autor baseada no conceito do cidadão alfabetizado, que, em termos políticos, seria aquele “capaz de compreender a realidade em que vive e promover suas

escolhas de acordo com a lógica democrática que ajudou a construir e busca legitimar – ou transformar – respeitando regras definidas.”. Essa preferência fundamenta-se, ainda, em virtude da concepção da política como a capacidade de o cidadão se comprometer e interferir na vida social; da valorização dos processos educativos relacionados a essa compreensão; e da consciência da necessidade de se estabelecer o rompimento com o sentido pejorativo historicamente atribuído a esse termo e a seus equivalentes, como melhor explicado ao longo do trabalho.

Concomitante à carência de educação política no contexto nacional, apontada por Mayumi e Pedreira (2016), constam os obstáculos frente ao seu processo de desenvolvimento. A título de ilustração, pode-se citar a proposta do Programa Escola sem Partido², que vai de encontro à educação para a democracia ao visar à neutralidade política educacional e desconsiderar que a prática educativa possui, segundo Paulo Freire (2002), a sua politicidade, qualidade de ser política e de não poder ser neutra; ao definir como direito dos pais que seus filhos recebam educação moral consoante às suas próprias convicções, minando a pluralidade de ideias que deve compor o espaço educacional nas democracias; e ao estabelecer demais diretrizes que solapam a lógica democrática do processo educativo³.

O Programa Escola sem Partido já recebeu posicionamento contrário por parte do Conselho Nacional de Direitos Humanos do Brasil, das Organizações das Nações Unidas e do ministro Luís Roberto Barroso, integrante do Supremo Tribunal Federal, que alegou a incompatibilidade da ideia de neutralidade trazida pelo programa com o pluralismo e a promoção da tolerância, valores preconizados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/1996). A propositura em questão é apenas um dentre tantos outros enfrentamentos que a educação política deverá superar para que se consolide no Brasil.

² Notícia veiculada em 12/11/2017 pelo Nexo Jornal apontou, a partir de informações contidas em um mapa colaborativo lançado pelo movimento Professores Contra o Escola sem Partido, que, dentre os 27 estados brasileiros, 15 tinham projetos tramitando em Assembleias Legislativas que propunham “escola sem partido”, “escola livre” ou, ainda, no caso de Pernambuco, a proibição de “qualquer temática relacionada a ideologia de gênero”. Os projetos em âmbito municipal somavam 66, em cidades de 22 estados. Em todas as esferas, apenas nove já haviam sido, de fato, aprovados.

³ A análise sobre o Programa Escola sem Partido foi realizada, sobretudo, a partir do Projeto de Lei n.º 867 de 2015. De autoria do deputado federal Izalci Lucas Ferreira (PSDB/DF), o projeto de lei pretende incluir, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”.

Evidentemente, compreende-se que a educação cívica faz parte de uma estratégia de cidadania que envolve a extensão de direitos civis, políticos e sociais, assim como se reconhece que o fortalecimento da democracia perpassa por aspectos que envolvem as instituições, sejam as regras eleitorais, o sistema partidário brasileiro, a organização interna dos Poderes e suas responsabilidades, entre outras. Torna-se necessário, portanto, compreender a educação política como um elo entre cidadãos e instituições sempre que o empoderamento por meio da prática da cidadania permitir ao indivíduo o seu reconhecimento como agente de transformação em prol da democracia.

Com o tema “Educação política em Minas Gerais: reflexões, iniciativas, desafios e aprendizados”, o presente trabalho busca responder à seguinte pergunta: como as iniciativas de educação política se caracterizam quanto ao público-alvo, à abrangência, aos objetivos, à metodologia, ao conteúdo, ao monitoramento, à avaliação, ao tempo de duração e à periodicidade⁴ e quais contribuições essa discussão pode trazer para a construção de programas de educação para a democracia em Minas Gerais?

De forma geral, objetiva-se identificar, caracterizar e analisar o grau de consolidação de distintas iniciativas mineiras de educação política, buscando estabelecer um panorama de suas variáveis exploradas a fim de discutir possibilidades e desafios para a construção de programas de educação para a democracia em Minas Gerais.

Especificamente, pretende-se: i) conceituar educação política e expor a sua justificativa para o desenvolvimento da democracia; ii) realizar o levantamento de iniciativas mineiras de educação cidadã concentradas em Belo Horizonte e selecionar três para serem estudadas; iii) caracterizar, quanto às variáveis exploradas, os programas selecionados para observação e, a partir disso, analisar os seus respectivos graus de consolidação; iv) identificar limitações, riscos e possibilidades de expansão das iniciativas exploradas; e v) discutir os instrumentos normativos e de planejamento relacionados à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais (Sedpac/MG) no âmbito da educação política para, com base nos objetivos específicos anteriores, estruturar contribuições relacionadas ao desenvolvimento de programas de educação para a democracia pelo setor público mineiro.

⁴ Variáveis exploradas na caracterização e na análise do grau de consolidação das iniciativas de educação política observadas.

Quanto às justificativas para a realização do presente trabalho, mais bem detalhadas adiante, algumas questões merecem atenção. A pesquisa “*A Cara da Democracia no Brasil*”, realizada em março de 2018 pelos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), por meio do Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação, identificou, como uma de suas principais conclusões, que os padrões de satisfação dos brasileiros com o regime democrático encontram-se nos níveis mais baixos desde 2002. Frente a esse contexto, o estudo aponta que

os últimos anos vêm mostrando mudanças importantes no comportamento, nas atitudes e nos valores dos cidadãos brasileiros com relação à democracia e a seu funcionamento no País. Alguns pontos merecem destaque: a relação com o sistema representativo aponta déficits muito significativos que se expressam no baixo grau de confiança e de avaliação das instituições, na recusa da política, dos partidos e dos políticos, constituindo percepções negativas que afetam a legitimidade do sistema. (INCT, 2018, p. 2).

Segundo Dantas, Themotheo e Woischnik (2016), o Brasil vive um dos momentos mais delicados de sua história política, sendo possível perceber, a partir de um conjunto de interpretações que nem sempre caminham em um mesmo sentido, o quão complexo é o presente da democracia brasileira e o quão distante está o país dos elementos vitais para o funcionamento de uma democracia clássica. “Parte significativa do que se verifica carrega avanços entremeados a ressalvas, nos apresentando dúvidas que se erguem como desafios profundos para pensarmos nosso futuro.” (DANTAS; THEMOTEO; WOISCHNIK, 2016, p. 7). Avançar em discussões sobre educação política significa dialogar diretamente com o fortalecimento e o desenvolvimento do regime político vigente na nação brasileira sobretudo porque, em resumo, a democracia reclama indivíduos preparados para o seu exercício.

Tratando-se da manutenção e do aprimoramento da democracia, Cosson (2010) afirma ser válido enfatizar que, como toda construção social, o regime democrático precisa ser continuamente sustentado por seus apoiadores para que permaneça vivo. O autor ressalta que os conhecimentos, as práticas e os valores desse regime político são referenciados pelas instituições, sendo, entretanto, a presença desses elementos no cotidiano da sociedade o fator de real fortalecimento da democracia. Cosson (2010) traz, ainda, que, ao processar cotidianamente esses

conhecimentos, práticas e valores, os indivíduos lhes dão realidade dinâmica, transformando-os, tornando-os seus, de seu tempo e de sua história.

Nesse contexto, é interessante recapitular aspectos históricos relevantes que dialogam com as questões expostas, como os que constam nas considerações trazidas por Medeiros (2007), que afirmam a presença do autoritarismo na formação do Brasil e atribuem o revigorecimento dessa tradição à instauração do regime militar em 1964. O cenário abordado pela autora e outros tantos fatores que caminham em direção oposta ao desenvolvimento da democracia brasileira tornam clara a realidade que impele a sociedade brasileira a não se eximir do debate sobre a formação de cidadãos capazes de intervir em processos políticos em defesa do desenvolvimento da cultura democrática.

No que diz respeito à formalização dos direitos e deveres de cidadania, situada pela Constituição Federal de 1988, Krahenbuhl (2016) considera que o seu exercício efetivo não foi necessariamente assegurado. Com a desigualdade social existente; com “uma incivilidade cotidiana feita de violência, preconceitos e discriminações”⁵; com a baixa formalidade das instituições que cedem espaço para particularismos ou clientelismos; com a confusão que se dá entre direitos e privilégios; e com o baixo grau de organização e mobilização das classes populares em defesa de seus interesses, a autora considera que a mais ampla garantia de direitos se restringe, de fato, a apenas uma parcela da população.

Nesse sentido, Krahenbuhl (2016) questiona se uma cidadania formal e destinada a quem consegue exercer os seus direitos pelo poder, pelo dinheiro, pelo prestígio social, pelos contatos, pelo “olha com quem está falando” ou pela letra da lei é efetiva e representativa quando a maior parcela da sociedade não possui informação suficiente, acesso às instituições garantidoras de direitos e condições efetivas de exercê-los, levantando também o questionamento sobre quais caminhos devem ser seguidos para que a cidadania formal se transforme em cidadania real.

Em resposta a tais indagações, a autora afirma que a construção da cidadania só avança quando se conhece os atores envolvidos; os seus interesses e as suas competências; e os direitos, os deveres e os papéis de cada um como cidadão, concluindo ser necessário, portanto, mais educação e participação política e relacionando, em certa medida, o contexto de desigualdades

⁵ Nos termos de Vera da Silva Telles (1994) contidos na obra “Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma nova Noção de Cidadania”, de Evelina Dagnino (1994, p. 93), conforme citado por Krahenbuhl (2016, p. 92).

sociais e supressão de direitos existente no Brasil à necessidade de maior desenvolvimento da educação política, avolumando as justificativas para a realização do presente trabalho.

O avanço no campo das produções acadêmicas relacionadas, essencialmente, à educação política pretende complementar os conhecimentos já existentes em seu âmbito teórico e preencher parte de suas lacunas, que se estruturam e se mantêm, muitas vezes, sobre a escassez da bibliografia específica relativa à temática abordada.

Por fim, essa pesquisa se justifica, ainda, por buscar situar a Administração Pública de Minas Gerais, especificamente a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, nos debates sobre educação política, para que, possivelmente, sejam retiradas contribuições para o desenvolvimento de programas estaduais atinentes a essa pauta.

No que se refere aos aspectos metodológicos do trabalho, é válido, inicialmente, esclarecer que, para a pesquisa alcançar as respostas desejadas, aquelas que respondam ao seu problema, é preciso que seja realizado adequado delineamento de pesquisa. Segundo Raupp e Beuren (2006), o delineamento é um processo que, intrínseco à pesquisa científica, norteia o pesquisador na busca por respostas para determinado problema e implica a escolha de um plano para que a investigação seja conduzida, trata-se de sua metodologia.

Utilizando a categorização de Gil (2010), essa pesquisa se classifica, quanto aos seus objetivos mais gerais, como descritiva, objetivando a descrição das características de determinada população, podendo, também, ser elaborada com a finalidade de identificação de possíveis relações entre variáveis. O autor aponta que é grande o número de pesquisas que podem ser classificadas como descritivas e indica que a maioria das que são realizadas com objetivos profissionais encontra-se provavelmente enquadrada nessa categoria.

Gil (2010) afirma que as pesquisas descritivas podem se aproximar das explicativas, quando vão além da simples identificação da existência de relações entre as variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação, bem como podem se aproximar das exploratórias, embora sejam definidas como descritivas quanto aos seus objetivos, quando acabam servindo, sobretudo, para proporcionar uma nova visão sobre determinado problema.

A metodologia que norteia a presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e, com base em Marconi e Lakatos (2006), preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e fornecendo análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc. Quanto aos procedimentos técnicos empregados, utilizou-se: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevista semiestruturada e observação não participante.

Gil (2010) estabelece que a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, incluindo, tradicionalmente, livros, revistas, jornais e outros meios, não deixando de englobar, entretanto, demais tipos de fontes em virtude da disseminação de novos formatos de informação, como discos, fitas magnéticas e materiais disponibilizados pela *internet*. O autor aponta também que a revisão bibliográfica, que pode ser caracterizada como pesquisa bibliográfica, é desenvolvida com vistas a fornecer fundamentação teórica ao trabalho e permitir a identificação do atual estágio do conhecimento relacionado ao tema estudado.

A pesquisa documental, por sua vez, ainda segundo Gil (2010), apresenta muitos pontos de semelhança com a pesquisa bibliográfica, visto que as duas modalidades valem-se de dados já existentes, estando a diferença central na natureza das fontes utilizadas. Enquanto a pesquisa bibliográfica é fundamentada em material elaborado por diversos autores com o objetivo típico de ser lido por públicos específicos, a pesquisa documental dispõe de variados tipos de documentos elaborados com distintas finalidades. O autor relata também que existem fontes que ora são consideradas documentais, ora bibliográficas, recomendando-se, geralmente, que a fonte seja considerada documental quando o material consultado for interno à organização e bibliográfica quando o material for obtido em bibliotecas ou bases de dados.

Conforme Marconi e Lakatos (2006), a entrevista semiestruturada, também chamada de despadronizada, assistemática, antropológica e livre, é identificada quando o entrevistador tem liberdade para desenvolver as situações em qualquer direção que considerar adequada, sendo, portanto, uma forma de poder explorar mais amplamente a questão que é pesquisada. As autoras apontam, ainda, que a observação não participante se define pelo contato do pesquisador com a comunidade, grupo ou realidade estudada, sem, entretanto, integrar-se a ela, ou seja, o observador participa do fato, mas sem atuação efetiva ou envolvimento, e age como espectador, sendo o procedimento, porém, de caráter sistemático.

A pesquisa bibliográfica foi realizada, em suma, com o objetivo de explorar e desenvolver os conhecimentos já existentes sobre o tema estudado, a educação política, e sobre as demais matérias relacionadas ao desenvolvimento do trabalho. A pesquisa documental, a entrevista semiestruturada e a observação não participante foram procedimentos metodológicos utilizados, sobretudo, no âmbito da caracterização, da análise do grau de consolidação e da compreensão das limitações, dos riscos e das possibilidades de expansão das iniciativas mineiras de educação política exploradas, são elas: a Câmara Mirim, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; o Núcleo de Estudos Sociopolíticos, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; e o Parlamento Jovem de Minas, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Ressalta-se que a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada também subsidiaram os estudos acerca dos instrumentos normativos e de planejamento da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais no âmbito da educação política.

O presente trabalho é composto por seis capítulos, incluindo a seção introdutória, primeiro capítulo. A segunda seção se destina à abordagem de aspectos teóricos relevantes ao debate proposto sobre educação política, enquanto a terceira aborda a caracterização, a análise do grau de consolidação, as limitações, os riscos e as possibilidades de expansão das iniciativas de educação cidadã observadas. O quarto capítulo trata dos instrumentos normativos e de planejamento relacionados à Sedpac/MG no âmbito da educação política e o quinto apresenta contribuições frente ao desenvolvimento de programas de formação cidadã pelo poder público mineiro. Por fim, o sexto e último capítulo refere-se às considerações finais.

2 EDUCAÇÃO POLÍTICA

O presente capítulo se destina à abordagem de aspectos teóricos relevantes ao debate proposto sobre educação política, que envolve os seus conceitos e objetivos, o resgate histórico do seu processo de desenvolvimento no contexto nacional, a compreensão da sua relação com a cidadania, com a participação social e com a democracia, o seu atual cenário no contexto nacional e, por fim, as suas possíveis funções. Metodologicamente, para a construção dessa seção, utilizou-se a pesquisa bibliográfica.

2.1 Conceitos e objetivos

Muitas foram, e ainda são, as investidas realizadas nas definições, abordagens e nomenclaturas relacionadas à educação política e às suas atividades. Inicialmente, faz-se essencial conceituá-las, estabelecendo o que são e quais os seus objetivos, para que se delimite o campo de análise do presente trabalho e para que seja possível o desenvolvimento de outras discussões atinentes a essa temática.

Não pretende-se, entretanto, adentrar nas particularidades dos termos designados por diferentes autores à educação política e, conseqüentemente, às suas iniciativas, já que serão considerados equivalentes ou sinônimos, mantendo-se a preferência, entretanto, pela aplicação da expressão “educação política”, conforme explicado anteriormente, ainda que mantida a utilização das demais denominações.

Almeida (2016) afirma que as atividades de educação política são cada vez mais comuns no Brasil, sendo possivelmente consideradas uma prática de pesquisa de profissionais das humanidades, mas, sobretudo, de educadores e cientistas sociais. O autor as caracteriza como ações dotadas de caráter didático-pedagógico que, desenvolvidas para diversos públicos, mormente a juventude, objetivam transmitir conhecimentos e informações para que se estabeleça e se desenvolva o debate sobre “questões de ordem teórica sobre política, valores democráticos, ética, cidadania, bem como a abordagem de assuntos relacionados à história política e ao

funcionamento das instituições e sua relação com a representação e a participação políticas.” (ALMEIDA, 2016, p. 17).

Reforçando as atividades desenvolvidas com jovens e adolescentes como um foco das iniciativas de educação cívica, Fuks e Casalecchi (2016) situam essas iniciativas, em linhas gerais, como programas de curto prazo nos quais os seus participantes são imersos em diferentes práticas políticas, que incluem atividades didáticas, deliberativas e participativas, com o objetivo de promover a competência cívica, própria da democracia, capacitando-os a viver conforme os valores e os princípios que orientam esse regime político. Os autores concebem, ainda, que os programas de educação política podem ser pensados enquanto catalisadores do aprendizado político, ao passo que conseguem mobilizar, de forma singular, grande fluxo informacional dificilmente reunido em outras circunstâncias, além de serem capazes de estimular não apenas o aprendizado teórico, mas também a vivência prática.

Blume (2016), autor que escreve pela *Politize!*, iniciativa voltada à educação para a democracia, conceitua educação política como um processo de transmissão de informações e conhecimentos com a finalidade de tornar acessível aos cidadãos um repertório que lhes viabilize a compreensão das nuances dos debates relacionados à política no Brasil e no mundo, preparando-os para a participação ativa na política.

Baseando-se novamente em definições provenientes das próprias iniciativas de educação política, destaca-se a conceituação pela Escola Virtual de Cidadania da educação para a democracia como o conjunto de ações orientadas para o desenvolvimento de práticas, valores e conhecimentos necessários à participação política e à vida em sociedade em ambientes democráticos. A iniciativa mencionada é da Câmara dos Deputados e promove a prática pedagógica pautada por conteúdos que, relacionados à cidadania política e à educação cívica, são capazes de dialogar com os mais diversos públicos da sociedade.

Após o reconhecimento da pluralidade do termo letramento, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), conforme citado por Cosson (2010, p. 15), considera que

letramento é a habilidade de identificar, entender, interpretar, criar, comunicar e calcular, usando materiais impressos e escritos associados com contextos variados. Letramento envolve um contínuo de aprendizagem habilitando os indivíduos a alcançar seus objetivos, desenvolver seus conhecimentos e potencial e participar plenamente em suas comunidades e sociedade em geral. (Unesco, 2004, p. 13).

A partir dessa definição, Cosson (2010) aponta o letramento político como aquele que se processa no contexto político, ou seja, a habilidade de, politicamente, interagir, considerando que não existe, em uma sociedade letrada, como a brasileira, atividade ou setor social que não seja permeado pela escrita. O autor ainda afirma ser possível compreender, por meio da concepção de letramento tomada como norte, que não há um ponto específico a partir do qual se possa afirmar que uma pessoa é ou não letrada politicamente. Trata-se, portanto, do letramento político como um processo de aprendizado que se faz permanente e se efetiva tanto em termos de crescimento e empoderamento individual quanto de participação social.

Com base nas variadas definições abordadas e em busca da construção de um conceito amplo que permita o melhor desenvolvimento do presente trabalho, a educação política e as suas iniciativas serão compreendidas como atividades que, sem deliberado viés partidário ou ideológico, são desenvolvidas com o objetivo de preparar os cidadãos para o livre exercício da política em contextos democráticos. Pretende-se que esse conceito se traduza nos processos educativos relacionados à capacidade do indivíduo de se comprometer e interferir na vida social e na respectiva valorização desses processos, assim como objetiva-se que o emprego do termo educação política contribua para o rompimento do sentido pejorativo historicamente atribuído aos seus sinônimos e às suas expressões equivalentes, conforme explicado a seguir.

2.2 Resgate histórico

Para possibilitar a melhor compreensão do atual cenário da educação política no Brasil e para que as discussões relacionadas a essa temática possam ser aprofundadas, é interessante, antes, realizar resgate histórico a fim de alcançar e entender, desde as primeiras iniciativas, o seu processo de desenvolvimento.

Resende (2010) produziu consolidada linha do tempo da educação política escolar no Brasil e, a partir de suas considerações, construiu-se a observação do seu desenvolvimento histórico. Embora esse resgate se concentre no âmbito formal escolar, explorá-lo se torna interessante na medida em que são refletidas consequências que também repercutem no contexto da educação política desenvolvida para além desse espaço. É relevante explicitar que realizar esse mesmo levantamento para a educação política que não compõe o espaço escolar exigiria esforços heróicos, já que esse mapeamento, ainda hoje, não se faz consolidado.

Segundo Resende (2010), com o estabelecimento da República, foram inauguradas as primeiras iniciativas de educação política no contexto formal da educação brasileira. Essas iniciativas integravam parte de um processo que pretendia eliminar a autoridade religiosa sobre a educação, exercida desde o Brasil Colônia, principalmente, pelos jesuítas. Em 1925, no governo de Artur Bernardes, foi implantada a disciplina Instrução Moral e Cívica, obrigatória para o primeiro ano do ensino secundário, que trazia, segundo Josgribelrt (1998), conforme citado por Resende (2010), a noção positiva dos deveres dos cidadãos em seus papéis sociais, nas grandes comemorações nacionais, nos fatos da história da pátria e nos momentos representativos de fases históricas do país, dentre outras circunstâncias.

Em 1931, no Governo Provisório de Getúlio Vargas, a disciplina Instrução Moral e Cívica foi eliminada do currículo escolar secundário via reformas educacionais executadas por Francisco Campos, de acordo Resende (2010). Com isso, pretendia-se afirmar que o compromisso da escola de formar cidadãos para a democracia não seria executado por meio de ideias, mas pela prática dos estudantes em uma escola democraticamente organizada. Durante a Assembleia Constituinte de 1934, considerou-se a introdução da disciplina obrigatória Educação Moral e Cívica em todos os níveis de ensino com a finalidade de disciplinar o povo e construir um Estado forte, mas essa iniciativa não foi aprovada na versão final da Constituição, que vislumbrou o ensino religioso como instrumento mantenedor da autoridade e da hierarquia.

Resende (2010) aponta que nova reforma educacional, liderada por Gustavo Capanema, em 1942, tratou da Educação Moral e Cívica não como disciplina específica, mas como conteúdo que deveria perpassar todo o processo educativo de nível secundário. Com isso, pretendia-se formar o caráter do corpo estudantil e desenvolver a sua consciência patriótica, sendo o estudo

das questões nacionais e a construção dos valores cívicos atribuições, sobretudo, dos cursos de História, Geografia e Canto Orfeônico.

Com o início de novo período ditatorial no Brasil, em 1964, outra vez é trazida à tona a discussão sobre uma disciplina escolar de moral e civismo na educação nacional. Em 1969, conforme Resende (2010), essa disciplina se tornou obrigatória nos diferentes níveis de ensino e desdobrou-se nas matérias Educação Moral e Cívica; Organização Social e Política Brasileira; e Estudos dos Problemas Brasileiros. Com o objetivo último de conter ideias subversivas ao regime em vigor à época, esses conteúdos integravam uma ideologia moralizadora e defensora dos valores nacionais no contexto de uma estratégia de segurança nacional.

Neste período são desenvolvidos os princípios, objetivos e conteúdos destas disciplinas, que podem ser sintetizados como a defesa da democracia e da liberdade com responsabilidade; da preservação dos valores espirituais e éticos da nacionalidade brasileira; do fortalecimento da unidade nacional, do culto à pátria e de suas tradições e instituições; do aprimoramento do caráter, com valorização da moralidade, do respeito às leis e da dedicação ao trabalho, à família e à comunidade; do conhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos e da organização social, política e econômica do país e do preparo dos indivíduos para o exercício das atividades cívicas visando ao bem comum. Do ponto de vista institucional, a legislação sobre o tema da época também tratou de estabelecer um órgão dedicado a planejar, implementar e fiscalizar o ensino destas disciplinas de educação cívica: a Comissão Nacional de Moral e Civismo. (RESENDE, 2010, p. 21).

Até o início de 1990, ainda segundo Resende (2010), a disciplina Educação Moral e Cívica e suas correlatas, Organização Social e Política Brasileira e Estudos dos Problemas Brasileiros, se mantiveram nos currículos escolares, quando foram formalmente eliminadas. Conforme o autor, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional manteve tal orientação e não definiu nenhuma disciplina específica voltada à formação política dos jovens, adotando a visão pedagógica que compreende que a formação para a cidadania deve ocorrer durante todo o processo educativo escolar e não em determinados momentos ou por meio de disciplinas específicas.

A partir da contextualização do processo histórico de desenvolvimento da educação política escolar no Brasil, Resende (2010) ressalta que, embora a disciplina Educação Moral e Cívica e suas “disciplinas irmãs” tenham sido usadas repetidas vezes para subverter a ideologia

oficial do regime militar vigente entre 1964 e 1985, desenvolveu-se entendimento pejorativo sobre a expressão “educação cívica” por parte dos educadores e mesmo da sociedade, pois o termo passou a ser relacionado à doutrinação política e à educação que, com viés ideológico, visou disseminar para os estudantes os valores oficiais que justificavam e sustentavam o regime militar à época, conforme Filgueiras (2006) e Klarosk (2005), citados por Resende (2010).

Por fim, Resende (2010) explica que a expressão “educação cívica”, em outros contextos políticos e intelectuais, dialoga, principalmente, com o significado neutro ou positivo de educar os indivíduos para a compreensão e a prática de seus direitos e deveres como membros de uma comunidade política enquanto, no Brasil, muitas vezes usada como sinônimo do termo “educação para a cidadania”, tornou-se suspeita ou mesmo nociva.

2.3 Educação política: cidadania, participação social e democracia

De acordo com Moraes (2010), desde 1985, com o restabelecimento do Estado de Direito, a consolidação da democracia brasileira e as condições sociais e políticas para o pleno exercício da cidadania têm sido construídas. A autora aponta que, com a retomada da rota democrática, observou-se a estreita relação entre a garantia de direitos sociais e os processos educativos voltados ao “legítimo conceito de cidadania”. Para a melhor compreensão desse contexto, é oportuno desenvolver a relação que se estabelece entre educação política, cidadania, participação social e democracia.

Moraes (2010, p. 44) ressalta que muito ainda precisa ser feito para a conquista de práticas, por parte dos mais diversos setores da sociedade, que sejam, de fato, cidadãs, pois, apesar dos avanços auferidos com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que garantiu direitos políticos e dissolveu arbitrariedades antes estabelecidas em leis, ainda hoje “deparamo-nos cotidianamente com a exclusão social de grupos vulneráveis, desigualdade de direitos, violências e perda da confiança nas instituições políticas, sociais e jurídicas.”.

A autora concebe que o trabalho desenvolvido em busca da sensibilização orientada ao conhecimento das práticas políticas e à sua relevância para a vida democrática permite a construção de uma cidadania pautada na ética e na ideia dialógica da educação inclusiva, na qual

as eleições livres, o debate constante e a participação popular, sobretudo no âmbito político, estreitam os laços entre o cidadão comum e os Poderes do Estado Democrático de Direito.

Ainda conforme Morais (2010, p. 50), a educação política “possibilita o diálogo entre cidadãos pertencentes a uma mesma sociedade e, conseqüentemente, ergue a participação política como estratégia fundamental para a garantia de direitos e para a efetiva transformação social.”. A autora afirma que a autonomia política se concretiza por meio da discussão dos assuntos públicos e da busca coletiva por soluções para os problemas sociais, políticos e econômicos da sociedade, ou seja, materializa-se, também, por meio da educação política.

Cambaúva (2016), por sua vez, aponta que, no debate sobre a qualidade dos regimes democráticos, um dos argumentos centrais é a importância da educação que objetiva o preparo dos cidadãos para usufruírem plenamente de seus direitos, exercerem suas funções enquanto eleitores e se envolverem em discussões político-partidárias, ou seja, trata-se, de forma geral, da construção das competências necessárias para as atividades políticas.

Nesse sentido, a autora considera que a cidadania requer informação para exercer a sua participação na vida política, alinhando, assim, a educação ao interesse, à participação social e à qualidade dessa participação. Com o mesmo entendimento, Júnior e Dantas (2004) apontam que a educação torna-se central ao conceito de cidadania, assumindo o papel fundamental da promoção da conscientização necessária à evolução do sujeito como cidadão.

Desenvolvendo ainda mais a relação que se estabelece entre educação política, cidadania, participação social e democracia, Dantas (2017) afirma que não são poucos os filósofos e pensadores que, há séculos, compreendem a educação política como fator essencial à consolidação da democracia. Sobre isso, o autor construiu sólido compilado que, de início, recapitula, ainda na Grécia Clássica, Platão e Aristóteles, que já falavam sobre a necessidade de se formar cidadãos para o exercício pleno da política.

Avançando, o autor perpassa por Thomas More, que, entre os séculos XV e XVI, em sua obra *Utopia*, interpretou a Filosofia como ciência que, oportuna à ação política, deve ser praticada, abarcando também autores que, entre os séculos XVIII e XIX, apontaram importantes elementos capazes de relacionar a formação dos cidadãos para a escolha de seus representantes ao preparo intelectual. Como exemplo, pode-se citar Alexis de Tocqueville, que defendia a eleição indireta do modelo norte-americano em função do risco que os eleitores corriam de serem traídos por suas paixões; Montesquieu, que compreendia a necessidade da existência de uma boa

orientação aos que escolhem os representantes, com debate, troca de informações e bom senso; e Thomas Jefferson, que tratava a educação como a maior garantia de liberdade e afastamento da corrupção, acreditando que os cidadãos educados estariam mais bem preparados para a escolha de seus representantes.

Com base no arcabouço teórico construído a partir dos pensadores citados, Dantas (2017) aponta que, de certa maneira, esses autores sugerem sistemas de pesos ao cidadão, alinhando-se o maior nível educacional ao maior valor das escolhas políticas. Prosseguindo no desenvolvimento do resgate histórico já iniciado, Dantas (2017) aborda John Stuart Mill, inglês que, ainda no século XIX, divide os cidadãos em ativos e passivos, sendo o caráter ativo dos cidadãos aspecto fundamental à democracia.

Adentrando ao século XX, o autor afirma ser possível verificar um conjunto ainda maior de pensadores em defesa da conscientização política como fator essencial à manutenção da democracia: Robert Dahl introduz a educação cívica; Norberto Bobbio considera a educação política como “a promessa não cumprida da democracia”, o que resultaria em males à própria democracia e na demanda por esse preparo; Anthony Downs, ao objetivar compreender a democracia a partir da teoria econômica, explicita que uma decisão precisa de informação para que possa ser tomada de forma consciente; e Theodor H. Marshall indica a educação cidadã como elemento indispensável para a transformação do “homem em cavalheiro”, etapa fundamental para a construção da consciência necessária à vida em sociedade.

Já no século XXI, Dantas (2017) destaca que, frente aos desafios de uma intensa crise dos modelos tradicionais de democracia, diversos autores debatem e investigam questões relacionadas à educação: Archon Fung aponta que os modelos de participação exigem a necessidade da criação de material educacional com o propósito de orientar decisões e deliberações enquanto Michael Coppedge, ao buscar compreender as variedades de democracia, utiliza como aspecto de análise, dentre diversas variáveis e dimensões, a necessidade de se entender de que modo os estudantes de determinada sociedade recebem educação de qualidade capaz de garantir a participação democrática e cidadã.

James Fishkin, por sua vez, ao abordar a democracia deliberativa, concebe que um dos seus principais desafios é fazer com que a sociedade “pense sobre suas decisões” ao passo que Larry Diamond, que busca compreender o que interpreta como “espírito da democracia” e que mantém a “cultura política” como aspecto central em seu argumento, aponta para a importância,

em determinados contextos, de uma educação que seja capaz de permitir que o povo sustente o modelo democrático ou que procure por esse modelo, desvencilhando-se do autoritarismo.

Dantas (2017) reconhece que a contextualização teórica construída sem rigor acadêmico expressivo sobre parte do debate relacionado à educação política a partir de diversos filósofos, estudos e tempos pretende ilustrar os desafios concernentes ao debate sobre essa temática, concluindo ser “essencial então que sejam garantidas condições mínimas de conhecimento político para a consolidação da democracia aos indivíduos universalmente inscritos como eleitores. Isso seria ofertado por meio da ‘educação política’.” (DANTAS, 2017, p. 23).

A partir do exposto, é interessante deixar claro que a educação política envolve, ao menos, dois eixos de formação: o que se refere à redução da assimetria de informações e ao conhecimento das regras do jogo democrático e o que se relaciona à formação de atitudes, conhecimentos e valores democráticos. Compreende-se que a educação política abarca esses eixos e, em resumo, refere-se aos processos que pretendam preparar o cidadão para a vida política em ambientes democráticos.

Dahl (2001) utiliza a palavra democracia para se referir a “governos de verdade”, não ideais, que, até certo ponto, mas não completamente, correspondam aos critérios de um processo democrático, já que nenhum estado jamais possuiu um governo que estivesse plenamente de acordo com esses critérios, sendo também provável que isso não aconteça.

Nesse contexto, o autor elenca as condições para que o processo democrático se cumpra, são elas: a participação efetiva, definindo que, antes que uma política seja adotada, todos os cidadãos devem ter iguais e efetivas oportunidades para fazer os outros cidadãos conhecerem as suas opiniões sobre qual deveria ser essa política; a igualdade de voto, indicando que, ao chegar o momento da tomada de decisão sobre a política, todos os cidadãos devem ter oportunidades iguais e efetivas de voto, devendo ser todos os votos contados como iguais; o entendimento esclarecido, dizendo que, dentro de limites razoáveis de tempo, cada cidadão deve ter oportunidades iguais e efetivas de aprender sobre as políticas alternativas importantes e suas consequências prováveis; o controle do programa de planejamento, apontando que os cidadãos devem ter a oportunidade exclusiva para decidir como e, se preferirem, quais as questões que devem ser colocadas no planejamento; e a inclusão dos adultos, estabelecendo que todos ou, de qualquer maneira, a maioria dos adultos residentes permanentes deveriam ter o pleno direito de cidadãos implícito no primeiro critério.

Ao critério da compreensão esclarecida, essencial ao processo democrático, Dahl (2001) dá o nome de educação cívica. O autor indica que as mudanças incrementais, também chamadas de solução convencional, com todas as suas imperfeições, podem produzir grandes mudanças por meio de seu avanço gradual e têm muito a ser dito a seu favor em relação ao alcance de um bom nível de competência cívica pelos cidadãos. Entretanto, Dahl (2001) aponta receio quanto à satisfatoriedade futura desse tipo de mudança devido a três fatores que parecem ter a possibilidade de tornar essa solução bastante insuficiente, são eles: a escala, a complexidade e a comunicação, variáveis que impõem exigências cada vez maiores ao exercício da cidadania.

Dahl (2001) afirma que os referidos fatores relacionam-se às mudanças na escala, já que, devido à maior internacionalização, as ações que afetam consideravelmente a vida dos cidadãos abrangem áreas cada vez mais extensas e números de pessoas cada vez maiores dentro de seus limites; à maior complexidade da compreensão dos negócios públicos, pois, embora o nível médio da educação formal tenha crescido em todos os países democráticos, a dificuldade para o entendimento das questões públicas também cresceu em razão da expansão de diferentes assuntos que interessam aos políticos, ao governo e ao Estado nesses países, podendo até mesmo ter superado as conquistas de níveis superiores de educação; e, por fim, ao aumento da quantidade bruta de informação disponível sobre questões políticas em todos os níveis de complexidade, que não necessariamente se fez acompanhado de maior competência ou compreensão por parte dos cidadãos.

Frente a esse contexto, Dahl (2001, p. 207-208) afirma que

uma das necessidades imperativas dos países democráticos é melhorar a capacidade do cidadão de se envolver de modo inteligente na vida política. Não pretendo sugerir que as instituições para a educação cívica criadas nos séculos XIX e XX devam ser abandonadas, mas acredito que nos próximos anos essas velhas instituições precisarão ser melhoradas pelos novos meios da educação cívica, da participação política, da informação e da deliberação que usam criativamente a série de técnicas e tecnologias disponível no século XX. Mal começamos a pensar a sério a respeito dessas possibilidades, menos ainda a testá-las em experimentos de pequena escala... Será que os países democráticos – novos, antigos ou em transição – conseguirão corresponder a essas dificuldades e a outras que certamente terão de enfrentar? Se falharem, a lacuna entre ideais e realidades democráticas, já grande, aumentará bem mais, e a era de triunfo democrático será seguida por uma era de decadência e queda da democracia.

É importante explicitar que avançar em discussões sobre educação política, cidadania, participação social e democracia implica o desenvolvimento de debates atinentes a questões relacionadas, como a garantia de direitos, sobretudo políticos, o enfrentamento das desigualdades

sociais e o rompimento com heranças autoritárias, assuntos que são inerentes à história e à realidade da democracia brasileira e que também impulsionaram a realização do presente trabalho.

Dahl (2001) elenca dez consequências desejáveis das democracias, são elas: ajudam a evitar o governo de autocratas cruéis e corruptos; garantem a seus cidadãos uma série de direitos fundamentais que os sistemas não democráticos não concedem e não podem conceder; asseguram a seus cidadãos uma liberdade pessoal mais ampla do que qualquer alternativa viável a ela; ajudam as pessoas a proteger seus próprios interesses fundamentais; podem proporcionar uma oportunidade máxima para as pessoas exercitarem a liberdade da autodeterminação, ou seja, viverem sob leis de sua própria escolha; podem propiciar uma oportunidade máxima de exercer a responsabilidade moral; promovem o desenvolvimento humano mais plenamente do que qualquer opção viável; podem possibilitar um grau relativamente elevado de igualdade política; não guerreiam umas contra as outras; e tendem a ser mais prósperas do que países com governos não democráticos, estando as duas últimas consequências relacionadas às democracias modernas. A seguir, serão desenvolvidas, dentre as consequências apresentadas, aquelas que mais diretamente se relacionam ao tema central do trabalho, a educação política, e dialogam com as questões apresentadas no parágrafo anterior.

Para o autor, o dano que é imputado por governos populares – expressão abrangente que engloba governos democráticos e governos “democráticos de maneira diferente”, nos quais significativa parcela da população adulta é excluída do sufrágio e de outros meios de participação política – às pessoas que vivem sob sua jurisdição e são forçadas à obediência de suas leis, ainda que estejam privadas do direito de participar do governo, impõe maiores dificuldades às ideias e práticas democráticas, visto que essas pessoas são governadas, mas não governam. A solução para essa situação é evidente, mas nem sempre é facilmente colocada em prática: “os direitos democráticos devem ser estendidos aos membros dos grupos excluídos.” (DAHL, 2001, p. 60).

Em resposta, por sua vez, ao questionamento frequentemente levantado em relação aos prejuízos provocados por governos populares à minoria de cidadãos que possuem o direito de voto, mas são vencidos pela maioria, Dahl (2001) afirma que nenhum governo é capaz de criar todas as suas leis de forma que nenhuma delas fira os interesses de qualquer cidadão e aponta que a questão que deve ser explorada é se, em longo prazo, há a probabilidade de um processo democrático prejudicar menos os direitos e interesses fundamentais de seus cidadãos do que

qualquer alternativa não democrática. Os governos democráticos correspondem a essa exigência melhor do que os governos não democráticos porque, no mínimo, previnem os desmandos de autocracias no governo. Assim, ao passo que a educação cívica é considerada fator fundamental à democracia, passa a compreender a ampliação de direitos a grupos excluídos e a proteção dos interesses fundamentais dos cidadãos frente aos governos não democráticos.

Considerando que os direitos se tornam necessários às entidades políticas democráticas, Dahl (2001) afirma que a democracia é, intrinsecamente, um sistema de direitos, já que essas garantias estão entre os blocos essenciais da construção de um governo democrático, tomando como óbvio que, para que se satisfaça cada um dos critérios do processo democrático, já expostos, se faz indispensável que o sistema político garanta certos direitos aos seus cidadãos.

O autor ainda esclarece que nenhum governo não democrático, por definição, permite esse amplo leque de direitos políticos aos seus cidadãos, ou súditos, e, caso o faça, por definição, se tornará democrático, embora se reconheça que essa diferença não se restringe a meras definições, pois, para o alcance das exigências da democracia, é preciso que os direitos nela inerentes sejam realmente cumpridos, mantendo-se, na prática, à disposição dos cidadãos. Dahl (2001) enfatiza também que instituições que protegem e proporcionam oportunidades e direitos fundamentais democráticos são necessárias não na qualidade de condição logicamente necessária, mas na condição empiricamente imprescindível para a democracia existir. Nesse sentido, ao caminhar rumo ao desenvolvimento da democracia, a educação cívica se relaciona à garantia de direitos que, efetivamente, se cumpram na prática democrática e cidadã.

Adentrando, por fim, aos aspectos de igualdade política e competência cívica, Dahl (2001) afirma ser indiscutível a necessidade de instituições políticas e sociais que ajudem os cidadãos a serem civicamente competentes e, em defesa da educação política em prol da democracia, enfatiza que

se as instituições destinadas à educação pública são fracas, resta apenas uma solução satisfatória: elas devem ser reforçadas. Todos os que acreditam em metas democráticas são obrigados a buscar maneiras pelas quais os cidadãos possam adquirir a competência de que precisam. Talvez as instituições para educação cívica criadas nos países democráticos durante os séculos XIX e XX já não sejam adequadas. Se assim for, os países democráticos terão de criar novas instituições para complementar as antigas. (DAHL, p. 94).

2.4 O atual cenário e as possíveis funções da educação política no contexto nacional

Contextualizando e situando a localização das instituições que se destinam à educação cívica no contexto nacional, Almeida (2016) introduz que as ações de educação política podem ser implementadas de forma transversal a outros conteúdos escolares formais ou ocupar o calendário de ações de formação de instituições públicas e/ou privadas, entidades ou organizações da sociedade civil organizada, o que é mais comum no Brasil.

O autor informa que, com o advento das Escolas do Legislativo, não é incomum que câmaras municipais e assembleias legislativas estaduais organizem atividades de formação política abertas para a sociedade ou formem departamento específico para o desenvolvimento dessas atividades, ressaltando que outros órgãos governamentais têm concentrado esforços na promoção de ações dessa espécie, não sendo raros os partidos políticos e as organizações da sociedade civil que, sistematicamente, as fomentam.

Em breve resgate histórico, Dantas (2017) recupera que, entre os anos 90 e o começo dos anos 2000, eram elaboradas cartilhas ilustrativas com textos simples que objetivavam tornar clara a importância do voto para os cidadãos, recordando também que as igrejas católicas e os seus grupos de discussão política, bem como parcela de outros setores, como a Justiça Eleitoral, as empresas e as Escolas do Legislativo, foram instituições incentivadoras desse tipo de material no Brasil.

O autor considera ser possível afirmar, a partir do crescente número de projetos e iniciativas, que a educação política tem sido fortalecida e consolidada, visto que, nos anos 2000, o universo dessas ações era expressivamente menor e, mesmo em 2010, o mapeamento dessas atividades ainda era tarefa difícil, que, praticada em 2016, realizou-se com maior facilidade. Dantas (2017) ainda pontua que, com o incremento de novas tecnologias e o crescente ativismo e interesse da sociedade por política, apesar da relação não tão boa de muitos com os seus aspectos mais formais e institucionais, foi possível verificar um crescimento expressivo das ações de educação política no Brasil.

As funções que são atribuídas às atividades de educação política são diversas e refletem, em certa medida, o olhar que é dado a esse tipo de iniciativa. Almeida (2016) aposta que a

construção de um programa de educação política mais conveniente e, por isso, mais simétrico, por parte de quem promove essas iniciativas, deve perpassar pelo diálogo a respeito do senso comum sobre política a partir de questões históricas, éticas e institucionais, desconstruindo lugares comuns que, muitas vezes, podem ser reforçados por ações de educação política que privilegiam a ideia de sua necessidade antes de seu lugar.

Krahenbuhl (2016), por sua vez, sugere que é necessário mais educação política para a construção da cidadania, que se inicia com o reconhecimento do cidadão como sujeito de direitos e deveres, afirmando, entretanto, não ser o bastante a existência de um regime democrático ou o avanço na defesa dos direitos sociais para essa construção, sendo vital que os direitos sejam afirmados pelo ângulo das relações sociais e que haja uma cultura pública democrática capaz de reconhecer a legitimidade dos conflitos e da diversidade dos valores e interesses pleiteados como direitos, elementos que a formação política deve envolver.

De forma sucinta, a Escola Virtual de Cidadania da Câmara dos Deputados pontua que a educação política vai ao encontro do desejo da sociedade por mais participação social e das ações institucionais que caminham no sentido de aproximar a sociedade da política, compreendendo ser esse o caminho para o fortalecimento e aprimoramento da democracia.

Blume (2016), por sua vez, acredita que a oferta e a disseminação da educação política para a população constituem o pontapé inicial para a politização e a conscientização da sociedade. O autor julga que esse contexto produz potencial capaz de render benefícios à democracia brasileira e ressalta que refletir sobre política propicia o pensar na coletividade, implica o exercício da empatia, ao passo que os indivíduos são expostos às visões dos outros, e leva, sobretudo, as pessoas a pensarem no seu papel como cidadãos e no impacto de suas ações para a sociedade.

O autor também aponta que a educação política é essencial por oportunizar ferramentas para a cidadania, e, dessa forma, empoderar pessoas, grupos e comunidades, afirmando, ainda, crer ser necessário que o planejamento de suas atividades perpassasse pelas instituições nacionais, por quem faz a política, pelas bandeiras políticas, pela desconstrução de visões negativas sobre política e pela defesa de valores imprescindíveis à convivência democrática, como a tolerância às

diferenças, o direito ao contraditório, a ética, a responsabilidade, o reconhecimento do outro e a incompatibilidade com as manifestações de ódio e discriminação.

A presente pesquisa pretende conhecer e analisar a função de contribuição do funcionamento e dos aprendizados de distintas iniciativas mineiras de educação política frente à discussão e ao desenvolvimento de programas de formação cidadã pelo poder público de Minas Gerais.

Pensar, repensar e avançar em discussões sobre o desenvolvimento da educação política, proposta do presente trabalho, são ações alinhadas ao contexto nacional. Forlini e Fernandes (2016) indicam que, no país, são vários os estudos que demonstram a urgente necessidade de fortalecimento dos processos de educação política. Trazer esse debate para o campo da Administração Pública de Minas Gerais, algo também pretendido, torna-se essencial quando lembrado que as práticas de educação política “deveriam ser estimuladas como políticas públicas, tendo como objetivo a promoção de uma democracia de qualidade, cujos princípios subjacentes não estejam apenas no plano institucional, mas na prática cotidiana dos seus cidadãos.” (FUKS; CASALECCHI, 2016, p. 160).

Por fim, nesse sentido, Romão aponta que, com os protestos de junho de 2013, talvez seja possível aprender que, de alguma forma,

o mundo da política institucional e das políticas públicas precisa entrar em compasso com uma sociedade que se modifica com rapidez, que exigirá cada vez mais melhores serviços públicos, mas que, por enquanto, mantém-se longe das instâncias de tomada de decisão. Deve-se pensar em formas de aproximar esses dois mundos e colocá-las efetivamente em prática. (ROMÃO, 2013, p. 17).

3 EXPLORANDO INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA

Esse capítulo se destina à caracterização e à análise do grau de consolidação das iniciativas mineiras de educação política exploradas, são elas: a Câmara Mirim, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; o Núcleo de Estudos Sociopolíticos, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; e o Parlamento Jovem de Minas, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A caracterização abordará o público-alvo, a abrangência, os objetivos, a metodologia, o conteúdo, o monitoramento, a avaliação, o tempo de duração e a periodicidade dos programas de educação política estudados. A investigação terá como base o ano de 2017 para que seja possível a observação de ciclos completos das referidas iniciativas a partir do ano mais recente que possibilita essa análise.

A escolha dos programas observados ocorreu após ampla pesquisa e identificação de iniciativas mineiras, sobretudo concentradas em Belo Horizonte, em prol do melhor desenvolvimento da pesquisa. Com base na pretensão do presente trabalho de retirar contribuições para o desenvolvimento de programas voltados à educação política em Minas Gerais, o critério que fundamentou a seleção das iniciativas exploradas foi o reconhecimento do nível de estruturação e consolidação desses programas, visto que se compreendeu que programas estruturados e consolidados seriam mais adequados para partilharem aprendizados com o setor público. O número de iniciativas investigadas foi definido com base nos recursos disponíveis para a execução do presente trabalho, especialmente no que diz respeito ao tempo disponível para a realização da pesquisa e à localização acessível dos programas estudados.

Compreende-se que a análise das variáveis selecionadas para a construção da caracterização das iniciativas observadas é capaz de subsidiar o diagnóstico dos respectivos níveis de consolidação desses programas. Isso porque a definição do público-alvo permite investigar o empenho da iniciativa em atingi-lo; o grau de abrangência possibilita aferir a sua amplitude e a sua aproximação do cumprimento de metas; os objetivos refletem a sua finalidade; a metodologia retrata a sua identidade e a sua compreensão pedagógica sobre educação política; o conteúdo representa a ênfase dada ao que deve ser explorado; o monitoramento simboliza a capacidade de controle de seus processos e de reação a eventuais imprevistos; a avaliação corresponde à identificação de obstáculos e à sua busca por melhorias; o tempo de duração

aponta o prazo para a realização de um ciclo completo da iniciativa; e, por fim, a periodicidade evidencia a frequência e a regularidade do programa ao longo do tempo e, possivelmente, o seu nível de consolidação e legitimidade institucional. Com esses elementos, pretende-se realizar o levantamento dos pontos centrais do funcionamento de cada iniciativa, apresentar os seus respectivos padrões de consolidação e explorar os seus riscos, limitações e possibilidades de expansão.

É interessante destacar que esse capítulo dialoga, principalmente, com a seção posterior que apresentará as contribuições da pesquisa frente ao desenvolvimento de programas de educação política pelo setor público mineiro, já que esses aprendizados foram estruturados, sobretudo, durante a elaboração do presente capítulo.

Metodologicamente, para a construção dessa seção, realizou-se: pesquisa documental de materiais internos e externos aos programas observados, com o objetivo de compreensão do funcionamento, em aspectos mais amplos, de cada iniciativa; entrevista semiestruturada com os seus respectivos coordenadores, cujo roteiro consta no Apêndice A, em busca de aprofundar o conhecimento das variáveis analisadas e coletar opiniões e percepções de agentes que possuem experiência no trato com atividades de educação política sobre questões contextuais; e observação não participante das realizações dos programas, em busca de acompanhá-los para além da teoria, captando possíveis nuances capazes de enriquecer o trabalho.

Especificamente, a pesquisa documental foi considerada imprescindível, já que buscou-se explorar a estrutura de funcionamento das iniciativas de educação política estudadas, conteúdo presente, principalmente, em documentos internos e externos aos programas. As entrevistas com os coordenadores dessas iniciativas, por sua vez, foram pensadas com a pretensão de, em diálogo com as pessoas consideradas mais preparadas para conversar sobre os programas, coletar informações aprofundadas relacionadas não apenas às respectivas organizações das iniciativas, mas também às suas contribuições ao setor público, no que se refere ao desenvolvimento de programas de educação para a democracia, às suas limitações, às suas possibilidades de expansão, dentre outras vivências, com base nas concepções dos entrevistados. Por fim, a observação não participante buscou a aproximação com o cotidiano de atividades de cada iniciativa, valorizando possíveis aprendizados em cenário prático e não restrito à teoria.

A seguir, apresenta-se o Quadro 1, que sintetiza as variáveis exploradas no contexto das iniciativas observadas.

Quadro 1 - Síntese das variáveis exploradas no contexto das iniciativas observadas

Público-alvo	Público que a iniciativa pretende alcançar; variável que permite a investigação dos esforços do programa em atingi-lo.
Abrangência	Amplitude da iniciativa; elemento que possibilita aferir a aproximação do programa do cumprimento de suas metas e objetivos.
Objetivos	Finalidades da iniciativa; aspecto que viabiliza a análise do alcance dos objetivos pretendidos pelo programa.
Metodologia	Identidade e compreensão pedagógica da iniciativa sobre educação política; variável que aponta o funcionamento e a organização dos programas.
Conteúdo	Ênfase dada ao que deve ser explorado pela iniciativa; elemento que evidencia a prioridade frente aos conteúdos a serem desenvolvidos pelos programas.
Monitoramento	Capacidade de controle de processos e de reação a eventuais imprevistos da iniciativa; aspecto que reflete o amadurecimento da organização do programa.
Avaliação	Identificação de obstáculos e busca por melhorias por parte da iniciativa; variável que sinaliza a pretensão de avaliação e desenvolvimento do programa.
Tempo de duração	Prazo para a realização de um ciclo completo da iniciativa; elemento que apresenta a organização do programa para concretizar as suas realizações dentro desse período de tempo.
Periodicidade	Frequência e regularidade da iniciativa ao longo do tempo; aspecto que possivelmente revela o nível de consolidação e legitimidade institucional alcançado pelo programa.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.1 Caracterização

Essa seção apresentará a caracterização dos programas de educação política explorados com base no ano de 2017, que será estruturada a partir das variáveis público-alvo, abrangência,

objetivos, metodologia, conteúdo, monitoramento, avaliação, tempo de duração e periodicidade. Apesar de a caracterização se fundamentar em fatos e processos já ocorridos, os verbos serão utilizados, muitas vezes, no presente histórico com o objetivo de dar vivacidade ao texto, realçar os acontecimentos descritos e explicitar que a maioria das ações expostas realiza-se, ainda em 2018, nos mesmos moldes.

3.1.1 Câmara Mirim de Belo Horizonte

A Câmara Mirim de Belo Horizonte⁶ (Camir/BH) é uma iniciativa da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), que atua em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (Smed/BH), a Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (EJE/TRE-MG) e o Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (CP/UFMG).

Em 2017, a Camir/BH completou a sua décima legislatura. Considera-se que, ao longo desses dez anos, a iniciativa passou por um contínuo processo de aprimoramento, de forma a permitir que o seu conteúdo, os seus objetivos e, em especial, o seu modelo pedagógico atingissem nível bastante significativo de amadurecimento. A análise do programa foi realizada com base no ano de 2017, último ciclo passível de ser observado em sua completude até o desenvolvimento do presente trabalho.

O programa possui como público-alvo os alunos dos anos finais do ensino fundamental que cursam o turno diurno da rede pública escolar de Belo Horizonte, ou seja, os estudantes do 3º ciclo (7º ao 9º ano) que tenham aulas de manhã ou à tarde nas escolas municipais.

Em dez anos de atividades educativas realizadas na Câmara Municipal de Belo Horizonte e nas escolas participantes da iniciativa, a Camir/BH envolveu 422 alunos eleitos vereadores mirins, termo designado aos participantes diretos do projeto, e mais dezenas de milhares de estudantes, que participaram como eleitores, debateram temas importantes para a sociedade, discutiram propostas para a solução de problemas, por eles próprios detectados, de comunidades

⁶ A caracterização da Câmara Mirim de Belo Horizonte foi realizada com base no Projeto Câmara Mirim 2017, documento interno da iniciativa.

locais e de toda a cidade e as encaminharam, ao final de cada edição, para a Comissão de Participação Popular da CMBH.

Especificamente no ano de 2017, o projeto envolveu 45 vereadores mirins e um público potencial direto de 3.113 estudantes da rede pública municipal de ensino. Os vereadores mirins são os participantes diretos da Camir/BH e denominou-se público potencial direto o somatório dos estudantes que cursam o 3º ciclo das escolas participantes do programa e que, possivelmente, são envolvidos nas atividades que buscam ampliar os aprendizados da iniciativa realizando os seus repasses para além dos vereadores mirins e alcançando, potencialmente, outros alunos do mesmo nível escolar. Percebe-se, assim, que há diferentes níveis de participação no programa.

Com o objetivo principal de formar cidadãos conscientes e politicamente críticos para serem agentes transformadores da sociedade, a Camir/BH busca promover a educação para a cidadania por meio da formação política e do debate sobre temas de ordem social, ambiental, econômica e política por alunos da rede municipal de ensino e do Centro Pedagógico da UFMG.

Considera-se que o programa propicia conhecimentos específicos sobre a instituição legislativa municipal aos seus participantes, contribui para a educação política dos estudantes e enriquece o conteúdo multidisciplinar da rede pública de ensino do município. A Camir/BH também atua na divulgação e no esclarecimento sobre a importância do Poder Legislativo em sociedades democráticas, buscando fomentar uma imagem positiva do Legislativo e fortalecer a sua aproximação com a população.

O programa apresenta, ao final de cada edição, a produção de conhecimento expressa em propostas formuladas pelos vereadores mirins e encaminhadas para a CMBH, que podem materializar-se em normas ou iniciativas em prol da melhoria da qualidade de vida da cidade.

Apontou-se que o foco claro na educação para a cidadania, a autonomia da coordenação da iniciativa para promover adequações necessárias e o apoio institucional da CMBH, da Smed/BH, da EJE/TRE-MG e do CP/UFMG, que arcam com recursos humanos e financeiros, têm sido fatores fundamentais para a viabilização da Câmara Mirim de Belo Horizonte. A iniciativa é executada por meio de convênio de cooperação técnica celebrado entre as instituições mencionadas.

As atribuições dos atores parceiros encontram-se previamente definidas. A CMBH é responsável pela coordenação do programa, conjuntamente com a Smed/BH, a EJE/TRE-MG e o CP/UFGM, e pela execução das atividades da iniciativa em suas dependências, por meio da Escola do Legislativo; da Divisão de Desenvolvimento Psicofuncional, via Diretoria de Recursos Humanos; e da Divisão de Consultoria Legislativa, via Diretoria do Processo Legislativo, setores da CMBH que disponibilizam condições administrativas, humanas e materiais necessárias ao desenvolvimento do programa.

As atividades de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte são a coordenação conjunta da Camir/BH, a definição das escolas participantes, a liberação de alunos, professores e/ou servidores para a composição do público do programa e a disponibilização de condições administrativas, humanas e materiais necessárias para a efetiva execução da iniciativa.

A Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MG, por sua vez, participa da coordenação conjunta da iniciativa, contribui para o processo eleitoral eletrônico dos vereadores mirins, auxilia nas deliberações sobre os recursos eleitorais interpostos pelas escolas e pelos vereadores mirins, disponibiliza palestras para os alunos das escolas participantes sobre conteúdos de Direito Eleitoral e participa das reuniões de planejamento e avaliação das etapas do programa, além de exercer outras atividades a que se propuser e que sejam de interesse da Camir/BH.

Por fim, o Centro Pedagógico da UFGM participa da coordenação conjunta da Camir/BH, compõe o parlamento mirim com a eleição de quatro vereadores mirins, organiza a campanha eleitoral em sua própria instituição, libera alunos, professores e/ou servidores para a operacionalização das atividades do programa realizadas em suas dependências, disponibiliza condições administrativas, humanas e materiais necessárias ao desenvolvimento da iniciativa e atende às demais contrapartidas definidas em convênio estabelecido com a CMBH.

Julga-se que as parcerias firmadas e a determinação da equipe integrante do programa, que afirma acreditar nas ações de transformação social, têm assegurado à Camir/BH a projeção nacional no gênero. Como consequência, a Escola do Legislativo da CMBH tem exportado *know-how* para diversas câmaras municipais que buscam orientações sobre a criação de câmaras mirins ou sobre a promoção de mudanças nas câmaras mirins já existentes em prol do alcance de

melhores resultados pedagógicos. Esse contexto tem refletido o nome da Câmara Municipal de Belo Horizonte em todo o Brasil, sobretudo no que diz respeito à atuação do Legislativo frente ao fortalecimento da democracia por meio da educação.

A iniciativa, que mantém o seu foco no Poder Legislativo municipal, utiliza a formação de um parlamento mirim como instrumento pedagógico e metodológico. Em 2017, dez escolas municipais participaram da Camir/BH, sete foram indicadas para a edição pela Smed/BH e três foram selecionadas por meio de critérios de desempenho entre as participantes de 2016, conforme regras definidas no Anexo A. Além das escolas, participou o Centro Pedagógico da UFMG. As dez escolas e o CP/UFMG elegeram quatro vereadores mirins por instituição, sendo que a escola que possuía o maior número de turmas dos anos finais do turno diurno do ensino fundamental elegeu cinco vereadores mirins, totalizando quarenta e cinco vereadores mirins.

Em novembro de 2016, a Camir/BH já se envolvia na gestão do programa para a edição de 2017, realizando reuniões na EJE/TRE-MG para o planejamento e a organização de questões relacionadas às eleições dos vereadores mirins. Em dezembro do mesmo ano, a iniciativa foi apresentada à direção das escolas que participariam da edição do ano seguinte e, em janeiro de 2017, foi realizado novo encontro com o mesmo objetivo com a direção das escolas integrantes do programa que não puderam comparecer à reunião anterior, que aconteceu em dezembro.

Destaca-se que, para o referido encontro de apresentação, é ideal que a direção das escolas já tenha indicado o seu professor-referência efetivo no programa e comunicado essa indicação à coordenação da Camir/BH. Os professores-referência constituem o principal vínculo entre a comunidade escolar e a CMBH, aponta-se que as ações por eles desenvolvidas representam fator essencial à possibilidade de alcance dos objetivos pretendidos pela iniciativa.

Em fevereiro de 2017, a Camir/BH também foi apresentada, por meio de palestra, para os juízes do TRE-MG. No mesmo mês, foi realizada reunião entre a coordenação estadual do programa e os professores-referência indicados pelas escolas para apresentação tanto da iniciativa quanto das regras do processo eleitoral mirim. Nessa ocasião, é oportuno, inclusive, o esclarecimento de dúvidas gerais em prol do entendimento básico inicial do projeto e de seu processo eleitoral, considerando que a campanha eleitoral mirim deverá ser imediatamente

iniciada após essa reunião. Essa antecedência tem o intuito de assegurar mais tempo e qualidade ao processo eleitoral.

Entre o início de fevereiro e a primeira metade do mês de março, normalmente acontece o processo eleitoral e a eleição dos vereadores mirins. Junto a essas atividades, são disponibilizadas palestras pelo TRE-MG. Já no fim de março, ocorre a sessão solene de posse dos vereadores mirins, com a realização de dinâmica de integração entre os participantes.

Considera-se que a eleição dos vereadores mirins é uma atividade educativa de cidadania que propicia aos estudantes o aprendizado da escolha democrática e responsável de seus representantes. As eleições mirins são realizadas nas escolas participantes com o auxílio logístico e técnico do TRE-MG e se apoiam nos critérios estabelecidos no Anexo B.

Em abril, comumente acontece a primeira sessão da Camir/BH, na qual os vereadores mirins e os professores-referência participam do projeto “*Visite a Câmara Especial*” e assistem à palestra “*O Estado Moderno e o Poder Legislativo*”. No mesmo mês, realiza-se a segunda sessão, quando os estudantes e os professores, em um primeiro momento, apresentam as suas respectivas escolas e aprendem sobre conteúdos legislativos diversos, como o papel dos vereadores. Em um segundo momento, os participantes da iniciativa elaboram o Regimento de Conduta da Camir/BH para a edição vigente enquanto os professores-referência são orientados sobre o seu papel e sobre o trabalho a ser desenvolvido nas escolas.

No mês de maio, com a terceira sessão, os integrantes do programa aprendem sobre conteúdos legislativos variados, como os tipos de comissões existentes no Poder Legislativo, e assistem a uma palestra temática enquanto os professores-referência participam de uma oficina de redação parlamentar. Posteriormente, os estudantes, junto aos docentes, realizam a simulação de uma audiência pública sobre determinado tema.

Na quarta sessão, que acontece em junho, a dinâmica anterior se repete, estando as alterações concentradas no conteúdo legislativo abordado, que passa a envolver, por exemplo, as competências legislativas da União, dos estados e dos municípios, nos temas da palestra temática e da simulação da audiência pública e na atividade dos professores que, nesse momento, são orientados sobre o funcionamento da Câmara Mirim da Câmara dos Deputados.

A quinta sessão, por sua vez, acontece em julho e oferece aos estudantes oficina de redação parlamentar, palestra temática e nova simulação de audiência pública. Em agosto, também são realizadas, nas escolas, oficinas de redação com a proposta de elaboração de proposições. No mesmo mês, ocorre a sexta sessão, que apresenta conteúdo legislativo sobre o funcionamento da dinâmica de um plenário, elege a Mesa Mirim, desenvolve atividades de socialização das proposições elaboradas e apresentadas pelos participantes junto à apreciação e admissão de emendas relacionadas a essas propostas e divulga o resultado da eleição para a Mesa Mirim.

Tanto a sétima quanto a oitava sessão, que acontecem, respectivamente, em setembro e em outubro, são destinadas à plenária de discussão e votação das proposições apresentadas. Ainda em outubro, é realizada sessão extra, voltada à sessão mirim que ocorre em Brasília como parte das atividades da Câmara Mirim da Câmara dos Deputados. Por fim, a nona sessão corresponde à sessão solene de encerramento e a décima à sessão de avaliação do programa, ambas previstas para o mês de novembro.

O maior detalhamento de todas as atividades realizadas pela Camir/BH em 2017, que, inclusive, mostra-se fundamental para a melhor compreensão do funcionamento da iniciativa, consta no calendário de atividades do programa para o referido ano, correspondente ao Anexo C, no qual são apresentadas as realizações da Camir/BH com os seus respectivos dias e locais, bem como encontram-se expressos o público-alvo e o conteúdo de cada uma das ações das sessões supracitadas.

É válido ressaltar que o conteúdo desenvolvido ao longo do programa engloba matérias fixas a serem trabalhadas, diretamente relacionadas ao Poder Legislativo, sobretudo em âmbito municipal, assim como compreende as sugestões de conteúdos propostas pelos participantes do projeto, fator que contribui para o engajamento dos estudantes e para a legitimidade da Camir/BH frente ao seu público-alvo.

Conforme exposto, a partir da terceira sessão da Camir/BH, junto ao conteúdo proposto pela própria iniciativa, são realizadas palestras temáticas e simulações de audiências públicas cujos assuntos trabalhados são aqueles sugeridos pelos participantes do projeto. Em virtude do tempo de duração do programa e da grande quantidade de temas propostos pelos estudantes,

alguns conteúdos, quando possível, são agrupados, outros são mais detalhados e outros, ainda, são inovados e aprofundados frente à temática inicialmente proposta, de maneira a tentar explorar o maior número de conteúdos indicados pelos integrantes da iniciativa.

A Camir/BH conta, ainda, com atividades extra sessão, que somam pontos na avaliação da participação das escolas e, por consequência, importam para a definição das três instituições que permanecerão no programa na edição seguinte. As atividades extra sessão devem pautar-se pelo protagonismo dos vereadores mirins e pelo repasse dos aprendizados sobre cidadania e sobre conteúdos específicos desenvolvidos durante o projeto para o maior número de alunos, de forma a ampliar o alcance dos objetivos de educação cidadã propostos pela iniciativa.

São consideradas atividades extra sessão aquelas criadas e planejadas em função exclusiva da Camir/BH, como as que se relacionam ao processo eleitoral mirim, aos debates, às campanhas nas escolas, à coleta e à apresentação de propostas, às atividades de repasse de conteúdos desenvolvidos ao longo do programa, às discussões coletivas dos temas das sessões, às ações de elaboração conjunta de projetos de lei e indicações e às ações de interação entre vereadores mirins, estudantes, pais e comunidade local e escolar, entre outras ações necessariamente relacionadas à Camir/BH a serem avaliadas pela coordenação da iniciativa.

No que concerne ao monitoramento do programa, é importante destacar que a coordenação da Camir/BH reúne-se ordinariamente duas vezes por mês, imediatamente antes e após as sessões mensais, em dia a ser acordado por seus membros. Essas reuniões destinam-se ao planejamento e ao monitoramento das sessões do projeto. A coordenação da iniciativa também pode reunir-se em caráter extraordinário sempre que julgar necessário, cabendo a qualquer um de seus membros a realização da convocação. Durante toda a execução do programa, a coordenação comunica-se com antecedência com as escolas e com os professores-referência para informá-los sobre as atividades que estão sendo programadas e sobre as providências e os procedimentos relacionados a essas ações.

A sessão destinada à avaliação do projeto é uma atividade introduzida desde a quinta legislatura do programa e acontecia sempre no mês de dezembro. Em 2017, entretanto, ocorreu no mês de novembro, após a sessão solene de encerramento e a diplomação dos vereadores mirins, por iniciativa da coordenação da Camir/BH, que objetivou não comprometer a agenda das

escolas no início de dezembro e facilitar a participação expressiva dessas instituições. Essa sessão conta com a participação de todos os vereadores mirins e professores-referência e, a convite, dos diretores das escolas. Trata-se de um momento destinado à participação daqueles que avaliarão o projeto para que sejam apontados os seus aspectos positivos e as suas fraquezas, bem como para que sejam apresentadas sugestões que mitiguem ou sanem os problemas levantados e qualifiquem, cada vez mais, as legislaturas subsequentes.

O tempo de duração da Camir/BH é de um ano, correspondente a uma legislatura, e a sua periodicidade, há dez anos, é anual. A segura regularidade da frequência do programa ao longo do tempo pode refletir o seu processo de consolidação e a sua legitimidade institucional.

3.1.2 Núcleo de Estudos Sociopolíticos

O projeto de criação do Núcleo de Estudos Sociopolíticos⁷ (Nesp) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) foi apresentado em 2005 por solicitação do vice-reitor da PUC Minas, atendendo ao pedido do Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política (Veasp) da Arquidiocese de Belo Horizonte (ABH), em cumprimento às decisões da 2ª Assembleia do Povo de Deus. Sua formulação tem por premissas duas dimensões institucionais que adiante se colocam.

De um lado, tem-se a missão da PUC Minas como transmissora de valores e produtora de conhecimentos, com o dever de contribuir para a compreensão dos problemas que afetam a sociedade e o desafio permanente de colocar o saber a serviço da plena realização da pessoa humana.

As Diretrizes e Normas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para as Universidades Católicas, que especificam as determinações do Código de Direito Canônico sobre as universidades católicas e as normas gerais da Constituição Apostólica “*Ex corde Ecclesiae*”, em seu 38º artigo, expressam bem essa questão quando definem que

⁷ A caracterização do Núcleo de Estudos Sociopolíticos foi realizada com base no projeto Núcleo de Estudos Sociopolíticos (2005), documento interno da iniciativa.

tendo a função de integrar organicamente os diversos ramos do conhecimento, a Universidade Católica procurará ser também um centro de estudo e formação interdisciplinares das graves questões contemporâneas, principalmente das que tangem: à relação entre a ciência e a fé; à dignidade e qualidade da vida humana; à ecologia; ao progresso tecnológico com suas implicações e impacto na cultura, nas instituições humanas e no comportamento individual e social; à economia e à solidariedade, na repartição equitativa dos bens terrestres; à justiça, à paz e à edificação de uma nova ordem social. Dar-se-á especial atenção às dimensões éticas e religiosas dessas questões. (CNBB, 2000, p. 8).

Paralelamente, tem-se o projeto de evangelização da Arquidiocese de Belo Horizonte para o triênio 2005/2008, denominado “*Igreja Viva: povo de Deus em comunhão*”, que expressa o caminho traçado pela 2ª Assembleia do Povo de Deus. No que se refere às decisões e práticas sobre a inserção social, o 2º parágrafo desse projeto propõe a necessidade de “aprofundar o conhecimento das causas da pobreza, buscando a transformação da sociedade e uma atitude mais profética, denunciando as injustiças sociais, a exclusão e a marginalização.” (ABH apud PUC MINAS, 2005, p. 3).

Para tanto, o referido documento determina, dentre outras ações, que

o Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política, em parceria com a PUC [PUC/Minas] e outros organismos, organize um Centro de Estudo Sociopolítico com os objetivos de aprofundar o conhecimento das causas da pobreza, estudar o Ensino Social da Igreja, promover a formação nessa área, incluindo a possibilidade de criação de um curso de especialização. Esse centro de Estudo será um canal para fomentar a dimensão profética da Igreja, a formação de grupos de fé e política nas comunidades e outras iniciativas específicas. (ABH apud PUC MINAS, 2005, p. 3).

Consoante a tais diretrizes e pautando-se pela identidade e missão da PUC Minas, apresentou-se a proposta de criação de um Núcleo de Estudos Sociopolíticos com o intuito principal de, em parceria com o Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política, promover a formação de leigos, sacerdotes e religiosos com a clara orientação de fomentar, ampliar e fortalecer ações sociais transformadoras no âmbito da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Fundado em 2005, o Nesp integra o Sistema Avançado de Formação (Anima) da PUC Minas e constitui-se como um núcleo de reflexão, debate e formação em conteúdos orientadores para uma atuação social engajada na construção do bem comum e na promoção da justiça e da paz à luz da Doutrina Social da Igreja.

O público-alvo do programa inclui agentes pastorais, lideranças comunitárias, presbíteros, religiosos, lideranças cristãs atuantes em funções públicas (eletivas ou não), assessores de outras

denominações religiosas e demais agentes dedicados à ação social e/ou que tenham condições de vir a atuar como multiplicadores de saberes em suas comunidades.

Especificamente, o Nesp/PUC Minas objetiva: oferecer formação qualificada a leigos, sacerdotes e religiosos visando à capacitação para o trabalho social e político de intervenção na realidade e à construção, em mútua cooperação, de uma ordem social democrática; promover a conexão entre saberes acadêmicos e populares para auxiliar os participantes de grupos pastorais, movimentos eclesiais e outros coletivos leigos e religiosos no desenvolvimento de suas capacidades de leitura e compreensão pluridimensional da realidade brasileira e, em especial, dos municípios que integram a Arquidiocese de Belo Horizonte, para que, compreendendo seus problemas, causas e consequências, possam promover e ampliar as suas atuações em contextos sociais e políticos; promover a circulação e a assimilação de saberes sobre questões relevantes do mundo contemporâneo, abrangendo diferentes campos do conhecimento e privilegiando a interdisciplinaridade; e contribuir para a formação e difusão de valores sociais e pessoais fundados na dignidade da pessoa humana e na perspectiva de sua plena realização, visando à construção de um mundo de justiça e de paz.

Atuando, ao longo dos anos, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão e contemplando diferentes campos do conhecimento de modo amplo e diversificado, com a pretensão de promover permanente reflexão sobre questões relevantes do mundo contemporâneo e contínua capacitação em conteúdos orientadores para uma atuação política de intervenção na realidade que vise à construção de uma ordem social democrática e solidária, o Nesp/PUC Minas produz e publica livros, cartilhas, livretos, vídeos e textos eletrônicos de acordo com o alcance formativo pretendido e os públicos a que se direcionam, além de realizar eventos de formação, tais como cursos, seminários e encontros.

Considerando-se que a criação do Nesp/PUC Minas vislumbrou a possibilidade de aprofundamento e conhecimento tanto da realidade nacional e internacional, em seus aspectos sociais, políticos econômicos e culturais, quanto, e especialmente, dos municípios que integram a Arquidiocese de Belo Horizonte, instalou-se uma estrutura organizada em subnúcleos de atuação distintos, porém em função de ações integradas. Assim, pretendeu-se viabilizar a associação de ações bem definidas no campo social, de modo a favorecer uma precisa inserção de agentes religiosos e leigos nos vários setores da vida cotidiana das cidades, mediante elaboração de planos de atuação em que diversas áreas possam agir na articulação de ações diferenciadas.

Os planos de atuação, incluindo as ações específicas e a priorização dessas ações, são elaborados pelo grupo gestor do Nesp, adiante detalhado, por meio da realização de levantamento de necessidades, a ser desenvolvido junto ao Veasp, às diversas regiões episcopais e aos demais grupos e coletivos associados. Nessa perspectiva, estruturaram-se subnúcleos de atuação que atuam vinculados à coordenação central do programa, são eles: o subnúcleo de pesquisa e produção de conhecimento, o subnúcleo de formação e capacitação de leigos e o subnúcleo de formação de presbíteros e religiosos.

O subnúcleo de pesquisa e produção de conhecimento é composto pelo pessoal técnico, cujo trabalho consiste em propor e realizar estudos e pesquisas que possam subsidiar tanto o trabalho dos demais subnúcleos quanto a produção de material didático e de comunicação. São suas atividades, dentre outras que poderão vir a ser julgadas necessárias no que tange à produção e divulgação de saberes: elaboração de estudos técnico-científicos no âmbito da cidadania e da análise de fenômenos sociais, políticos e econômicos presentes no mundo contemporâneo, em especial no que se refere às cidades; análise de conjuntura geopolítica em distintas áreas: educação, trabalho e renda, saúde coletiva, criança e adolescente, relações de gênero, etnias, ecologia, dentre outras; investigação, análise e divulgação de programas, métodos e técnicas de participação solidária; e identificação e divulgação de práticas bem sucedidas e de experiências de movimentos sociais e organizações onde se tenha acumulado conhecimento relevante que deva ser partilhado.

Também são atividades do referido eixo: elaboração de relatórios, súmulas e perfis de análise que subsidiem os diversos campos de atuação do Nesp/PUC Minas; criação de uma rede de troca de conhecimentos relevantes sobre o mundo contemporâneo; produção de material didático e de subsídios para a formação de agentes de campo, buscando fomentar uma atuação político-cidadã; análise de peças comunicacionais e estudos para viabilização de programas de comunicação e produção de cartilhas, folhetos, textos para *internet* e material de apoio; e elaboração de artigos, comentários, assessorias, súmulas e reflexões técnicas que possam ter divulgação segmentada na mídia e na *internet* mediante publicação do material produzido.

Ao subnúcleo de formação e capacitação de leigos compete o planejamento, a execução e o acompanhamento de ações pedagógicas de formação, informação, atualização e ensino orientado, incluindo-se cursos, oficinas, grupos de estudos, palestras e seminários dirigidos a grupos e coletivos formados por leigos. Visando propiciar a emergência de sujeitos conscientes e

autônomos nos diversos grupos sociais, aponta-se que a atuação desse subnúcleo pauta-se pelos princípios da universalidade e do pluralismo, abrindo-se, portanto, a públicos diferenciados. As ações realizadas acontecem em vários níveis, desde os mais simples aos mais complexos, de acordo com o alcance formativo pretendido e os diversos públicos a que se direcionam.

Por fim, ao subnúcleo de formação de presbíteros e religiosos cabe o planejamento, a execução e o acompanhamento de ações pedagógicas de formação e capacitação com o objetivo de despertar presbíteros e religiosos para as transformações sociais e políticas locais e globais, visando à aquisição e ao desenvolvimento de competências e habilidades para agir e instruir. Incluem-se ações diversas: cursos, seminários, debates e palestras acerca de temas que compõem o universo político e social brasileiro e mundial. Tais ações contemplarão níveis de complexidade diferenciados, adequados às necessidades dos diversos grupos religiosos. Atualmente, assim como no ano de 2017, o Nesp/PUC Minas tem apenas tangenciado esse subnúcleo, não trabalhando diretamente com a formação presbiteral.

Em razão da ampla atuação da iniciativa, tornou-se inviável a delimitação da abrangência das suas realizações para o ano de análise do presente trabalho, já que foram encontradas dificuldades no processo de aferição do número de pessoas envolvidas em todas as atividades do programa em 2017. As diversas ações realizadas pelo Nesp/PUC Minas e os respectivos conteúdos desenvolvidos em cada uma delas para o período analisado, entretanto, podem ser consultados no Anexo D.

O programa é operacionalizado por um grupo gestor composto por professores da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e por representantes do Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política e das regiões episcopais da Arquidiocese de Belo Horizonte, tendo contado também, permanentemente, com a participação de estagiários, alunos da PUC Minas.

O grupo gestor, que atua em regime colegiado, atualmente, é composto por três professores da PUC Minas, sendo um o coordenador do programa; um representante do Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política; e um representante da Região Episcopal Nossa Senhora da Esperança. É válido ressaltar que essa configuração também se manteve em 2017, ano de análise, sendo o grupo gestor do programa responsável pelas atribuições relacionadas ao monitoramento e à avaliação processual das atividades desenvolvidas, ações que não possuem prazos definidos para acontecerem em virtude da ampla atuação da iniciativa.

Para realização das atividades propostas, que não possuem tempos de duração e periodicidades padronizados, e atuação nos três subnúcleos, também estruturou-se uma rede de assessores e pessoal de campo. Entende-se por assessores o grupo constituído por técnicos, oriundos ou não da academia, e entende-se por pessoal de campo os capacitadores, com ou sem formação acadêmica, que tenham vivência e experiência comunitária no trato do público-alvo das ações pedagógicas e de ensino propostas. Com isso, espera-se conseguir uma integração produtiva entre saberes populares e acadêmicos, o que favorece o efetivo funcionamento do programa. Assim, busca-se, também, estabelecer parcerias internas com institutos, departamentos, cursos e com os vários Observatórios da própria PUC Minas, visando à realização das atividades previstas nos três subnúcleos e à obtenção de informações e dados secundários, sem que se incorra em retrabalho.

Atenta aos dilemas sociopolíticos locais e nacionais, aponta-se que a iniciativa vem se dedicando, desde a sua criação, à educação política daqueles que, engajados em movimentos sociais, pastorais e nas mais variadas atividades da sociedade civil organizada, têm buscado cooperar nas principais questões de seu tempo. Considera-se que o programa faz um trabalho em rede, contando com parcerias com diversos organismos sociais e eclesiais e objetivando a difusão de informações, a promoção do conhecimento sobre questões sociopolíticas e o estímulo à prática de boas ações de mobilização social.

3.1.3 Parlamento Jovem de Minas

O Parlamento Jovem de Minas⁸ (PJ Minas) é uma iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), realizada em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e as câmaras municipais participantes.

A ALMG, por meio da Escola do Legislativo, e a PUC Minas, por meio do Instituto de Ciências Sociais e da Pró-Reitoria de Extensão, exercem a coordenação estadual do PJ Minas. Nos polos, a coordenação regional é exercida por uma das câmaras municipais e, nos municípios, pelas próprias câmaras municipais.

⁸ A caracterização da iniciativa foi realizada com base em informações disponibilizadas no sítio eletrônico do programa.

Em 2017, o PJ Minas completou 14 anos. Organizado em uma ampla rede de educação legislativa, o programa utiliza a formação de um parlamento mirim como instrumento pedagógico e metodológico e executa um projeto anualmente, no qual os jovens escolhem um tema de relevância social a ser trabalhado nos municípios e, com o fim da edição, encaminham propostas de ação legislativa relacionadas à temática para as câmaras municipais e para a ALMG. Voltado aos estudantes do ensino médio dos municípios mineiros, considera-se que o PJ Minas cria a oportunidade para que esse público, especialmente, conheça melhor a política e os instrumentos de participação no Poder Legislativo, sobretudo nos contextos municipais e estaduais.

A cada ano, os jovens escolhem um tema de impacto social e vivenciam atividades de estudo, debates e deliberações que contribuem para a sua formação política. Em 2017, a 14ª edição do programa envolveu 2.000 estudantes; 274 escolas, sendo a maioria da rede pública de ensino; 138 monitores; 133 coordenadores; 63 câmaras municipais, sendo 21 ingressantes; e 115 instituições parceiras. No Anexo E, constam as câmaras municipais participantes, divididas por polos regionais.

A iniciativa, programa de formação política e educação legislativa, visa ao empoderamento dos estudantes do ensino médio para que eles desenvolvam ações sociais e políticas, sobretudo aquelas que proporcionem uma interlocução com o Legislativo. Especificamente, objetiva-se: estimular a formação política e cidadã de estudantes por meio de atividades que os levem a compreender melhor a organização dos Poderes, especialmente do Legislativo, e a importância da participação popular nos parlamentos; incentivar o envolvimento das câmaras municipais em atividades de educação para a cidadania e fortalecer o Legislativo municipal; propiciar espaço para a vivência em situações de estudos, pesquisas, debates, negociações e escolhas, respeitando-se as diferentes opiniões; e levar os jovens a se interessarem pela agenda sociopolítica de seu município e pelo exercício da participação democrática em discussões e decisões de questões relevantes para a comunidade.

As seis primeiras edições do programa foram restritas a Belo Horizonte, com exceção de 2006, quando o PJ Minas chegou também a Arcos e Pains. Ao longo desse período, 46 escolas foram mobilizadas, com a participação de cerca de 800 estudantes dos ensinos médio e universitário. Ao todo, por meio da Comissão de Participação Popular, foram encaminhadas 167 proposições para a apreciação da ALMG.

Em 2010, o programa ganhou a parceria de outras câmaras municipais mineiras. Nessas localidades, as câmaras mobilizaram escolas do ensino médio e fizeram parcerias com universidades, órgãos públicos, empresas e organizações da sociedade civil para a implementação da iniciativa, formando uma extensa rede de formação política e educação legislativa.

Até 2013, o PJ Minas possuía duas etapas: a municipal e a estadual. Na plenária municipal, realizada em cada município participante da iniciativa, marcava-se o final de uma etapa de trabalho composta por atividades de formação, debates e produção de propostas, discutidas e consolidadas pelos jovens. Ao final dessa construção, os integrantes do programa priorizavam determinado número de propostas, de acordo com o regulamento da edição, e as encaminhavam para a coordenação estadual do PJ Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais recebia as propostas encaminhadas pelos parlamentos jovens municipais e as consolidava em um único documento de trabalho, que era disponibilizado às câmaras municipais para que os estudantes discutissem sobre as proposições de todos os municípios e se preparassem para a plenária estadual, a ser realizada na ALMG.

A plenária estadual era o ponto culminante de mais uma etapa de trabalho, composta por atividades de estudo, debates, discussão e consolidação das propostas enviadas pelas diversas câmaras municipais participantes da iniciativa. Essas propostas eram agrupadas em um documento final a ser encaminhado à Comissão de Participação Popular da ALMG a fim de que o processo legislativo fosse iniciado.

Em 2014, o PJ Minas assumiu com mais ousadia o seu modelo em rede. A regionalização aconteceu e, com ela, a plenária regional foi implementada, de forma intermediária entre a municipal e a estadual. O novo formato possibilita ampliar os municípios a cada edição, por viabilizar a participação de mais estudantes em uma plenária intermunicipal, a plenária regional, consolidando a perspectiva da representação. A maior participação de municípios permite, por consequência, o maior número de escolas, instituições e universidades parceiras envolvidas. A ampliação dos participantes oportuniza, por sua vez, o maior amadurecimento da iniciativa por meio da possibilidade de expansão da troca de saberes, fortalecendo, naturalmente, essa rede de formação política.

Atualmente, o PJ Minas conta com três plenárias: a plenária municipal, que é realizada em cada município participante; a plenária regional, que é realizada na cidade sede do polo ou em outra cidade integrante do polo, conforme pactuado com as cidades parceiras da regional, acontecendo após as plenárias municipais; e a plenária estadual, que acontece na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

A 14ª edição do PJ Minas, referente a 2017, foi lançada em 25/08/2016 e contou com seis fases: a preparação, a implantação, a etapa municipal, a etapa regional, a etapa estadual e os desdobramentos. O Anexo F traz informações resumidas relacionadas a cada uma das mencionadas etapas para o referido ano de análise, 2017. Destaca-se que o tempo de duração do PJ Minas é de um ano e a sua periodicidade é, há quatorze anos, anual. A segura regularidade da frequência do programa ao longo do tempo pode refletir o seu processo de consolidação e a sua legitimidade institucional.

A etapa de preparação compreende a realização de todas as atividades de planejamento que antecedem o início da edição, como o relacionamento e a orientação para as câmaras ingressantes, com a observação da plenária estadual da edição anterior e o direcionamento para a participação nos Cursos de Formação Introdutória e de Formação dos Coordenadores do PJ Minas; a preparação de diretrizes, com a elaboração da minuta do calendário de atividades e do regulamento do programa; e a inscrição e realização do Curso de Formação dos Coordenadores do PJ Minas.

Com a expansão do PJ Minas, a necessidade de aperfeiçoar a capacitação dos coordenadores municipais e regionais das câmaras participantes se mostrou necessária. A capacitação abrange cursos, visitas técnicas e reuniões presenciais e virtuais. Assim, objetiva-se empoderar os parceiros, tendo em vista que a iniciativa se estrutura como um projeto em rede e considerando que o trabalho colaborativo potencializa o processo de formação política. São três categorias de cursos: Formação para Ingressantes; Formação de Coordenadores Municipais; e Formação de Coordenadores de Polo.

A etapa de implantação do PJ Minas compreende o desenvolvimento de várias ações pelas câmaras participantes, tais como: a assinatura do Termo de Adesão ao programa e o seu envio à coordenação estadual; o estabelecimento de parcerias com entidades, instituições de

educação superior e outras organizações para a execução da iniciativa no município; a divulgação do programa entre as escolas e a definição e inscrição das instituições participantes; o lançamento oficial das atividades no município, com a participação da comunidade e dos vereadores em evento nas câmaras municipais; e a seleção e capacitação dos monitores.

A etapa municipal compreende, no contexto de formação dos estudantes, o planejamento e o desenvolvimento das seguintes atividades: participação em cursos de educação a distância e em pesquisas e estudos sobre formação política e sobre o tema e os subtemas da edição; oficinas de diagnóstico local; oficinas de redação de propostas sobre o tema da edição; e oficinas sobre a dinâmica das plenárias. São marcos da etapa as ações e os eventos de relacionamento entre coordenações a nível municipal, regional e estadual e a realização da plenária municipal. Além do envio das propostas, as câmaras municipais encaminham à coordenação do polo a indicação de um tema para a edição seguinte.

Como parte da programação da etapa municipal do PJ Minas, a coordenação estadual realiza visitas técnicas aos polos. Segundo o regulamento de 2017, as visitas são uma atividade opcional. Nesses encontros, equipes da ALMG e da PUC Minas acompanham a implementação do programa e buscam fortalecer o conceito de regionalização. Trata-se do monitoramento da iniciativa, que também é realizado, sobretudo, via comunicação frequente entre coordenação estadual e coordenadores de polo durante o projeto.

Aponta-se que as visitas representam um momento de troca de experiências entre as câmaras integrantes dos polos, de aperfeiçoamento da gestão nos municípios e de definição de ações e estratégias futuras. Ao final da etapa municipal, são publicadas as proposituras priorizadas pelos estudantes para compor o documento a ser trabalhado na etapa regional. Os jovens também aprovam sugestões a serem encaminhadas às câmaras municipais, com desdobramentos locais.

A etapa regional compreende o planejamento e o desenvolvimento das seguintes atividades: estudo do documento de propostas que será discutido nas atividades da plenária regional; preparação dos estudantes para a participação nas atividades da plenária regional; discussão sobre os temas sugeridos pelos municípios do polo para a edição seguinte; planejamento e definição de diretrizes para a realização da plenária regional; realização da

plenária regional; e registro das propostas priorizadas em plataforma de educação a distância da ALMG. O processo de escolha do tema da próxima edição do PJ Minas é uma atividade paralela à etapa regional da edição em vigência. As coordenações dos polos devem ouvir os estudantes do ensino médio e enviar à coordenação estadual as sugestões de temas elencadas por eles. A conclusão desse processo ocorre paralelamente à etapa estadual.

A etapa estadual compreende o planejamento e o desenvolvimento das seguintes atividades: estudo do documento de propostas consolidadas para a plenária estadual, que será discutido pelos grupos de trabalho da plenária; estudo dos textos sobre os três temas priorizados para a edição seguinte a partir de sugestões dos estudantes aprovadas nas etapas municipais e regionais; preparação dos estudantes para a participação nos grupos de trabalho e na plenária estadual; e planejamento e realização da plenária estadual, com orientação e apoio da coordenação estadual do PJ Minas.

Paralelamente à etapa estadual, são desenvolvidas as seguintes ações: seleção dos temas pela coordenação estadual, a partir das sugestões dos estudantes e levando-se em conta critérios como viabilidade, originalidade e relevância; divulgação dos três temas priorizados pela coordenação estadual para o PJ Minas da próxima edição; realização de estudos e debates entre os estudantes do ensino médio sobre esses três temas, buscando identificar o preferido por cada município; e votação do tema da edição seguinte pelos estudantes do ensino médio na véspera da realização da plenária estadual.

A entrega do documento final do PJ Minas à Comissão de Participação Popular da ALMG acontece junto ao término da plenária estadual. A Comissão de Participação Popular é encarregada de analisar as propostas e transformá-las em requerimentos de providências, projetos de lei e outras iniciativas. O programa continua em cada município, quando as câmaras municipais reúnem estudantes, escolas e demais parceiros, apresentam os resultados dos trabalhos e mostram como a comunidade poderá acompanhar os desdobramentos das propostas apresentadas pelos estudantes da edição.

Ainda durante a plenária estadual, a coordenação do PJ Minas promove evento paralelo relacionado à gestão do programa, trata-se de reunião de trabalho com os coordenadores, momento no qual é realizada a avaliação do projeto. Nesse contexto, é válido destacar que, em

2018, o PJ Minas iniciou a implantação de novo mecanismo de avaliação que, instituído de forma processual, percorre todas as etapas do programa, não concentrando-se apenas em sua etapa final.

Os desdobramentos da edição do PJ Minas começam com a entrega oficial do documento final de propostas à Comissão de Participação Popular da ALMG. A Comissão de Participação Popular analisa o documento, o transforma em propostas de ação legislativa e, depois, dá parecer sobre essas propostas, que podem ser aprovadas na forma de projeto de lei, emenda a projeto de lei em tramitação na ALMG e requerimento de informações ou providências a órgãos públicos e a autoridades. As propostas de ação legislativa rejeitadas são arquivadas.

O tema do Parlamento Jovem de Minas 2017 foi “*Educação Política nas Escolas*”. Como acontece em todos os anos, o tema foi dividido em três subtemas com o objetivo de orientar os estudos e os debates dos participantes do programa, são eles: “*educação política e currículo*”; “*interações entre escola e sociedade na formação política dos jovens*”; e “*educação política para uma gestão democrática e participativa nas escolas*”.

A coordenação estadual do programa organizou, como de costume, um texto-base sobre o tema do PJ Minas 2017, que pode ser consultado no sítio eletrônico da iniciativa. Pretende-se que esse documento alcance todos os participantes do projeto com o objetivo de iniciar os debates sobre o tema da edição e de estabelecer um nivelamento básico entre os integrantes da iniciativa nessas discussões. É válido destacar que o texto-base funciona como um guia, sendo adequado que os estudantes procurem outras fontes de pesquisa, outras abordagens e outras notícias sobre o tema para que os debates sejam enriquecidos e os aprendizados sejam ainda maiores.

Aponta-se que, junto ao tema central do PJ Minas 2017, o programa desenvolveu conteúdos diversos que exploraram a política, a sua função na organização da sociedade e o papel do cidadão no exercício político cotidiano; desenvolveram a oralidade dos participantes para a discussão de propostas nas plenárias; e auxiliaram a redação com clareza, coesão e objetividade de proposituras para o Legislativo. A maioria dessas formações, muitas vezes mais gerais no contexto da formação política, também é disponibilizada para qualquer cidadão interessado.

A seguir, apresenta-se o Quadro 2, que sintetiza a caracterização das iniciativas exploradas.

Quadro 2 - Síntese da caracterização das iniciativas exploradas (2017)

Variáveis	Camir/BH	Nesp/PUC Minas	PJ Minas
Público-alvo	Estudantes do turno diurno dos anos finais do ensino fundamental da rede pública de Belo Horizonte.	Agentes pastorais, lideranças comunitárias e cristãs, presbíteros religiosos e demais agentes dedicados à ação social.	Estudantes do ensino médio de Minas Gerais.
Abrangência	45 vereadores mirins e 3.113 estudantes da rede municipal de ensino.	Indefinida.	2.000 estudantes; 274 escolas; 138 monitores; 133 coordenadores; 63 câmaras municipais; e 115 instituições parceiras.
Objetivos	Formar cidadãos conscientes e politicamente críticos para serem agentes transformadores da sociedade.	Promover a formação de leigos, sacerdotes e religiosos com a clara orientação de fomentar, ampliar e fortalecer ações sociais transformadoras no âmbito da Arquidiocese de Belo Horizonte.	Empoderar estudantes para que eles desenvolvam ações sociais e políticas, sobretudo aquelas que proporcionem uma interlocução com o Legislativo.
Metodologia	Parlamento mirim.	Atuação na pesquisa, na produção de conhecimentos, na formação e capacitação de leigos e na formação de presbíteros e religiosos.	Parlamento mirim.
Conteúdo	Conteúdos relacionados ao Poder Legislativo e às sugestões dos participantes.	Conteúdos diversos relacionados à atuação social e política das igrejas em defesa da democracia e da Doutrina Social da Igreja.	Conteúdos relacionados ao Poder Legislativo e às sugestões dos participantes.
Monitoramento	Realizado por meio de reuniões ordinárias que acontecem antes e após as sessões mensais.	Realizado pelo grupo gestor sem periodicidade definida.	Realizado por meio de visitas e contatos pela coordenação estadual, atividades sem periodicidades definidas.
Avaliação	Realizada em reunião ao fim da edição.	Realizada de forma processual pelo grupo gestor.	Realizada em reunião ao fim da edição, estando em curso a implantação da avaliação processual.
Tempo de duração	Ciclo de um ano.	Atividades diversas sem tempos de duração padronizados.	Ciclo de um ano.
Periodicidade	Anual, há 10 anos.	Atividades diversas sem periodicidades padronizadas, há 12 anos.	Anual, há 14 anos.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da fonte de caracterização das iniciativas exploradas.

3.2 Grau de consolidação, limitações, riscos e possibilidades de expansão

Pretende-se, a partir da caracterização e da compreensão do funcionamento das iniciativas exploradas, detalhadamente consolidadas no tópico anterior e em anexos do presente trabalho, analisar, de forma mais geral e, sobretudo, sob a ótica dos coordenadores desses programas, o vínculo que se estabelece entre o grau de consolidação das iniciativas de educação política observadas e as suas variáveis abordadas (público-alvo, abrangência, objetivos, metodologia, conteúdo, monitoramento, avaliação, tempo de duração e periodicidade), as suas limitações, os seus riscos e as suas possibilidades de expansão.

Para tanto, esse tópico utiliza-se, principalmente, das falas dos entrevistados, que aproximam os resultados iniciais do presente estudo de seu referencial teórico, comprovam aparentes pressupostos e contribuem para o resultado final do trabalho. O uso do conteúdo das entrevistas pretende legitimar e ilustrar parte das discussões apresentadas adiante. Em prol da melhor compreensão das falas e de seus contextos, expostos a seguir, esclarece-se que o Entrevistado 1 representa a coordenação da Câmara Mirim de Belo Horizonte, o Entrevistado 2 representa a coordenação do Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas e a Entrevistada 3 e o Entrevistado 4 representam a coordenação do Parlamento Jovem de Minas.

A realização das entrevistas semiestruturadas permitiu que surgissem questões interessantes relacionadas à discussão dessa seção, embora não planejadas. Essas questões também serão registradas pela compreensão de que são pontos essenciais para o enriquecimento do presente estudo, além de subsidiarem os próximos capítulos, que, respectivamente, tratarão dos instrumentos normativos e de planejamento relacionados à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais no âmbito da educação política e trarão contribuições baseadas, sobretudo, nos aprendizados contidos nesse tópico frente ao desenvolvimento de programas de educação para a democracia pelo Estado mineiro.

Para o melhor desenvolvimento da análise, alguns agrupamentos temáticos foram estruturados no texto a seguir, ora concentrando conteúdos convergentes entre as iniciativas de educação política exploradas, ora abordando especificidades de cada uma delas.

3.2.1 O contexto de criação

Os entrevistados, ao abordarem o contexto de criação dos programas, ponto explorado pelo roteiro de entrevista, levantaram questões interessantes. A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi lembrada como fator fundamental para o surgimento de instituições fomentadoras da educação política, em virtude do seu artigo 39, que trata da manutenção das escolas de governo.

O próprio Câmara Mirim é também consequência de um processo que vem acontecendo, a partir da Constituição de 88, com a criação das escolas de governo. E as escolas de governo existem no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. A partir da Constituição de 88, em que ficou determinado que os órgãos de governo deveriam criar as suas escolas de governo, além do surgimento de novas escolas, essas escolas foram também assumindo um outro perfil, porque além da formação técnica, que está descrita claramente lá na Constituição como papel das escolas, elas também descobriram um espaço de atuação que é justamente a educação cidadã. As instituições começaram a perceber que elas precisavam aproximar-se da sociedade e que a sociedade precisava ter um maior conhecimento dessas instituições. (Entrevistado 1).

O Entrevistado 1 e o Entrevistado 2, que afirmaram a não participação na formulação e no planejamento dos programas que hoje coordenam, embora tenham atuado desde as suas respectivas fundações, declararam considerar imprescindíveis, para a criação de iniciativas de educação política, o apoio político e institucional e o estabelecimento de parcerias. Hoje, ao menos a Câmara Mirim de Belo Horizonte e o Parlamento Jovem de Minas compõem o núcleo estratégico das instituições a que pertencem.

E a gente sempre tinha contato com a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que é extremamente atuante, pioneira e antecede a Constituição. A gente fazia parceria para ter treinamentos deles que nos fossem interessantes, alimentando a ideia de criação da Escola do Legislativo da Câmara de Belo Horizonte, e eles, então, nos ajudaram muito nessa questão, até que a gente conseguiu formalizar e ter um apoio político interno que apoiou a iniciativa. (Entrevistado 1).

3.2.2 A educação política e o atual cenário brasileiro

As entrevistas também percorreram a relação entre as iniciativas de educação cidadã estudadas, que representam referências nacionais no gênero, e o atual cenário social e político brasileiro.

Essa relação, baseada sobretudo na necessidade de maior desenvolvimento da educação política no contexto nacional, fator que colabora para a projeção dos programas observados nesse cenário, demonstrou que a atual conjuntura do país cria espaço importante para a discussão da educação para a democracia, mormente quando se considera o conturbado contexto político, a criminalização da política, o sentimento de desesperança no poder público por parte da sociedade, dentre outros fatores.

A questão da educação cidadã vem tomando uma importância cada vez maior e nós temos aqui essa visão clara de que precisamos fazer o máximo possível no sentido de aproximar a sociedade da nossa instituição, para que a nossa instituição seja compreendida e entendida em sua importância, principalmente no caso do Legislativo, que vem, há muitos anos, sofrendo um processo de desgaste muito grande e de falta de credibilidade pela população. (Entrevistado 1).

Deixa eu falar para você as nossas dificuldades. Por exemplo, nos últimos anos, nós vivemos um momento de imensa criminalização da política. Digamos que a velha guarda que lutou muito pela redemocratização ainda constitui, essencialmente, esses grupos politicamente engajados, que possuem poucos jovens. [...] E nós estamos justamente nessa fase em que temos a criminalização da política; a profissionalização cada vez maior dos agentes sociais, sendo instrumentalizados e colonizados onde eles atuam; e, no sentido mais amplo, uma cultura cada vez mais individualista e menos coletivista. [...] Nós temos uma cultura em que, de uma maneira geral, a criminalização da política se dá pela elite, pela mídia, pela própria religião e pelas pessoas que se acostumaram com relações políticas clientelistas e de favores e que não querem largar esse lugar, quer dizer, é uma cultura! (Entrevistado 2).

Embora você esteja trabalhando com um recorte focado para a atualidade, na verdade, não é só na atualidade, em que estamos vivendo esse contexto político mais conturbado, que a educação política deveria ser fortalecida, ela deveria ter sido fortalecida há tempos e tempos. (Entrevistada 3).

3.2.3 A relação entre as estruturas de funcionamento e os níveis de consolidação

Nesse tópico, é importante destacar que houve consenso por parte dos entrevistados sobre a existência da relação direta entre a estrutura de funcionamento dos programas de educação política observados (compreendida como o conjunto das variáveis exploradas no presente trabalho: público-alvo, abrangência, objetivos, metodologia, conteúdo, monitoramento, avaliação, tempo de duração e periodicidade) e os respectivos níveis de consolidação e amadurecimento dessas iniciativas.

De certa forma, conforme já explicitado, ao selecionar os aspectos mencionados para a orientação do estudo, tanto para a fase de caracterização quanto para a do presente tópico, partia-se, indiretamente, do pressuposto de que esses elementos seriam importantes para guiar a discussão que objetiva, sobretudo, produzir contribuições no âmbito da educação política para o setor público a partir de consolidadas iniciativas. Essa espécie de pressuposto se comprovou na prática e permitiu que fossem retiradas ideias gerais sobre a relevância de cada uma das variáveis mencionadas, de forma a permitir a estruturação de aprendizados que serão expostos adiante, cruciais para o desenvolvimento e para a legitimidade do capítulo que trará essa discussão, e, certamente, de forma geral, para todo o trabalho.

Eu acho que o projeto não requer mudanças de estrutura. Você pode pensar em boas ideias pontuais para melhorar essa ou aquela atividade e para ficar mais pedagógica e tal, alterar, às vezes, alguma coisa do conteúdo, até para uma adaptação de atualização, tudo você pode fazer, contextual, mas eu acho desnecessário mudanças na estrutura, acho que não há necessidade. Pelo menos não chegou até mim uma proposta que justificasse mudanças. [...] Eu não tenho a menor dúvida de que o fator de sucesso da iniciativa é exatamente toda essa construção metodológica e pedagógica que tem o projeto, é fundamental e é a garantia de seu sucesso. (Entrevistado 1).

Olha, quanto ao Nesp, eu posso garantir que existe essa relação [entre as variáveis exploradas e o nível de consolidação da iniciativa] porque é um núcleo que completou o seu décimo segundo ano, temos uma gestão colegiada que tem funcionado muito bem, mantivemos ao longo desse tempo um diálogo muito grande com os movimentos sociais eclesiais, somos referenciados por esses movimentos, ampliamos a nossa atuação para além da Arquidiocese de Belo Horizonte em termos de assessoria política, produção de material, etc. Eu não tenho muita dúvida. Temos um aporte institucional, que é da própria universidade, que mantém os custos, e um aporte sob o ponto de vista de

legitimidade da Arquidiocese de Belo Horizonte, que reforça o nosso trabalho. Sobre isso eu não tenho nenhuma dúvida. (Entrevistado 2).

Sem dúvidas existe essa relação [entre as variáveis exploradas e o nível de consolidação da iniciativa]. E, olha, essa definição [da estrutura de funcionamento do programa] não quer nem dizer que ela é estática, tá? A nossa é extremamente dinâmica. Inclusive, a gente está precisando é consolidar, deixar algumas coisas mais permanentes. A cada ano, você precisava mudar as formas, ainda que não mudássemos o objetivo, o público-alvo e a metodologia de discussão das propostas, a dinâmica, mas existem algumas variações e atualizações. Nós precisamos, por exemplo, mudar a proposta de gestão dessa rede em função do próprio crescimento do projeto. (Entrevistada 3).

3.2.4 O público-alvo

A partir desse tópico, iniciam-se as percepções dos entrevistados acerca da importância das variáveis analisadas no presente trabalho para o funcionamento e para a consolidação dos programas de educação política explorados.

A definição do público-alvo foi considerada importante para orientar as ações das iniciativas, junto às suas respectivas metodologias; guiar o estabelecimento de parcerias, o que também afeta aspectos metodológicos dos programas; e dialogar com os objetivos pretendidos, no sentido de influenciá-los.

Porque o projeto, queira ou não, é do Legislativo. É um projeto nascido aqui e ele diz respeito ao Legislativo, né? O resto é parceria. Embora a parceria com a Smed/BH [instituição que intermedia o alcance do público-alvo pelo programa], eu tenho que citar sempre, é o que eu chamo de parceria orgânica. A parceria com a Smed/BH é orgânica, é fundamental. A parceria com o TRE-MG e, depois, com o CP/UFMG são parcerias complementares, são parceiros que nos agregam valores e contribuem, mas o projeto não precisa deles para viver, embora o projeto precise da Smed/BH para viver como ele é, né? Porque, se ele não tiver mais a Smed/BH, ele vai ter que mudar algumas coisas, aí você teria que repensar, até mesmo, talvez, um pouco do conteúdo, do modelo pedagógico, né? Em função de você vir com um público diferenciado. (Entrevistado 1).

Determinar o público-alvo também foi ação apontada como essencial para que o foco dos programas de educação política seja mantido sobre o público, de fato, pretendido por essas

iniciativas, sobre o qual os programas pretendem surtir efeito, assim como para que sejam traçadas estratégias para que se atinja esse público.

Belo Horizonte tem cento e setenta e tantas escolas municipais, escolas de ensino fundamental, né? E elas estão espalhadas em toda a cidade, por toda a periferia da cidade e até mesmo em algumas áreas de classe média, em áreas mais nobres, mas estão, principalmente, nas periferias. Esse é o público [turno diurno dos anos finais do ensino fundamental da rede pública de ensino de Belo Horizonte] e a própria carência desse público, da própria escola pública e tudo mais, fez com que a necessidade de se criar projetos e atividades extras para esse público e não para outro, de escola privada, fosse muito mais condizente. E quem tem mais carência desse tipo de atividade é esse público. Por isso, até então, eu defendi que o programa atuasse por meio dele. O que significa, por exemplo, ampliar a iniciativa para as escolas privadas? Ampliar para as escolas privadas significa que você tem que tirar parte das escolas públicas para inserir um público da escola privada e, se você pensar bem, a partir do ponto de vista dos seus objetivos de educação cidadã, você não estaria tirando oportunidades de quem precisa para dar privilégios a quem já os tem? Eu tenho esse questionamento. (Entrevistado 1).

O Entrevistado 1 ainda considerou que o estabelecimento do público-alvo ocasiona, em certa medida, o nivelamento entre os participantes dos programas, algo considerado benéfico para o desenvolvimento das atividades realizadas pelas iniciativas, apontando que “um público muito diferenciado pode trazer grandes dificuldades porque, mesmo com uma faixa etária definida, existem pessoas que, sociologicamente e intelectualmente, trazem consigo grandes diferenças.”.

É oportuno deixar claro que a fala do Entrevistado 1, anteriormente exposta, não foi proferida no sentido de negar as consequências positivas do efeito dos pares⁹ frente ao desempenho e ao desenvolvimento dos participantes nos programas de educação política, visto que até mesmo a influência que os grupos de pares exercem sobre os seus membros por meio de exigências implícitas ou explícitas para a conformidade das atividades, crenças ou normas do grupo se dá em pares nos quais os indivíduos têm aproximadamente a mesma idade ou nível de maturidade.

Nesse sentido, a não restrição do público-alvo, dentro dos limites possíveis, foi considerada positiva ao possibilitar a expansão da atuação das iniciativas e permitir a presença de um público mais eclético, o que tende a enriquecer os programas e as suas realizações.

⁹ Efeito causado pelas relações sociais entre os alunos e seus colegas. Coleman (1966) aponta, nos principais resultados de seu trabalho, que o desempenho escolar do aluno é fortemente afetado pela influência de seus pares.

Quando o Centro Pedagógico [CP/UFMG] pleiteou a participação no projeto, porque achou que seria uma experiência interessante, nós levamos em consideração o fato de que a instituição também é uma escola pública que tem um público um pouco diferente, por ser mais eclético, diverso. O que foi negociado foi que o Centro Pedagógico [CP/UFMG] participaria. A gente entendeu que ele poderia trazer novas visões, em função de ter um público mais diferenciado e eclético do ponto de vista da sociedade e tal, com uma estrutura diferenciada e tudo. (Entrevistado 1).

Desde a criação do coletivo [Coletivo Arquidiocesano de Fé e Política, composto, também, pelo Nesp/PUC Minas], nós não fizemos nenhuma limitação em termos de representação dos vários grupos. É um coletivo que tem uma grande elasticidade em termos de participação, ou seja, às vezes, você tem reuniões com mais ou menos representantes e há também algum tipo de mobilidade, tendo em vista a dinâmica dos próprios grupos de base. Há uma diversidade bastante grande. [...] Os grupos e movimentos têm uma identidade inicial, que é uma identidade voltada para o engajamento sociopolítico de pessoas que se filiam a uma tradição religiosa, no caso, o cristianismo mais amplo, porque nós temos, também, pessoas que participam de outras igrejas cristãs. São segmentos progressistas das igrejas cristãs que articulam esses grupos e essas ações, é um recorte. (Entrevistado 2).

Por fim, a adequação dos programas de educação política e de suas atividades em busca da compreensão do contexto e da realidade de seus participantes foi ação compreendida como fundamental para o melhor desenvolvimento das iniciativas estudadas, uma vez que se aproximam dos seus respectivos públicos-alvo e de uma atuação mais eficaz e legítima perante esses grupos.

3.2.5 A abrangência

A abrangência dos programas de educação política é variável que guarda relação com as metodologias dessas iniciativas, já que as dimensões metodológicas devem estar alinhadas e adequadas ao público atendido por esses programas tanto em aspectos qualitativos quanto em quantitativos.

Nesse tópico, é interessante destacar a atuação em rede que essas iniciativas produzem e sustentam. Isso porque o alcance dos programas de educação política não pode ser mensurado de

forma individualizada ou fragmentada, visto que, muitas vezes, os seus impactos se espraiam pela sociedade através dos vínculos sociais das pessoas envolvidas nesses projetos.

Frente a essa discussão, é oportuno lembrar Fuks e Casalecchi (2016, p. 160), autores defensores de que, “embora o número de participantes seja limitado, é possível que os ganhos obtidos nos programas de socialização sejam ampliados por meio das redes sociais.”. É válido esclarecer que as atividades denominadas programas de socialização correspondem a programas de educação política.

E esse é o grande lance do projeto, porque você trabalha um projeto com quarenta e cinco meninos, mas você tem o objetivo de atingir esses quatro mil, cinco mil alunos [público-alvo total das escolas envolvidas na iniciativa]. O projeto pensa nesse público todo, pois, embora você trabalhe mais diretamente com alguns, o público não se restringe a essas pessoas, mas corresponde a todo o público das escolas. (Entrevistado 1).

Frente a esse debate, o Entrevistado 2, se referindo à ação política praticada por grupos de base relacionados ao Nesp/PUC Minas e refletindo sobre a atuação em rede dessa iniciativa, afirmou que “uma ação de micropolítica pode redundar em ações de macropolítica.”. Com essa fala, o Entrevistado 2 também refere-se à difusão do alcance dos programas de educação política.

3.2.6 Os objetivos

Os objetivos, segundo os entrevistados, devem ser claros e foram lembrados por sua importância para que os programas de educação política não se desviem de suas finalidades. Objetivos bem definidos foram considerados fundamentais para que essas iniciativas permaneçam orientadas, essencialmente, por seus propósitos, direcionando as suas realizações nesse sentido.

Inicialmente, temos que definir o objetivo. O objetivo não é formar futuros vereadores, o objetivo é formar bons cidadãos. Acreditamos que, a partir do momento que tivermos

bons cidadãos, com consciência política, entendendo como se organiza o Estado, como ele funciona, como se insere o Poder Legislativo nesse contexto, compreendendo a importância desse Poder e a importância da representação popular em uma democracia representativa, teremos bons políticos por consequência. Portanto, o objetivo é formar cidadãos, é a educação para a cidadania. (Entrevistado 1).

Então, no fundo, o nosso principal objetivo é a formação política e fazemos muita questão de ter uma atuação na base porque, digamos assim, desde o início, temos a ideia de uma educação popular voltada para esses grupos [religiosos]. Sei lá, nós não somos um departamento de ciência política, que produz material para ir para a biblioteca, para ir para a sala de aula. Nós também fazemos isso, mas isso daqui [o Nesp/PUC Minas] tem outro sentido. E boa parte do nosso material de atuação política pretende, através desses grupos e coletivos religiosos variados, articular formações permanentes nas bases. E aí, sim, utilizando variadas metodologias. (Entrevistado 2).

3.2.7 A metodologia

O aspecto metodológico, por sua vez, levantou um maior número de considerações por parte dos entrevistados. Essas considerações abarcam questões diversas relacionadas ao funcionamento e à organização dos programas de formação política observados, ou seja, às suas respectivas metodologias.

Em vários momentos, as entrevistas trataram da essencialidade da presença do caráter institucional no contexto das iniciativas de educação política e, portanto, no contexto de suas metodologias e atividades, questão que será melhor desenvolvida em tópicos futuros por se relacionar mais diretamente a eles. Já adiantando, porém, uma breve consideração nesse sentido, apresenta-se a fala do Entrevistado 2, que afirmou: “é em razão dos impactos das mudanças entre governos que eu falo que os programas de educação política não podem ser iniciativas de governo, têm que ser políticas de Estado.”.

No que se refere às discussões atinentes às metodologias dos programas de educação política explorados, foi dito que os processos metodológicos dessas iniciativas precisam valorizar adequações em prol do aprendizado de seus participantes, o que poderia ser feito por meio de uma lógica que seja palatável e de simples compreensão por esse grupo, tornando adequado, por exemplo, o abandono de certas formalidades não essenciais aos aprendizados dos integrantes desses programas.

Bom, o objetivo é a educação para a cidadania. Para isso, o quê que nós temos que fazer? Nós temos que fazer com que o processo legislativo e o Poder Legislativo sejam palatáveis para os meninos, porque é um projeto para eles e não dá para nos chafurdarmos na formalidade do processo legislativo de uma casa legislativa, né? Nós temos que simplificar. Por que isso é importante? Primeiro porque o Legislativo é uma instituição responsável pela manutenção da democracia representativa, então precisa-se compreender a ideia central da importância da representação, do porquê de precisarmos de representantes, de qual a nossa responsabilidade com isso, de qual a responsabilidade desses representantes, né? Logicamente, é necessário ter um conhecimento mínimo da estrutura do Estado no Legislativo, no Executivo e no Judiciário. (Entrevistado 1).

Outra questão interessante exposta foi a necessidade de a própria metodologia dos programas de educação política ser democraticamente estabelecida, ou seja, trata-se de sua concepção como um processo educativo.

A gente utiliza do instrumento de audiência pública como um processo de educação. É um momento bastante democrático, de bastante interação da sociedade com o Poder Legislativo. [...] Você associa a realidade do projeto ao seu processo pedagógico, à sua técnica pedagógica. [...] O conhecimento adquirido é muito mais de vivência do que de conteúdo. [...] Eu acho que a gente conseguiu criar, de fato, uma iniciativa na qual os meninos aprendem o que é uma câmara municipal e qual é o papel de um vereador, dentre outras coisas, mas, ao mesmo tempo, o projeto valoriza muito mais o aprendizado por meio da vivência de cidadão do que propriamente de vereador mirim. (Entrevistado 1).

Também foi reforçado que as iniciativas de educação política devem promover, e serem abertas a, visões distintas e contraditórios, tanto no que se refere aos processos de formação dos participantes desses programas quanto às temáticas por eles desenvolvidas.

Bem, a sessão é, por exemplo, da comissão de transporte urbano e essa comissão tem quinze vereadores mirins. Na primeira sessão, o assunto é transporte urbano, então são os vereadores mirins dessa comissão que atuarão aqui na Mesa Mirim. Os demais vereadores mirins, os outros trinta, nessa sessão, não atuarão como vereadores mirins, eles estarão lá como povo, como público presente em uma audiência pública. Em outras sessões, no trabalho das outras comissões, o vereador mirim que antes representava a sociedade passa a compor a Mesa Mirim e por aí vai. (Entrevistado 1).

A própria dinâmica de funcionamento do PJ Minas é focada para respeitar contraditórios, para respeitar ideias diferentes. As políticas públicas de educação cidadã

precisam estar alicerçadas na discussão ampla, aberta e transparente com todos os atores, respeitando, principalmente, as minorias, sejam elas minorias sociais ou empresariais, para ficar bem clara a dicotomia do meu raciocínio. [...] Praticamos um exercício de busca pelo consenso e esse é um processo didático e pedagógico de formação política e cidadã. (Entrevistado 4).

Ademais, foi considerada importante a priorização dos processos relacionados à metodologia pedagógica dos programas de educação política frente aos seus produtos finais, não no sentido de demérito em relação a esses produtos, mas com a pretensão de se evitar que as finalidades dessas iniciativas sejam por eles corrompidas.

A possibilidade de os meninos apresentarem projetos de lei e alguns desses projetos de lei irem para a Comissão de Participação Popular da Câmara Municipal de Belo Horizonte e virarem leis é uma realidade com a qual eu sempre tive muito cuidado. Eu sempre apaguei o fogo das pessoas que queriam ver projetos mirins aprovados como leis em Belo Horizonte com o receio de que o processo natural de educação cidadã desses meninos sofresse interferências externas. Se uma coisa nascesse deles e chegasse a isso, ótimo, seria, inclusive, um grande *marketing* para o projeto, mas você perseguir esse objetivo o desvirtua e permite interferências muito grandes, às vezes até no sentido de o projeto ser usado por interesses políticos. (Entrevistado 1).

No contexto da metodologia das iniciativas observadas, as assessorias e as ações colaborativas desenvolvidas por meio de parcerias internas e externas a esses programas foram destacadas. Nessa discussão, apontou-se também que os programas de educação política precisam se preocupar com a preparação e com a formação dos profissionais envolvidos em suas atividades.

E isso tudo [tratando-se do desenvolvimento das etapas da Camir/BH] acontece com a assistência de técnicos da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Durante as sessões do projeto, sempre tem alguém que compreende sobre o processo legislativo e ajuda a gente, então existe uma colaboração interna muito grande. [...] Uma coisa que ainda não falei é que, no início do projeto, em abril ou maio, os professores-referência participam de um treinamento à parte para orientá-los, de forma geral, sobre a iniciativa e para que eles possam assessorar mais adequadamente os estudantes. Isso é fundamental! Foi uma coisa que implantamos. (Entrevistado 1).

Para além do retorno dado aos participantes dos programas de educação política sobre as ações por eles desenvolvidas no contexto dessas iniciativas, elemento considerado importante para o processo de aprendizado, o quesito retorno também foi reforçado por meio de outros dois eixos, são eles: a disseminação do conteúdo e dos resultados alcançados em função desses programas.

A gente pega todos os projetos de lei elaborados pelos estudantes, os coloca em um formato e em uma linguagem mais acessíveis, procurando ser o mais fiel à ideia e ao objetivo dos projetos deles, de forma que, ao devolvê-los, a gente diz: “tá aqui os projetos de vocês, eles ficaram assim.”. Os estudantes veem o formato e observam os erros referentes à formulação do projeto, à maneira adequada de o projeto ser feito, só para ter um retorno mesmo. [...] E a iniciativa não pode se limitar à vinda de seus participantes aqui para a Câmara Municipal de Belo Horizonte, ela tem que funcionar nas escolas também. Uma coisa que precisa ficar clara é que as escolas têm o papel de fazer o repasse dos conteúdos, de ajudar a preparar a próxima sessão do projeto, de definir com os estudantes os temas a serem debatidos, etc. Existe todo um trabalho no sentido de fazer com que o projeto atinja a comunidade escolar e não se limite aos quatro vereadores mirins de cada escola, porque seria um privilégio para tão poucos de participar de uma atividade extra tão interessante. E o resto da escola? E os outros alunos? O que eles ganham com isso? A ideia era que os meninos se transformassem em produtores desse conhecimento dentro das suas próprias escolas. (Entrevistado 1).

Temos tentado sistematizar uma forma de descobrir os resultados e os desdobramentos concretos do programa no contexto das políticas públicas municipais e regionais. Por exemplo, a gente conhece as propostas que vieram para serem discutidas aqui e que entraram no processo legislativo, mas a gente não tem a informação estruturada tanto do que foi feito quanto do que ficou como resultado nos municípios. [...] A discussão que acontece no âmbito municipal vai gerar propostas municipais, regionais, estaduais e federais, não tenha dúvidas disso, e essa amplitude vai existir em qualquer temática discutida. [...] E aí que os participantes [da iniciativa], que se mobilizam, cobram e interagem, fortalecem essas políticas [de educação cidadã] lá no município e na região deles. Esse prisma é que não pode ser perdido. Não é um desenvolvimento para agora, ele tem sido sementes plantadas. (Entrevistado 4).

Também foi ressaltada a importância de se dar liberdade para os participantes dos programas de educação política atuarem frente ao desenrolar da metodologia das dinâmicas envolvidas nessas iniciativas.

Normalmente, a gente cria personagens e cria um *script* no qual a gente joga os interesses dos participantes uns contra os outros para gerar as polêmicas, né? E o interessante é que o *script* sempre funciona apenas para iniciar o debate, depois, os personagens abandonam o *script* e aí começa uma dinâmica própria de discussão, iniciada pelos estudantes. (Entrevistado 1).

São os estudantes que vão dar o tom. A gente guarda as regras dos debates e das dinâmicas para que todos os participantes possam expressar as suas ideias no tempo delimitado, a favor ou contra, no mesmo equilíbrio, mas são eles que vão dar o tom dessas discussões e de qual caminho as políticas públicas de educação cidadã devem seguir. (Entrevistada 3).

A despeito da liberdade anteriormente exposta, foi apontado que os programas de educação política que possuem uma estrutura de funcionamento predefinida, porém não engessada, encontram-se mais protegidos da possível influência de fatores externos, sobretudo políticos.

É interessante deixar claro que o grande diferencial do nosso projeto em relação às demais câmaras mirins é que, enquanto as outras câmaras mirins foram criadas tendo ali um regimento interno que amordaça o seu funcionamento, a nossa é totalmente livre. Nós temos uma estrutura predefinida, mas que, em si, é flexível, tanto que, ano após ano, fomos melhorando algumas coisinhas sem precisar de interferências políticas. (Entrevistado 1).

Outro ponto de destaque foi o papel de interface das iniciativas de educação política com a sociedade para o desenvolvimento desses programas e de seus impactos e para as suas próprias construções. Em um contexto democrático, como o observado, esse aspecto ganha relevante coloração.

Para além da educação política em âmbito formal, o Estado deve atuar em várias dimensões. A própria dimensão da sua interface com a sociedade civil é uma ação altamente formativa. Quando o Estado reconhece, na capilaridade da sociedade, agentes políticos importantes e com eles dialoga, tem-se a formação política. E qual é o nosso modelo de *establishment*? É não dialogar justamente com a sociedade, não é verdade? É criminalizar os movimentos sociais, os movimentos sindicais, os movimentos operários, os movimentos eclesiais progressistas. E isso é uma outra dimensão da formação política mais ampla. Em que sentido? No sentido de que nós reconhecemos que, no âmbito da

sociedade, existem vários atores que precisam do diálogo para a formação e construção de uma ideia de nação onde, inclusive, caibam todos. A gente há de reconhecer que os governos mais democráticos e populares do campo da esquerda abriram importantes canais de educação política quando, por exemplo, ampliaram os conselhos, os fóruns, os orçamentos participativos, que são espaços fundamentais de formação e participação política, porque ali as pessoas estão aprendendo a disputar, o tempo todo, possibilidades e orçamentos, presenciando as relações de força. Porque a formação política não é só a formação teórica, né? (Entrevistado 2).

3.2.8 O conteúdo

O conteúdo desenvolvido pelos programas de educação política observados, de forma geral, carregam especificidades atreladas às próprias iniciativas e às instituições a que pertencem, abordando, ao mesmo tempo, conteúdos mais gerais, que englobam, por exemplo, a estrutura do Estado e demais conhecimentos relacionados à formação política de seus participantes.

Os entrevistados apontaram que, embora o conteúdo desenvolvido por esses programas envolva discussões de caráter intrinsecamente político, o ideal seria que esse conteúdo não se orientasse de forma estritamente partidária, para que os processos educativos dessas iniciativas possuam um desenvolvimento livre, próprio e não vulnerável a interferências externas relacionadas a contextos ideológicos.

Nesse sentido, foi considerado relevante que o conteúdo dos programas de educação política seja adequado às diversas realidades nas quais se desenvolve, visto que os fatores políticos e partidários envolvem questões diversas a depender do contexto em questão.

Nós temos a preocupação de fazer um texto de referência neutro para orientar o projeto. Por quê? Porque é um documento da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, de uma instituição que não tem um posicionamento político, mas sim setenta e sete posicionamentos políticos e partidários. Não cabe a nós, já sabendo disso, fazer um texto com um posicionamento, mesmo sabendo que isso, às vezes, acontece, mas não intencionalmente. A gente sabe que é um risco e temos que ter esse cuidado. No ano passado, alguns municípios nos procuraram preocupados porque não sabiam como abrigar uma discussão de gênero no interior, naquele contexto ora conservador, ora muito progressista, então essas questões também passam pela coordenação estadual. (Entrevistado 4).

Com o foco na promoção da educação política também por meio de seus aspectos metodológicos, as iniciativas observadas valorizaram o empenho em garantir que a própria definição de seus conteúdos a serem desenvolvidos constitua um processo de formação política. A Câmara Mirim de Belo Horizonte e o Parlamento Jovem de Minas já consolidaram ações nesse sentido, permitindo que os temas discutidos resultem da indicação e votação por seus participantes.

A possibilidade de os participantes dos programas sugerirem e escolherem os temas a serem debatidos contribui para o desenvolvimento e legitimidade dessas iniciativas e para o envolvimento e engajamento do público que as compõem nas atividades desenvolvidas.

Logo na segunda sessão, a gente já pede para que os participantes venham trazendo sugestões de temas, ou até mesmo que nos mandem isso com antecedência. A gente faz uma agregação dos temas que se relacionam e alguns, logicamente, acabam ficando de fora. É construído um roteiro em cima disso, tentando puxar todas aquelas preocupações que os estudantes nos colocaram justamente para que eles se sintam atendidos e estimulados. (Entrevistado 1).

Frente a esse contexto, o Entrevistado 4 apontou que “todo o projeto é didático e pedagógico para a formação política e cidadã e não para a capacitação e formação nessa ou naquela temática, é diferente.”.

A definição do conteúdo a ser desenvolvido pelas iniciativas, que dispõe de certa liberdade ao ser construído junto aos participantes desses programas, também foi apontada como fator importante para o nivelamento dos integrantes frente às discussões que acontecem com o decorrer dos programas e para a preparação desses membros para a participação nas etapas subsequentes relacionadas ao próprio funcionamento das iniciativas.

Trata-se do nivelamento das discussões. O quê que acontece? Para você participar de uma discussão ou de um debate e para você construir bons argumentos, você tem que ter conhecimento. Se cada um começa a estudar um pedacinho do conteúdo do debate, você corre o risco de chegar e ter um grupo que tá com um ótimo argumento, mas o outro que vai votar não estudou aquilo, aquele ponto. É o risco de se deixar o conteúdo amplo demais. Não é impossível, mas é um risco. [...] As oficinas que são desenvolvidas com os alunos se dividem em três categorias: a de aprofundamento conceitual, a de leitura da

realidade e, por fim, a de elaboração de propostas, que exige uma capacidade de síntese. Por isso existem câmaras municipais que oferecem cursos de elaboração de propostas, nós oferecemos esse curso *online* para todos os estudantes e ele também é aberto para qualquer cidadão. (Entrevistada 3).

O conteúdo do projeto também é distribuído em função das atividades práticas que vamos fazendo, tanto que a sessão de agosto aborda o funcionamento da votação em um plenário, sobre como ela funciona, sobre o seu quórum, essas coisas. E por quê? Porque, em setembro, acontece a plenária. Por exemplo, em abril, os estudantes aprendem sobre a formação e o papel da Mesa Diretora das câmaras municipais porque, em agosto, a gente faz a eleição da Mesa Mirim. Assim, o conteúdo também se alinha ao desenvolvimento do projeto. (Entrevistado 1).

Por fim, também foi dito que o estudo e a pesquisa por parte dos participantes dos programas sobre os conteúdos desenvolvidos podem constituir as próprias atividades dessas iniciativas de formação política.

3.2.9 O monitoramento

O monitoramento foi aspecto considerado crucial para o acompanhamento das realizações dos programas de educação política observados e para a aproximação de suas respectivas coordenações com os demais envolvidos em suas atividades, sejam eles pessoas responsáveis pelas ações dessas iniciativas ou os seus próprios participantes.

Nesse sentido, o monitoramento foi apontado como mecanismo capaz de diagnosticar o andamento das realizações desses programas com o objetivo de permitir que ações sejam realizadas em prol do pleno desenvolvimento dessas iniciativas. Isso significa tanto atuar em busca de promover possíveis mudanças relacionadas aos desdobramentos dos programas quanto verificar que as iniciativas avançam de maneira adequada e, portanto, não precisam sofrer modificações em seu curso.

A periodicidade com a qual as reuniões de monitoramento são realizadas pelos programas explorados varia em razão dos diferentes elementos envolvidos no contexto de cada iniciativa,

como a disponibilidade de seus participantes para esses encontros, os diferentes níveis de demanda, as excepcionalidades, etc.

O diálogo frequente entre a coordenação dos programas explorados e os seus demais responsáveis e participantes tem sido ferramenta eficiente e eficaz no que se refere ao monitoramento dessas iniciativas. Nesse contexto, o desenvolvimento de *softwares* que permitem o acompanhamento das ações desses programas e as redes sociais, como o aplicativo *WhatsApp*, são adaptações de destaque que têm promovido a construção de um monitoramento tempestivo e próximo dos integrantes por parte dessas iniciativas.

3.2.10 A avaliação

A avaliação dos programas de educação política estudados foi tida como instrumento imprescindível para que sejam pensadas e repensadas melhorias no âmbito do desenvolvimento dessas iniciativas.

Metodologicamente, a avaliação foi considerada produtiva e legítima quando realizada com todas as pessoas envolvidas nos processos avaliados. Ou seja, no contexto dos programas de educação política, espera-se que a avaliação envolva os seus participantes, as suas coordenações, os seus demais responsáveis, etc.

A periodicidade com a qual a avaliação é realizada, assim como o monitoramento, varia entre as iniciativas exploradas. Porém, em pelo menos dois dos três programas estudados, observou-se que a avaliação processual, que é praticada ao longo das etapas desses programas, tem ganhado espaço em detrimento de uma avaliação única realizada ao final de um ciclo completo dessas iniciativas.

Foi apontado que a avaliação processual possibilita que mudanças positivas sejam realizadas ainda com os programas em curso ao mesmo tempo que minimiza a perda de informações úteis para a procedência de melhorias nas iniciativas, já que essas informações são mais facilmente perdidas quando precisam ser lembradas e concentradas em um único momento final de discussão. Além disso, a avaliação processual evita que uma reunião de

avaliação corresponda a um encontro de tempo reduzido frente às discussões necessárias para o melhor desenvolvimento dos programas.

A avaliação, que possibilita a gestão de mudanças em prol do aperfeiçoamento do funcionamento das iniciativas de educação política e de seus processos, só se torna possível, entretanto, em programas que não sejam excessivamente engessados em suas estruturas e em suas possibilidades de mudanças internas e externas.

E o que eu sempre falo para o pessoal que me pede orientação é que, caso o município já tenha a Escola do Legislativo, a melhor opção é não criar a Câmara Mirim por meio de resolução, mas, caso não tenha, que a crie por resolução, mas por meio de uma resolução que estabeleça as regras gerais e não que estabeleça como o projeto vai funcionar, porque aí você dá liberdade para a coordenação trabalhar isso e poder promover alterações quando algo não está dando certo, poder melhorar quando precisa, né? E foram com as mudanças promovidas que a nossa Câmara Mirim se tornou, hoje, uma referência nacional. (Entrevistado 1).

Por fim, mecanismos como os *softwares* e as redes sociais, que também têm otimizado o processo de avaliação dos programas de educação política estudados, foram novamente destacados.

3.2.11 O tempo de duração e a periodicidade

O tempo de duração dos programas de educação política representa a duração de um ciclo completo das atividades por eles desenvolvidas. A periodicidade, por sua vez, corresponde à frequência e à regularidade dessas iniciativas ao longo do tempo, revelando, possivelmente, o nível de consolidação e legitimidade institucional alcançado por esses programas.

Tanto o tempo de duração quanto a periodicidade dos programas explorados são diferentes entre si em virtude das diversas atividades que são desenvolvidas no contexto de cada uma das iniciativas. Os três programas observados, porém, já percorreram mais de uma década,

fato que, mantida a frequência e a regularidade de seus ciclos, é capaz de representar parte do processo de amadurecimento dessas iniciativas ao longo do tempo.

No que se refere ao tempo de duração dos programas, uma preocupação foi levantada. No contexto das iniciativas que são desenvolvidas em ciclos anuais, que já representam um grande avanço para a atuação da educação política, a possível transformação desses programas em eventos pontuais foi questionada, já que nem sempre é dada prioridade, também limitada pela falta de recursos, ao fomento e ao amadurecimento dos aprendizados envolvidos em seus respectivos projetos, ainda que se compreenda as dificuldades que cercam e que são vencidas por cada uma das iniciativas observadas.

Eu sempre insisti muito para que a forma de qualificar saísse do ciclo anual e envolvesse um acompanhamento desses jovens com ações nas câmaras municipais para continuar qualificando-os e para torná-los reprodutores dos aprendizados. O projeto não deve se transformar em um evento, que é o evento de abertura lá nos municípios e de fechamento aqui em Belo Horizonte. O ciclo anual deveria ser o pontapé inicial para que esses jovens, na base, que são os municípios, continuassem envolvidos com essas atividades e com as suas ações relacionadas. Porque é o seguinte: muitos desses jovens, por opção individual ou algum tipo de sensibilização, que pode ter acontecido antes ou durante o projeto, continuam com essas ações, mas a maioria se restringe àquelas atividades do projeto. Durante o ciclo de formação, é um ciclo muito interessante, eu acho muito interessante, inclusive para os estudantes conhecerem a dinâmica de funcionamento do Estado e, principalmente, do Legislativo. E, se o Legislativo local mostrar-se poroso, pode ser uma possibilidade imensa dos jovens se inserirem nesse contexto, mas o que acontece é que ainda há muita resistência. (Entrevistado 2).

3.2.12 Os riscos, as limitações e as possibilidades de expansão

Ao adentrar na discussão junto aos entrevistados sobre os riscos, as limitações e as possibilidades de expansão dos programas de educação política observados, o risco mais frequentemente apontado frente ao desenvolvimento dessas iniciativas foi a possibilidade de captura dos projetos por interesses estritamente políticos e partidários.

Compreende-se que os riscos, de certa forma, também representam possíveis limitações a esses programas. Por exemplo, no contexto observado, o apoio institucional e político é elemento indispensável ao desenvolvimento das iniciativas, embora a bandeira política, no que se refere à

partidarização política, não deva compor o cerne desses programas, que, idealmente, por razões já expostas, não deveriam ser guiados por essa pauta, contexto que se torna ainda mais sensível quando se trata de iniciativas do poder público que precisam sobreviver às trocas de governo. Nesse caso, o fator político e partidário representa um risco capaz de impor limitações à plena promoção da educação política.

Uma coisa que é muito comum na grande maioria das Câmaras Mirins é que elas são criadas por algum vereador, por meio de um projeto de lei ou de resolução, e a grande maioria delas morre quando aquele vereador não está ali mais ou até mesmo morre quando ele ainda está ali porque, na busca de um bônus político em cima do projeto, logicamente a iniciativa perde o apoio político dos desafetos de quem o criou, porque ninguém vai ficar fazendo palanque para o adversário político, né? Tem que ser um projeto da instituição, não pode ser de vereador ou partido x ou y. (Entrevistado 1).

Olha, eu acho que o papel de promoção da educação política não é um papel de governo, sabe? O governo, e quando falo de governo me refiro aos Poderes, pode colaborar, ser um órgão fomentador de iniciativas, mas o problema do governo, quando ele evoca para si a responsabilidade da educação política, é que ele traz um viés muito específico e, em um país como o nosso, em que as coisas construídas pelos governos ficam sendo maiores do que o Estado, essas iniciativas tendem, em curtíssimo prazo, a serem desmontadas. E aqui falo de orientação política. (Entrevistado 2).

O apoio político é decisivo e alguns municípios passam aperto com isso. Por quê? Porque o brilho político está com um e, quando ele deixa de ser presidente e o outro assume, o novo presidente já não quer manter mais o brilho que o outro tinha. Quando falamos que um projeto está institucionalizado, queremos dizer que uma câmara municipal votou regras que, independente do viés político ou partidário, já o fizeram entrar no escopo de funcionamento regular dessa câmara municipal. Aqueles locais que ainda dependem da expressa vontade política estão enfrentando dificuldades no momento em que muda a Mesa Diretora. (Entrevistado 4).

Também foram elencados outros riscos relativos ao funcionamento das iniciativas de educação política observadas, como o de não se atingir o público pretendido e, conseqüentemente, comprometer os objetivos e as finalidades desses programas, e o de resumir processos importantes a ações incrementais.

Às vezes, você acaba atingindo públicos muito específicos ligados a determinados grupos, né? E olha para você ver o perigo: eu faço determinado curso porque sou alinhado ao segmento de esquerda, mas todos os outros segmentos estão fora disso porque acham que o curso é um curso ideológico que não vale para nada. O que você está fazendo com a formação política? Na verdade, muitíssimas vezes, você está formando indivíduos com uma incapacidade muito grande de dialogar, criando muito mais resistências, em termos de uma sociedade plural e diversa como a nossa, do que propriamente trabalhando na perspectiva de que as pessoas devem conhecer a sua própria realidade e enfrentar os dilemas dos grupos ou dos indivíduos em um debate democrático. (Entrevistado 2).

Eu não estou dizendo que o Estado, e não o governo, não deva trabalhar com a educação política, eu acho até que deva muito fazer isso, mas eu acho que o Estado deve trabalhar dentro das estruturas próprias para esse tipo de trabalho, no sentido de fazer com que essa formação seja uma formação capilarizada que atinja a todos, porque, quando a formação é incremental ou setorializada, é claro que ela vai ser importante, mas eu te pergunto: por que as pessoas não reconhecem que têm direitos? Porque elas, em sua maioria, não sabem o que é ter direitos. Por que o Data Favela foi fazer uma pesquisa nas favelas e constatou que as pessoas dizem que melhoraram a qualidade de vida por dois motivos, sendo o primeiro porque Deus ajudou e o segundo em razão do próprio mérito? Porque elas não reconhecem a política pública, elas não reconhecem a política econômica mais ampla e nem o que isso significa, entende? É isso que está faltando e, com ações incrementais, não vamos chegar lá. (Entrevistado 2).

Nesse sentido, as limitações ao processo de desenvolvimento da educação política foram compreendidas em uma lógica mais ampla, de caráter histórico e estrutural, fundamentada, sobretudo, no funcionamento do sistema público educacional.

O Estado é responsável não apenas pelo seu sistema público de ensino, pois controla, inclusive, a rede privada, sendo também responsável por reverter esse sistema educacional que nós temos, que alimenta uma educação produtivista, fragmentada e que despreza, cada vez mais, a educação política e a cidadania. Isso é um resquício da ditadura militar brasileira que, hoje, é muito importante para a discussão do programa Escola sem Partido, por exemplo. Uma escola cada vez mais politizada é vista como um mal e isso passa pelas tentativas de reformas educacionais no Brasil desde a década de vinte. Na Europa, no Estado de Bem Estar Social, a formação cidadã passava por escolas de boa qualidade, que ensinavam as pessoas não somente a serem bons profissionais, mas a terem amor à sua nação, e amor e respeito à sua nação significa incluir todos, respeitar todos, reforçar as instituições. E isso é educação política, né? É isso que o Estado deveria fazer, mas nós temos um sistema educacional que, da pré-escola à universidade, não faz uma relação entre a vida e o conhecimento. Esse é o *locus* em que o Estado tem que atuar! Se você tivesse uma base educacional voltada para a educação política e cidadã, provavelmente você não teria o problema de trabalhar a formação em direitos humanos em ações específicas que, por maior esforço que façam, não atingirão os grupos fascistas, os grupos radicais de policiais, a mídia, ou seja, justamente aqueles grupos mais recrudescidos nesse debate não serão atingidos. Por quê? Porque não é com

a formação incremental que esses grupos são atingidos. É claro que nós sabemos que, por mais que tenhamos uma rede capilarizada envolvendo muitos agentes, nós ainda temos uma limitação imensa em termos de educação política mais ampla. Por exemplo, nós não conseguimos ampliar a nossa discussão com boa parte da juventude porque falar em política é uma coisa desagradável para a maioria dos jovens, mas esses públicos não alcançados estão dentro das escolas, não estão? Nas escolas, eles estão. E, ali, você teria espaço para trabalhar essas questões, o que não impede a educação política incremental, que é importante. Imagine sem ela! Mas é claro que as políticas incrementais nunca substituirão políticas estruturais, nunca substituirão um programa de Estado pensado para uma nação. (Entrevistado 2).

No contexto observado, as limitações frente ao desenvolvimento e à promoção da educação política também foram identificadas na deficiente formação de profissionais para lidarem com a temática e nas mais variadas dificuldades contextuais encontradas pelos programas, com as quais também é preciso saber lidar. Nessa perspectiva, o Entrevistado 2 afirmou que “nós temos um professorado que não é formado para lidar com a educação política, que não possui disciplinas de cidadania, movimentos sociais, direitos humanos e política em seu sentido mais amplo. Isso não tem. O que tem é coisa fragmentada, né?”. Ainda, o Entrevistado 1 e a Entrevistada 3 apontaram que as dificuldades enfrentadas pelas iniciativas variam a depender de cada contexto, de forma a ser preciso aprender a lidar com óbices conjunturais nem sempre previstas ou esperadas.

Por fim, no que concerne às possibilidades de expansão, foi dito que a atuação dos programas de educação política observados já pode ser considerada ampla. Entretanto, a restrição de recursos foi apontada como o principal fator de limitação da expansão dessas iniciativas. A referida restrição, que deve ser concebida em seu sentido mais amplo, compreende, por exemplo, os recursos financeiros, humanos, de infraestrutura, etc.

3.2.13 Os ganhos e os impactos da educação política

Diversos ganhos e impactos da educação política foram apontados pelos coordenadores dos programas explorados. Com consequências que atingem diferentes contextos, a educação cívica mostrou-se em diálogo com os direitos civis, políticos e sociais e, conseqüentemente, com a cidadania de uma sociedade democrática.

Considera-se que a educação política tem proporcionado, sob a ótica individual, novas visões de mundo, consciência cidadã, oportunidades e empoderamento aos integrantes das iniciativas que a promovem.

E aí eles [os participantes do projeto] vão aprendendo uma série de coisas. Desde as sessões temáticas, eles aprendem a enxergar a sociedade em um ângulo mais aberto, a ver que você não pode olhar só o seu lado, que tem que olhar o conjunto da coisa, a se expressar em público e a perder a timidez. No caso da votação, aprendem que cada um tem o horário certo de falar, que existe um tempo certo para isso, que cada um tem a sua vez e que eles precisam se inscrever, então os estudantes começam a entender que os processos da democracia também têm que ter uma ordem, que as regras são importantes e têm que valer, senão não vira democracia, vira bagunça. É um aprendizado de vivência. (Entrevistado 1).

A gente vê que o projeto permite um despertar da consciência cidadã, do quanto que você pode contribuir, colaborar e mudar a direção das coisas quando se tem um número maior de cidadãos participativos e mais próximos do poder público. Fica claro que o projeto permite isso e, sem dúvidas, são ganhos que a gente considera imensuráveis. (Entrevistada 3).

Você via que a viagem [para participação na Câmara Mirim da Câmara dos Deputados], em si, já era aquela coisa. Depois, os meninos chegavam em Brasília, que é uma cidade tão diferente do padrão de outras cidades, e se viam no meio do Congresso Nacional, no meio do centro dos Poderes do Brasil. Eles criavam aquele sentimento de que podiam, alunos de escola pública que, muitas vezes, nunca andaram de avião, pessoas que nem imaginaram que um dia conheceriam um lugar desse, pessoas que, muitas vezes, não saíram de suas próprias comunidades, que mal conhecem Belo Horizonte direito, né? Quanto mais se ver na capital do país, dentro do Congresso Nacional, no plenário da Câmara dos Deputados, né? Tudo isso gera, porque é perceptível, um sentimento de autoestima, de engrandecimento, de pertencimento ao mundo, de poder fazer as coisas, de empoderamento, né? Tudo isso é muito grande. (Entrevistado 1).

Sob a ótica coletiva, no contexto da sociedade, a educação política foi lembrada e relacionada aos cenários do reconhecimento de direitos e, portanto, da cidadania, da redução de desigualdades, do pertencimento à nação e da democracia.

O sistema de educação formal deveria formar cidadãos e não forma. E olha para você ver a incoerência dos governos e do Estado que tentam fazer a formação política episódica e pontual, com muito esforço e de forma muito nobre, mas têm um sistema de

educação formal que não forma cidadania. E não mudam esse sistema, mantêm o sistema bancário, cada vez mais instrumentalizado e fragmentado. Quer dizer, têm, nas mãos, um sistema de educação que poderia ser o motor, por exemplo, do despertar da consciência de cidadania, de classe e de direitos. Às vezes, me perguntam se as pessoas não estão percebendo que estão perdendo direitos e eu respondo: como? Se elas nunca souberam que têm, como vão saber que estão perdendo? No momento atual, isso é coisa de classe média, está entendendo? (Entrevistado 2).

O Estado de Bem Estar Social foi uma percepção, a começar pelos ingleses, de que, para que uma sociedade possa falar em democracia e em construir a paz, ela não pode permitir imensas desigualdades, porque isso impede cidadania. E, para ter cidadania, que é uma noção de pertencimento, você tem que ter pessoas que consigam reconhecer a sua função no Estado, nos seus semelhantes e nos Poderes. Ora, como é que isso se dá? Isso vai vir por inspiração divina? Não, isso virá, também, por meio da educação política. (Entrevistado 2).

Qual é um problema do Brasil? Grandes segmentos não têm ideia de pertencimento, de que compõem uma nação e, por isso, é difícil falar de uma identidade nacional. Isso tem a ver com um projeto de educação política e não com a educação de números. A formação política é fundamental para a ideia de pertencimento a uma nação. Por exemplo, eu tenho a impressão de que, no Brasil, os segmentos muito escolarizados da nossa elite da classe média e os segmentos com baixíssima escolarização, que são os segmentos dos trabalhadores e tal, não têm a mínima noção do que é uma nação, do que é o pertencimento a uma nação. As elites e classes médias simplesmente utilizam desse território com ações exploratórias, repetindo um pouco dos colonizadores, né? São as pessoas que usufruem de benefícios, privilégios e favores daqui, mas adoram ter referência e passar as férias lá em Miami, ou seja, a referência cultural e de valor é de fora. E os trabalhadores não têm a mínima ideia da sua força de trabalho, da construção de uma nação. A ideia de uma nação, de coesão de um povo, de valores e de respeito às instituições tem a ver com a educação política. E, infelizmente, nós não temos isso. (Entrevistado 2).

Ora, a rigor, democracia sem cidadania é impossível. É impossível você pensar em uma estrutura de sociedade democrática em que setenta por cento das pessoas estão em uma condição de não acesso à maioria de seus direitos e que só os acessam por meio de políticas de tutela ou de favorecimento. Isso tem a ver com um modelo de sociedade que nunca teve, no investimento da sua formação política, algo importante. (Entrevistado 2).

Ainda, apontou-se que a educação política e as suas iniciativas também têm promovido impactos no que se refere à aproximação da sociedade com a política, à capacidade de mobilização social, ao fomento e fortalecimento dos programas de formação política, à consolidação de instituições essenciais à democracia e à influência nas políticas públicas. Essas

questões são essencialmente relevantes para qualquer nação democrática, porém tornam-se ainda mais significativas quando considerado o atual cenário social e político brasileiro que, em muitos momentos, reflete a fragilidade de elementos cruciais à democracia, como a participação social e o fortalecimento das instituições desse regime político.

A gente vê que os meninos que participam do projeto têm muitas oportunidades de vivenciar situações de conflitos, de divergências de opiniões, de debates. Eles são motivados a elaborarem propostas para o poder público, no caso, o Poder Legislativo, e esse já é um ganho enorme. A gente ainda não conseguiu elaborar uma pesquisa com os egressos, mas nós vamos tendo notícias pontuais e temos estudantes que relatam a mudança de mentalidade em relação à política, não tendo mais a política como essa coisa distanciada e com esse caráter de rejeição. A gente tem também estudantes que decidiram entrar na vida pública, que se tornaram vereadores ou pleitearam esse cargo em virtude da participação no projeto, outros tantos que estão concluindo o ensino médio e têm suas escolhas futuras relacionadas à participação no PJ Minas e até aqueles que começam a trabalhar no próprio projeto a nível local, entre outras situações. A gente não tem como quantificar com precisão quantos são os casos desses exemplos que citei e, por enquanto, os acompanhamos por notícias pontuais, mas que já são muito boas. (Entrevistada 3).

A partir das histórias que acompanhamos, vemos que a capacidade e a atenção para a mobilização dos estudantes é muito grande, eles ficam muito fortes nesse sentido. Por exemplo, nós tivemos municípios que, por questões políticas, cogitaram sair do projeto, acabar com o projeto no município, mas os estudantes não permitiram, mobilizaram a cidade, foram para a câmara municipal, pediram palavra na tribuna, defenderam o projeto, fizeram uma força-tarefa para manter o projeto. (Entrevistada 3).

Tem uma ação [de educação política] que eu te garanto que é decorrente do PJ Minas. Quando os meninos começam a discutir qualquer que seja a temática, eles começam a participar mais das reuniões das câmaras municipais e começam a cobrar mais dos vereadores. Os vereadores, ao se sentirem despreparados, nos solicitam cursos e capacitações. Por quê? Na hora que começa a discussão e a movimentação, os vereadores se veem despreparados e buscam capacitações não sobre a temática do projeto naquele ano, mas sobre o exercício do seu papel como vereador. (Entrevistado 4).

Vou te dar exemplos claros do que significa estabelecer uma formação permanente nas bases. Nos cursos "*Igreja e Sociedade*", nós já capacitamos mais de mil lideranças. E não são mil pessoas, são mil lideranças. Isso tem uma capilaridade e nós temos que manter relação com essas pessoas. Por exemplo, em uma cidade da Arquidiocese de Belo Horizonte, algumas pessoas resolveram criar um grupo de acompanhamento do Legislativo. Isso é um impacto fundamental dessa relação. Se um grupo resolveu fazer

uma carta-compromisso para poder cobrar do Legislativo, como aconteceu, isso também é uma ação política fundamental. (Entrevistado 2).

Um gargalo que os municípios têm é a questão econômico-financeira, que também é sobre como colocá-la dentro da legalidade. Algumas das atividades do programa exigem custos que carregam limitações legais. A pedido dos municípios participantes, foi dada uma palestra com o objetivo de esclarecer a forma correta de se fazer esses gastos dentro da legalidade. Assim, o PJ Minas também impacta e fortalece a estrutura das câmaras municipais porque, às vezes, o assessor jurídico não sabe qual caminho seguir e alega que alguns gastos são inconstitucionais, mas os gastos, por exemplo, são mínimos e podem ser feitos por parcerias, não tem problema, mas o município fica inseguro. O nosso desafio também é gerar informações para que os municípios tenham condições de desenvolver o projeto e para que isso também se torne um legado. (Entrevistado 4).

Uma coisa que eu posso te falar é que, com certeza, o PJ Minas pode interferir, positivamente, nas políticas públicas estaduais, desde que as propostas dos estudantes entrem no processo legislativo, tenham tratamento dentro do processo legislativo e impactem as políticas encaminhadas pelo Executivo aqui para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Há esse impacto, que não acontece diretamente nas ações do Executivo, mas nas ações legislativas no contexto das políticas públicas, assim como podem ocorrer proposições no sentido de promover modificações em políticas públicas já existentes. (Entrevistado 4).

Por fim, os impactos dos programas de educação política também foram lembrados no contexto da criação de leis e da produção de pesquisas. Esses impactos caminham no sentido de aproximarem a sociedade do poder público e, principalmente, do Poder Legislativo, e de promoverem a produção acadêmica relacionada à educação política, que, conforme já apontado, muitas vezes mostra-se frágil no que se refere à produção estritamente relacionada a essa temática.

Algumas propostas mirins estão em tramitação na Câmara Municipal de Belo Horizonte, pelo menos uma já virou lei e o Guia Municipal do Meio Ambiente de Belo Horizonte, por exemplo, foi proveniente da nossa Câmara Mirim. [...] Uma pesquisa sobre o projeto também tem sido desenvolvida por parte da Universidade Federal de Minas Gerais junto aos participantes da iniciativa e a ideia é que essa pesquisa resulte em uma publicação sobre o projeto. (Entrevistado 1).

3.2.14 As percepções sobre a educação política na Sedpac/MG

Por meio das entrevistas, foram coletadas as percepções dos coordenadores dos programas de educação política explorados sobre o desenvolvimento da educação política pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais. Essa abordagem se deu em função do próximo capítulo, que situará os instrumentos normativos e de planejamento desse órgão no contexto da educação política e abrirá caminhos para que o trabalho apresente as suas contribuições frente ao desenvolvimento da educação cidadã pelo poder público mineiro.

O Entrevistado 1 reconheceu a expansão das iniciativas de educação política e citou alguns programas, concentrados, sobretudo, no Executivo federal, não adentrando, portanto, nas ações desenvolvidas pelo órgão mencionado.

O Entrevistado 2, por sua vez, que declarou já ter participado do planejamento de atividades relacionadas à educação cidadã no contexto do referido órgão, afirmou que as ações desenvolvidas são pontuais, fragmentadas e, muitas vezes, restritas a grupos que já estão envolvidos em discussões atinentes à formação política, não atingindo, portanto, públicos importantes que deveriam participar dessas realizações.

Por fim, a Entrevistada 3 e o Entrevistado 4 optaram por não falar sobre essa questão, afirmando não estarem acompanhando as atividades desenvolvidas pela Sedpac/MG.

3.2.15 Os aprendizados junto às iniciativas de educação política exploradas

A construção desse capítulo mostrou-se relevante no que diz respeito à busca por aprendizados junto a consolidadas iniciativas de educação política para a estruturação de contribuições frente ao desenvolvimento desses programas pelo poder público mineiro, contribuições que foram consideradas os principais resultados da pesquisa e que serão apresentadas adiante.

As variáveis exploradas (público-alvo, abrangência, objetivos, metodologia, conteúdo, monitoramento, avaliação, tempo de duração e periodicidade) revelaram-se essenciais à consolidação dos programas observados e, portanto, além de permitirem a elaboração de um panorama estruturado da caracterização dessas iniciativas, possibilitaram também a percepção de pontos cruciais ao funcionamento e ao amadurecimento desses programas, solidificando importantes aprendizados relacionados a cada um dos elementos e aspectos analisados.

A partir da experiência e da relevância das iniciativas investigadas, bem como de suas respectivas formas de estruturação e organização, considerou-se que esses programas se mostraram uma excelente forma de estudo capaz de contribuir para o entendimento dos resultados e dos impactos dos programas de formação política. Percebeu-se que compreender como essas iniciativas funcionam significa também compreender a capacidade desses programas de promover a competência política democrática.

O próximo capítulo se destina à abordagem do contexto da educação política na Sedpac/MG por meio de seus instrumentos normativos e de planejamento, abordando o cenário para o qual a pesquisa fará as suas contribuições.

4 A EXPERIÊNCIA NA SEDPAC/MG

Esse capítulo apresentará a análise da educação política, em sua concepção e em seu desenvolvimento, no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais (Sedpac/MG) por meio dos instrumentos normativos e de planejamento relacionados a esse órgão.

O contexto construído, apresentado e discutido nessa seção subsidiará, sobretudo, o desenvolvimento do próximo capítulo, no qual serão apresentadas as contribuições dessa pesquisa frente à promoção de programas de educação política pelo poder público mineiro.

A Sedpac/MG será o objeto de estudo por representar um órgão cuja finalidade corresponde a “planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado que visem ao fomento e ao desenvolvimento social da população, por meio de ações relativas à garantia e à promoção dos direitos humanos” (MINAS GERAIS, 2015b).

Nesse sentido, compreende-se que a Sedpac/MG se apresenta como um órgão do Poder Executivo estadual em diálogo com a educação política para além do ambiente formal escolar, já que, em contextos democráticos, o desenvolvimento social pautado na participação social e na cidadania pressupõe, ou pelo menos deveria pressupor, a formação política. Destaca-se que a escolha pela Sedpac/MG como objeto de estudo também se relaciona com a experiência de um ano de estágio obrigatório realizado pela autora no referido órgão, como requisito para a conclusão do Curso de Administração Pública da Fundação João Pinheiro.

Metodologicamente, o presente capítulo orientou-se por pesquisas documentais, para o melhor conhecimento do cenário normativo e de planejamento das ações da Sedpac/MG, e por entrevistas semiestruturadas, realizadas com um representante da Assessoria de Planejamento, cujo roteiro consta no Apêndice B, e com uma representante da Diretoria de Políticas de Promoção dos Direitos Humanos, cujo roteiro consta no Apêndice C, ambos servidores da Sedpac/MG, com o objetivo de melhor compreensão do contexto estudado.

4.1 Os instrumentos normativos

Inicialmente, é importante destacar que a análise dos instrumentos normativos e de planejamento da Sedpac/MG no âmbito da educação política enfrentou dificuldades frente à tarefa de se estabelecer o que se relacionava ou não a esse conceito, sobretudo em virtude de sua amplitude. Optou-se, portanto, por considerar, em ambas as análises, apenas os aspectos diretamente voltados à promoção da educação política a partir da perspectiva de preparo e formação dos indivíduos para a vida política em ambientes democráticos.

Quanto aos instrumentos normativos relacionados à Sedpac/MG, observou-se a Lei 21693 de 26/03/2015 e o Decreto 46783 de 24/06/2015.

A Lei 21693 de 26/03/2015 altera a Lei Delegada n.º 179, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização básica e a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo do Estado, e a Lei Delegada n.º 180, de 20 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Essa norma institui a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais e estabelece os seus preceitos gerais.

Em seu artigo 22, a Lei 21693 aponta as competências da Sedpac/MG, incluindo aquelas que, intrinsecamente, se relacionam à educação política, são elas:

VI - promover ações de capacitação e desenvolvimento do jovem, em perspectiva individual e coletiva, que estimulem o surgimento de lideranças jovens em diversos segmentos, como o político, o educacional, o artístico e o esportivo;

VII - promover, em articulação com órgãos e entidades com atividades correlatas, o acesso de jovens a bens públicos, equipamentos esportivos, educacionais e culturais e a atividades que favoreçam o desenvolvimento e a utilização de aptidões profissionais e sociais, a fim de contribuir para a construção da consciência e para a prática cívica pelo jovem;

[...]

IX - formular, coordenar e monitorar as políticas públicas de pesquisa, promoção, garantia, proteção e restauração dos direitos humanos, dos direitos fundamentais, do exercício da cidadania e da participação social. (MINAS GERAIS, 2015b, p.11).

O Decreto 46783 de 24/06/2015, por sua vez, define a estrutura orgânica dos órgãos do Poder Executivo Estadual que menciona e dá outras providências. Essa norma, para além de

apresentar a estrutura orgânica da Sedpac/MG, não aponta nenhuma informação relevante para a observação do desenvolvimento da educação política por esse órgão.

Apesar da carência de instrumentos normativos relacionados às diretrizes gerais da Sedpac/MG, é possível depreender que o desenvolvimento da educação política integra as competências e responsabilidades desse órgão.

4.2 Os instrumentos de planejamento

Quanto aos instrumentos de planejamento, observou-se o Programa de Governo 2015-2018 do atual governo de Minas Gerais; o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2016-2027; o documento de planejamento das ações da Sedpac/MG para 2017; o Relatório de Gestão da Sedpac/MG de 2017; o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2016-2019 de Minas Gerais para o exercício 2017 e a Lei Orçamentária Anual (LOA) de Minas Gerais de 2017.

Antes que se inicie a análise dos instrumentos mencionados, algumas considerações devem ser feitas. A observação do documento de planejamento das ações da Sedpac/MG para 2017 e do Relatório de Gestão da Sedpac/MG de 2017 foi realizada de forma orientada, ou seja, em virtude dos recursos disponíveis para a realização da presente pesquisa, o estudo tanto do planejamento das ações quanto do desenvolvimento das atividades no contexto do referido órgão foi estruturado a partir da subsecretaria da Sedpac/MG que mais se relaciona à promoção da educação política, que é a Subsecretaria de Estado de Participação Social de Minas Gerais (Subpas/MG).

Destaca-se também que, para o aprofundamento da análise dos instrumentos financeiros e orçamentários de planejamento, foram utilizadas informações consultadas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento de Minas Gerais (Sigplan/MG), que é alimentado pelo Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais (Siafi/MG), e no sítio eletrônico mineiro de transparência.

A escolha dos instrumentos de planejamento selecionados para análise transparece a importância dada ao entendimento de que as ações atualmente desenvolvidas no âmbito da

Sedpac/MG refletem um contexto maior que as permeia: o contexto do governo de Minas Gerais e de seus mecanismos de planejamento. Por essa razão, optou-se por resgatar e abordar os instrumentos considerados essenciais para o conhecimento e para a compreensão do atual cenário da educação política nesse órgão.

O Programa de Governo 2015-2018 do atual governo mineiro, em seu capítulo V, intitulado “*Minas de Oportunidades para Todos e sem Discriminação e Violência*”, aponta ideais e propostas que se relacionam ao reconhecimento e à promoção da cidadania e à garantia de direitos por parte da população, dialogando, portanto, com a educação política ao envolver processos formativos nesses eixos. Resumidamente, considera-se que a proposta

desloca o foco exclusivamente sobre a implementação de políticas públicas eficientes, efetivas e eficazes (mas sem estar primordialmente atenta também a estes tipos de resultados) de prevenção à criminalidade e violência para políticas concretas de direitos humanos e de reconhecimento afirmativo das diversidades que compõem inerentemente a riqueza da sociedade mineira e de seus públicos subalternizados/oprimidos que, por sua vez, receberão a atenção prioritária do Estado na busca e na conquista de resultados CÍVICOS de políticas públicas em direitos e em cidadania. (COLIGAÇÃO MINAS PARA VOCÊ, 2014, p. 45).

A partir desse documento, instrumentos de planejamento foram desenvolvidos. Dentre eles, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2016-2027. O PMDI para o referido período está contido na Lei 21967, sancionada em 12/01/16, a partir do Projeto de Lei 3039/15, de autoria do atual governador mineiro, e representa um plano de longo prazo que consolida um conjunto de escolhas para a construção do futuro do Estado. O objetivo principal do PMDI é proporcionar as condições estruturantes fundamentais para um ciclo prolongado de crescimento econômico e social sustentável capaz de propiciar a redução estrutural das desigualdades regionais do Estado.

Buscando incentivar o desenvolvimento estadual em todas as áreas da ação governamental, a Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 determina uma total integração entre o PMDI e os instrumentos de planejamento e orçamento, como a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual de Ação Governamental. Dessa forma, o PMDI incorpora o ciclo orçamentário com a pretensão de garantir a articulação, a interdependência e a compatibilidade desses instrumentos com o objetivo de buscar a integração das atividades de planejamento, orçamento e gestão da Administração Pública estadual.

O PMDI 2016-2027, em vigor, se estrutura em três volumes. No primeiro volume, são estabelecidas as suas bases de referência, a situação em que se encontra o Estado de Minas Gerais e a sua evolução recente nos campos das políticas industriais, tecnológicas e regionais e a nova estrutura proposta no PMDI, que organiza a estratégia de desenvolvimento do Estado em cinco eixos finalísticos e um eixo de suporte à Administração Pública, são eles, respectivamente: Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Infraestrutura e Logística; Saúde e Proteção Social; Segurança Pública; Educação e Cultura; e Governo.

O segundo volume, por sua vez, apresenta os diagnósticos dos setores de governo, evidenciando a evolução e identificando os fatores críticos, as tendências e as diretrizes para cada setor. O terceiro volume, por fim, apresenta os perfis dos dezessete Territórios do Estado por eixo de desenvolvimento e as demandas sociais priorizadas por participantes dos Fóruns Regionais de Governo, política de participação social do atual governo mineiro. O presente trabalho concentrou o seu estudo acerca do contexto da educação política, principalmente, sobre o primeiro volume do PMDI, que é o que mais se caracteriza como típico instrumento de planejamento.

O primeiro volume do PMDI 2016-2027, em seu eixo “*Saúde e Proteção Social*”, no tópico “*Direitos Humanos e Cidadania sem Discriminação e sem Violência*”, aponta, por meio dos objetivos a serem perseguidos, valores reguladores e parâmetros para a orientação e avaliação da intervenção pública e da sua interlocução com a sociedade civil e com o mercado. Nesse contexto, está inserida a educação política, que se relaciona aos objetivos estratégicos, às estratégias prioritárias e às estratégias complementares que se estabeleceram.

Mais uma vez, a tarefa de identificação das estratégias e dos objetivos relacionados à educação política se fez dificultada em razão da amplitude desse conceito e de sua mescla junto à temática de direitos humanos, abordada de forma mais generalizada, sendo novamente destacados, portanto, apenas os aspectos diretamente voltados à promoção da formação política. Ressalta-se que o planejamento da educação política pelo governo de Minas Gerais se espraia pelos seus mais diversos órgãos, embora seja válido enfatizar que o presente trabalho restringe a sua análise em função de seu recorte.

No campo dos objetivos estratégicos, a educação política faz-se claramente presente naqueles que almejam

ampliar a participação popular fortalecendo instrumentos e ferramentas de democracia direta e participativa na gestão do Estado e promover a Educação em Direitos Humanos de forma a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, geracional, de gênero e de crenças religiosas. (MINAS GERAIS, 2016, p. 73).

No que se refere às estratégias prioritárias, a formação política permeia aquelas que pretendem

implantar Política de Educação em Direitos Humanos como componente estratégico do planejamento governamental, desenvolvendo canais de divulgação dos casos de violação dos direitos e espaços de formação em Direitos Humanos e ações de enfrentamento aos preconceitos e discriminações; e fortalecer e criar novas formas de participação popular nos diferentes territórios e temáticas, por meio das diversas instâncias de interface entre a sociedade civil e o Estado, como conselhos, fóruns territoriais e conferências, criando mecanismos de interlocução em suas diferentes temáticas e esferas de governo. (MINAS GERAIS, 2016, p. 74).

Por fim, no que concerne às estratégias complementares, não identificou-se nenhuma diretamente relacionada à promoção da educação política.

Partindo para a análise dos instrumentos da Sedpac/MG no âmbito da educação política, observou-se, inicialmente, o documento de planejamento das ações da Subpas/MG para 2017, sistematizado por núcleos de atuação. Esse documento estrutura as ações, que se desdobram em atividades, para os núcleos que integram o referido órgão, são eles: o Núcleo de Apoio aos Conselhos, Órgãos Colegiados e Conferências; o Núcleo de Prevenção e Mediação de Conflitos; o Núcleo de Projetos de Participação Social; o Núcleo de Participação e Informação Digital; e o Núcleo de Educação em Direitos Humanos. A seguir, serão identificadas, em cada núcleo, as ações planejadas e relacionadas à promoção da educação política.

O Núcleo de Apoio aos Conselhos, Órgãos Colegiados e Conferências tinha a responsabilidade de, junto ao Núcleo de Educação em Direitos Humanos, estruturar a Política Estadual de Educação em Direitos Humanos de Minas Gerais por meio do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos.

O Núcleo de Prevenção e Mediação de Conflitos, no que lhe concerne, não se aproximou da educação política em nenhuma de suas ações planejadas.

O Núcleo de Projetos de Participação Social, por sua vez, junto ao Núcleo de Educação em Direitos Humanos, possuía a responsabilidade de formatar e implementar ação de formação de conselheiros (da sociedade civil e do poder público), de delegados (das conferências) e da

sociedade civil (por meio dos Fóruns Regionais de Governo). Ainda, também lhe competia estimular a formação da Sedpac/MG e consolidar o Núcleo de Participação Social e Incubadora de Projetos.

No que diz respeito às ações do Núcleo de Participação e Informação Digital, não identificou-se nenhuma diretamente relacionada à educação política.

Por fim, cabia ao Núcleo de Educação em Direitos Humanos, setor da Subpas/MG que mais dialoga com a educação política, as responsabilidades de formatar e implementar, junto ao Núcleo de Projetos de Participação Social, ação de formação de conselheiros (da sociedade civil e do poder público), de delegados (das conferências) e da sociedade civil (por meio dos Fóruns Regionais de Governo); implementar ciclo de formação da equipe da Subpas/MG e estimular a formação da Sedpac/MG; formatar e implementar projetos de formação por meio da Escola de Formação em Direitos Humanos; e estruturar, junto ao Núcleo de Apoio aos Conselhos, Órgãos Colegiados e Conferências, a Política Estadual de Educação em Direitos Humanos de Minas Gerais por meio do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos.

Para além da atuação dos núcleos mencionados, o encaminhamento de proposta de decreto instituindo o Sistema Estadual de Participação Social consta como ação da Assessoria de Gabinete.

Com a pretensão de averiguar se as ações anteriormente citadas foram, efetivamente, realizadas, analisou-se o Relatório de Gestão da Sedpac/MG de 2017. O capítulo 4 do referido documento, intitulado “*Políticas de Participação Social*”, consolida as ações desenvolvidas pela Subpas/MG e, conseqüentemente, pelos seus núcleos de atuação, que novamente serão observadas no âmbito da educação política.

No contexto do Núcleo de Apoio aos Conselhos, Órgãos Colegiados e Conferências, foram destacadas, sobretudo, as atividades relacionadas à operacionalização dos conselhos estaduais de direitos humanos.

A principal atividade desenvolvida pelo Núcleo de Prevenção e Mediação de Conflitos consistiu na atuação junto à sociedade civil, organizada ou não, e a órgãos e entes públicos visando à prevenção e à mediação de conflitos coletivos e buscando, também, fomentar o empoderamento e a autonomia das pessoas, favorecendo e incentivando a participação social e uma cultura de paz. Assim, pretendeu-se garantir a defesa e a preservação dos direitos humanos

por meio da presença ativa do Estado nos conflitos sociais, econômicos, de gênero, raça e geração protagonizados por entes públicos ou pela sociedade civil no meio urbano ou rural.

O Núcleo de Projetos de Participação Social atuou de modo a facilitar a estruturação de redes de informações sobre a sociedade civil organizada por meio do mapeamento continuado de lideranças e nós de rede; da criação de banco de dados centralizado; da ativação de nós de rede; e da contribuição de agentes locais para o maior envolvimento das lideranças e dos movimentos sociais. Realizou-se também parcerias para a oferta de cursos atinentes à temática de direitos humanos, execução de determinados projetos e acompanhamento das ações dos movimentos sociais com o objetivo de facilitar o diálogo desses grupos com a Sedpac/MG e a promoção de agendas políticas positivas.

No que diz respeito às atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Participação e Informação Digital, destaca-se, principalmente, a implementação de plataformas, como o portal *Participa.MG*, que objetivaram a criação de um meio de comunicação virtual articulado entre os espaços de participação do governo de Minas Gerais: Centros de Referência em Direitos Humanos, conferências estaduais, conselhos de políticas públicas e Fóruns Regionais de Governo.

Por fim, o Núcleo de Educação em Direitos Humanos constituiu o XVII e o XVIII Grupo de Formação em Direitos Humanos; instituiu o Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos de Minas Gerais, que tem a finalidade de promover uma cultura de paz, respeito e defesa dos direitos humanos por meio da educação; realizou a Semana Estadual de Educação em Direitos Humanos; gerenciou o Sistema de Promoção e Educação em Direitos Humanos; apoiou a *11ª Mostra Cinema e Direitos Humanos*, participando também do *Circuito Difusão*; ofertou cursos em direitos humanos e cidadania na modalidade a distância via *Plataforma Moodle*; e acompanhou a execução de convênio relacionado à garantia de direitos da pessoa idosa, ações que envolveram processos formativos, além de outras atividades.

Após analisar o planejamento e a execução das atividades da Subpas/MG para 2017, sobretudo no que diz respeito à educação política, foi considerado conveniente observar esse contexto nos instrumentos de planejamento orçamentários e financeiros do Estado. Compreendeu-se que essa observação complementar e daria credibilidade ao diagnóstico construído sobre as ações planejadas e desenvolvidas por esse órgão, permitindo a análise dos

recursos envolvidos e efetivamente executados em atividades voltadas à promoção da educação política.

O estudo do Plano Plurianual de Ação Governamental e da Lei Orçamentária Anual de Minas Gerais foi realizado com foco nas ações e nos programas da Sedpac/MG relacionados à educação política e aos seus processos formativos. Ressalta-se que as ações e os programas detalhados a seguir foram identificados no âmbito da Sedpac/MG e não necessariamente no contexto da Subpas/MG em razão da estrutura e da organização dos referidos instrumentos. Os documentos consultados foram o PPAG 2016-2019, exercício 2017, Volume II – Programas e Ações por Setor de Governo, e a LOA 2017, Volume II B – Orçamento Fiscal – Administração Direta e Indireta.

Mais uma vez, a análise em questão foi permeada por dificuldades relacionadas à identificação dos programas e das ações que, de fato, se destinaram à educação política, em razão da amplitude desse conceito. Portanto, o foco foi mantido nos programas e nas ações que possuíam como finalidade os processos formativos da educação cidadã e que, de alguma forma, pretendiam preparar os indivíduos para o exercício político em ambientes democráticos.

Nesse contexto, foram identificadas três ações, todas pertencentes a um programa. O programa (036)¹⁰, intitulado “*Promoção da Cidadania e Participação Social*”, objetivava mobilizar, promover e articular políticas públicas de promoção de direitos humanos e cidadania em busca de propiciar aos cidadãos o acesso aos seus direitos e a participação social. O valor do programa para o ano de 2017 era de R\$ 13.784.878,00, porém parcela mínima desse montante foi destinada à educação política, conforme exposto a seguir.

A primeira ação (4229), intitulada “*Formação Permanente de Conselheiros de Direitos*”, era de responsabilidade da Subpas/MG e possuía a finalidade de formar conselheiros de direitos em áreas como educação e direitos humanos em busca de proporcionar ações mais eficientes nos conselhos. Para 2017, a ação envolveu, como meta física, um encontro e, como meta financeira, R\$ 1.000,00. O recurso envolvido nessa ação, entretanto, representou apenas uma abertura orçamentária, não havendo aporte de recursos para a execução da ação. Efetivamente, nenhum recurso foi despendido com essa ação.

¹⁰ Os números entre parênteses representam a identificação do programa e das ações explorados nos instrumentos orçamentários e financeiros observados e foram inseridos para facilitar a possível pesquisa desse conteúdo pelo leitor.

A segunda ação (4547), intitulada “*Implementação dos Centros de Referência em Direitos Humanos*” (CRDH), era de responsabilidade da Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e pretendia implementar e manter em funcionamento esses espaços de garantia de direitos. Para 2017, a ação envolveu, como meta física, a implantação e a manutenção de seis Centros de Referência em Direitos Humanos e, como meta financeira, R\$ 2.525.000,00. Efetivamente, um CRDH foi mantido, tendo sido empenhados R\$ 1.628.156,00, liquidados R\$ 1.522.280,00 e pagos R\$ 535.147,84.

Nessa ação, conforme detalhado na Tabela 1, exposta adiante, a alteração do crédito autorizado se deu em função da suplementação por saldo financeiro de convênio de entrada que não foi realizado. A execução física e financeira abaixo do previsto na LOA para 2017 aconteceu em virtude do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira n.º 47147 de 27 de janeiro de 2017, que limitou o valor a ser utilizado pela fonte 60.2, recurso oriundo da Loteria Mineira, que financia os Centros de Referência em Direitos Humanos.

Em relação à implementação dos Centros de Referência em Direitos Humanos, houve celebração de instrumento de saída de recurso para implantação de três novos espaços, nos Territórios de Desenvolvimento Sul, Norte e Mucuri. O CRDH do Território de Desenvolvimento Mata está implementado e mantido desde o final de 2015. A ação também financiou a implementação da plataforma do portal *Participa.MG*, projeto com o objetivo de criar um meio de comunicação virtual articulado entre os espaços de participação do governo de Minas Gerais.

A terceira ação (4548), intitulada “*Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e Participação Social*”, não era de um setor específico e mantinha a finalidade de realizar ações de promoção, proteção e defesa de direitos humanos em busca de promover o acesso aos direitos e a participação social. Para 2017, a ação envolveu, como meta física, cinco ações e, como meta financeira, R\$ 2.324.625,00. Efetivamente, vinte e cinco ações foram realizadas, tendo sido empenhados R\$ 3.783.026,55, liquidados R\$ 3.479.999,33 e pagos R\$ 2.827.348,32.

Nessa ação, junto à manutenção dos comitês, como o Comitê de Educação em Direitos Humanos, houve a execução de ações de promoção de direitos humanos, como a Conferência da Igualdade Racial e a Mostra de Direitos Humanos, que não estavam previstas inicialmente na LOA e exigiram suplementação orçamentária para a sua execução. Além desse adicional, houve, ainda, suplementação por saldo financeiro de convênios de entrada.

Considerando a distorção ocorrida tanto na meta física quanto na meta financeira dessa ação, foi realizada revisão no PPAG e, para o exercício de 2018, foi previsto o seu desmembramento com a criação de ação exclusiva para a manutenção dos comitês e comissões temáticas, como o Comitê de Diversidade Religiosa, o Comitê de População em Situação de Rua, a Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais, entre outras instâncias.

Nessa ação, é interessante destacar, ainda, com base na LOA de 2017, que um de seus Identificadores de Procedência e Uso (IPU) é de código 8 e de especificação Recursos Recebidos para Emendas Parlamentares, o que pode sinalizar um processo de desinstitucionalização dessa ação, visto que a fonte majoritária dos recursos nela envolvidos não pertencia ao órgão público responsável por sua execução e correspondia a recursos advindos de emendas parlamentares.

É interessante expor que os recursos efetivamente envolvidos (valores pagos) nas ações relacionadas à promoção da educação política representam, com base no ano de 2017, um percentual de 24% no total dos recursos planejados para o programa a que pertencem. Essa porcentagem, que já é reduzida, se torna ainda menor no universo dos gastos da Sedpac/MG e do Estado.

Tabela 1 - Recursos envolvidos nas ações da Sedpac/MG relacionadas à educação política (2017)

Ação no PPAG 2017	Fontes de financiamento	Valor na LOA (R\$)	Valor na LOA acrescido de créditos (R\$)	Valor empenhado (R\$)	Valor liquidado (R\$)	Valor pago (R\$)
4229 - Formação Permanente de Conselheiros	10 - Recursos ordinários	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
	Total	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
	10 - Recursos ordinários	400.000,00	470.000,00	400.000,00	400.000,00	0,00
4547 - Implementação dos Centros de Referência em Direitos Humanos	24 - Convênios, acordos e ajustes	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00
	60 - Recursos diretamente arrecadados	2.125.000,00	2.125.000,00	1.228.156,00	1.122.280,00	535.147,84
	Total	2.525.000,00	2.945.000,00	1.628.156,00	1.522.280,00	535.147,84
4548 - Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e Participação Social	10 - Recursos ordinários	2.324.625,00	2.584.866,41	2.466.214,27	2.250.840,82	1.598.189,81
	24 - Convênios, acordos e ajustes	0,00	1.535.265,38	1.316.812,28	1.229.158,51	1.229.158,51
	Total	2.324.625,00	4.120.131,79	3.783.026,55	3.479.999,33	2.827.348,32

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do Siafi/MG.

Em resumo, a análise dos instrumentos normativos comprovou que a promoção da educação política é uma responsabilidade da Sedpac/MG, apesar da carência de documentos legais que expressem, de fato, as diretrizes gerais desse órgão.

Os instrumentos de planejamento, por sua vez, demonstraram que, em 2017, apesar de nobres esforços, a educação política foi planejada e executada de forma pontual por alguns setores da Sedpac/MG, que encontraram dificuldades no desenvolvimento pleno desses processos formativos, cenário deflagrado tanto pelo Relatório de Gestão da Sedpac/MG de 2017 quanto pelos instrumentos orçamentários e financeiros explorados. Esses últimos, no que lhes diz respeito, refletiram a reduzida prioridade dada para as ações voltadas à promoção da educação política, quadro que também pode ser observado no contexto das metas planejadas e executadas dessas ações.

É importante, porém, destacar que a pesquisa expôs um lapso entre as atividades desenvolvidas pela Sedpac/MG em 2017 no contexto da educação política e os instrumentos orçamentários e financeiros analisados para o mesmo período, que pareciam não refletir exatamente o que havia sido desenvolvido nesse sentido. Frente a essa percepção, as entrevistas realizadas com um representante da Assessoria de Planejamento e uma representante da Diretoria de Políticas de Promoção dos Direitos Humanos, ambos servidores da Sedpac/MG, mostraram-se essenciais para a compreensão do contexto em questão.

Inicialmente, foi explicado que a ação 4548 – *“Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e Participação Social”*, que envolvia a maior quantidade de recursos dentre as ações observadas, por ser genérica, englobava os mais diversos tipos de atividades que, minimamente, a ela podiam ser relacionadas, o que reforça as conclusões anteriormente expostas no que diz respeito à reduzida prioridade dada à educação política, visto que não se pode afirmar em quais atividades os seus recursos foram, de fato, envolvidos.

Por outro lado, as entrevistas também revelaram uma informação animadora. Mesmo sem recursos, a Diretoria de Políticas de Promoção dos Direitos Humanos realizou, em 2017, 68 capacitações com pautas relacionadas às mais variadas garantias de direitos, como a participação social, a defesa e reparação em direitos humanos, a educação e promoção em direitos humanos, etc.

Entretanto, ainda assim, o diagnóstico construído abre espaço e, de certa forma, convoca o presente trabalho a apresentar as suas contribuições, a partir, principalmente, dos aprendizados adquiridos junto às iniciativas de educação política exploradas, frente ao processo de desenvolvimento e consolidação de programas de educação política pelo poder público de Minas Gerais. Essa discussão será realizada no próximo capítulo.

5 CONTRIBUIÇÕES PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA

O presente trabalho, ao longo do seu desenvolvimento, apresentou parte das questões que volta e meia se colocam quando propõe-se a tarefa de pensar, organizar ou realizar ações voltadas à promoção da educação política. Ainda, são somadas a essas questões tendências atuais que têm se consubstanciado nos últimos anos, como a “cultura de mobilização descolada das instituições políticas tradicionais; o pontilhar de movimentos organizados ao calor das discussões polêmicas que, ora mais, ora menos, geram manifestações de ódio e intolerância política.” (ALMEIDA, 2016, p. 27-28). Assim, inicialmente, destaca-se que as discussões relacionadas à educação política não podem se furtar aos desafios que se colocam pelo novo e pelo velho tempo.

Essa seção consolida as contribuições da pesquisa frente ao desenvolvimento de programas de educação política pelo poder público mineiro. Ressalta-se que, especificamente, essas contribuições se apresentam ao Poder Executivo de Minas Gerais, cenário estudado de forma mais detalhada pelo presente trabalho para que essa seção se fizesse legítima, o que não impede que os aprendizados expostos sejam estendidos aos demais Poderes, abarcando, de fato, todo o poder público mineiro.

Certamente, as sugestões que serão apresentadas correspondem a aprendizados adquiridos, sobretudo, com o conhecimento e com o contato promovidos junto a três iniciativas mineiras que, hoje, são referências nacionais na temática da formação cidadã. Compreende-se, entretanto, que os referidos aprendizados não são únicos, definitivos ou até mesmo inquestionáveis, mas surgiram e foram referendados a partir dos estudos desenvolvidos pela pesquisa.

Nesse sentido, não pretende-se, de forma alguma, esgotar as questões que devam ser pensadas ao tratar-se da elaboração de um programa de educação política, pelo contrário, de antemão se reconhece que muitos pontos serão abertos, mas nem sempre fechados. Busca-se, portanto, expor a consolidação de aprendizados construídos frente ao contexto da prática e da experiência de estruturadas iniciativas mineiras de educação política, explorando também as suas dificuldades, e ir um pouco além, transformando-os em sugestões e apontamentos para o desenvolvimento da formação política pela Administração Pública de Minas Gerais.

Para tanto, serão retomadas as variáveis exploradas nos processos de caracterização e análise do grau de consolidação das iniciativas de educação política observadas para que sejam

retiradas sugestões a partir de cada um dos aspectos analisados, são eles: público-alvo, abrangência, objetivos, metodologia, conteúdo, monitoramento, avaliação, tempo de duração e periodicidade.

O contexto de criação dos programas de educação política foi fator considerado extremamente importante frente aos seus respectivos processos de desenvolvimento e consolidação. Ou seja, ao se pensar na promoção da formação política, deve-se atentar também para o contexto de criação dessas iniciativas, isso é, para o apoio institucional, social e político que permeiam o programa. Ainda, esses fatores refletem, em certa medida, a origem do estímulo à implementação desses projetos, que perpassam pelo cumprimento de preceitos legais, pela missão institucional das organizações, pela demanda popular e por outros variados elementos que influenciam o processo de consolidação dessas iniciativas. Considerar, portanto, esse contexto não significa apenas realizar a sua mera análise, mas significa pensar em estratégias para que a educação política alcance um espaço de identidade e legitimidade, ou até mesmo estratégico, nas instituições que, possivelmente, a promovam.

Nessa discussão, vale ressaltar que, embora o presente trabalho, em função de seu recorte e de suas limitações, tenha mantido o foco de sua análise em apenas um órgão do atual governo mineiro, concebe-se que um programa de educação política que pretenda ser, de fato, estruturado e institucionalizado não deva limitar-se à atuação restrita de apenas um setor. Essa atuação precisa ser dotada de caráter institucional no sentido de envolver os mais variados setores do poder público na promoção da formação política, o que tende a enriquecer esse processo formativo em virtude da junção e complementaridade de diferentes áreas de conhecimentos e práticas, que permitem não apenas o desenvolvimento da intersectorialidade frente às ações desenvolvidas, mas também possibilitam o maior alcance desses programas.

Ademais, é ideal que a formação política se mantenha alinhada ao cenário federal, estadual e municipal contemporâneo que a circunda por meio das mais variadas esferas desse contexto, como a política, a econômica, a social, a cultural, etc. O desenvolvimento de um programa de educação política precisará saber contornar atuais tendências e conjunturas que caminham em direção oposta aos seus objetivos; que influenciam, por exemplo, a sua metodologia; e que, muitas vezes, se relacionam a temáticas que dialogam com as próprias pautas levantadas por esses programas. Exemplificando as tendências e conjunturas mencionadas, que não devem ser ignoradas, aponta-se o desgaste e a falta de credibilidade que assolam um grande

número de instituições do poder público, a criminalização da política, a cultura individualista e clientelista em detrimento da coletivista, dentre outros elementos e gramáticas, nos termos de Edson Nunes (2003).

Considerando que os programas de educação política observados confirmaram o pressuposto do presente trabalho de que os seus respectivos níveis de consolidação e amadurecimento derivam, fundamentalmente, da estrutura de funcionamento dessas iniciativas, compreendida como o conjunto das variáveis analisadas (público-alvo, abrangência, objetivos, metodologia, conteúdo, monitoramento, avaliação, tempo de duração e periodicidade), foi possível explorar considerações relevantes no que se refere à importância de cada um desses elementos frente ao processo de desenvolvimento e fortalecimento desses programas.

A definição do público-alvo mostrou-se essencial frente à determinação das diretrizes e estratégias de ação; ao estabelecimento de parcerias; às metodologias; e à especificação dos objetivos dos programas de educação política. Assim, percebeu-se o público-alvo como elemento que permeia aspectos centrais à estrutura de funcionamento das iniciativas de formação política.

Além disso, delinear o público que se pretende alcançar revelou-se importante para que o foco das ações pensadas pelos programas de educação política para esse público não seja perdido ao longo do desenvolvimento dessas iniciativas, buscando atingir, de fato, o público pretendido, perseguindo os objetivos determinados, produzindo os efeitos esperados e alcançando as finalidades almejadas.

Ainda, o estabelecimento do público-alvo é capaz de refletir e fomentar, em certa medida, princípios e valores, quando os programas de formação política pretendem, por exemplo, focar o seu alcance em públicos mais vulneráveis, bem como é ação importante para o nivelamento, na medida do possível, dos indivíduos participantes dessas iniciativas, o que tende a ser positivo para o avanço das atividades por elas desenvolvidas.

Por outro lado, a não restrição, dentro de limites razoáveis, do público-alvo pelos programas de educação política tende a ser uma ação positiva ao possibilitar a expansão da abrangência da iniciativa, permitindo também, muitas vezes, a presença de um público eclético e heterogêneo que enriquece as realizações e as experiências envolvidas no contexto desses programas.

Também é interessante expor que a adequação dos programas de educação política e de suas atividades em prol da aproximação e da compreensão da realidade do seu público-alvo é

fundamental para que o desenvolvimento dessas iniciativas seja dotado de legitimidade e atue de forma cada vez mais eficaz perante esse grupo.

A abrangência dos programas de educação política, por sua vez, guarda relação com as metodologias dessas iniciativas, já que os aspectos metodológicos devem estar alinhados ao alcance do público pretendido tanto em sua dimensão qualitativa quanto quantitativa. Esse alcance, porém, na grande maioria das vezes, tende a ser imensurável, em função do espraiamento dos resultados e dos impactos da formação política por meio das redes sociais dos participantes desses programas. Portanto, ao se pensar na abrangência e na metodologia que a inclua, é preciso também considerar o fator de socialização das experiências e dos aprendizados adquiridos, em diferentes níveis, por meio dessas iniciativas, o que amplia o impacto de suas ações.

É importante que os objetivos dos programas de educação política, no que lhes concerne, sejam claros e bem definidos, para que essas iniciativas consigam segui-los de forma cada vez mais direcionada, se desviando cada vez menos de suas finalidades. Objetivos estabelecidos com clareza são fundamentais para que os programas de formação política permaneçam essencialmente orientados por seus propósitos, direcionando as suas realizações nesse sentido. O que parece um aprendizado simples e talvez previsível, na prática, pode representar algo mais complexo, sobretudo quando se considera que os objetivos representam um elemento basilar no contexto do funcionamento dos programas de educação política, sendo capaz de determinar importantes diretrizes dessas iniciativas.

No que se refere à metodologia dos programas de educação política, interessantes questões foram elencadas. Um dos principais aprendizados aponta que as iniciativas e as suas respectivas metodologias precisam distanciar-se dos elementos meramente governamentais e aproximar-se das forças institucionais, para que alcancem um nível de amadurecimento e consolidação satisfatório e para que não se tornem vulneráveis às forças e aos interesses estritamente políticos e partidários.

As metodologias também precisam adequar-se, oportunamente, à promoção do aprendizado do seu público-alvo. Isso pode ser feito, por exemplo, por meio de uma lógica de simples compreensão que seja palatável para esse grupo, o que, eventualmente, exigirá o abandono, por exemplo, de certas formalidades não essenciais ao desenvolvimento desses processos formativos. Ainda, no campo dos aprendizados, é interessante que a metodologia seja

democraticamente estabelecida e desenvolvida, de forma a também representar um processo educativo. Nesse sentido, reforça-se que as iniciativas de educação política devem promover, e serem abertas a, visões distintas e contraditórios, tanto no que se refere aos processos de formação dos participantes dos programas quanto às temáticas desenvolvidas.

Também é interessante que os processos internos ligados à metodologia e ao desenvolvimento dos programas de educação política sejam priorizados frente aos produtos finais desses programas, não no sentido de demérito em relação a esses produtos, mas buscando-se evitar que as finalidades dessas iniciativas sejam corrompidas. Antes, portanto, de se priorizar, por exemplo, que uma lei seja aprovada por meio de um projeto de lei mirim, esses programas devem se preocupar, a título de ilustração, com a preparação, com a formação e com o nivelamento dos profissionais envolvidos em suas atividades, sendo as assessorias e as ações colaborativas de extremo valor; com o retorno aos participantes dos programas sobre as ações por eles desenvolvidas no contexto das iniciativas, o que é importante para o processo de aprendizado; com a disseminação do conteúdo e dos resultados desenvolvidos em função dos programas, em prol do espriamento dos ganhos e dos impactos relacionados; dentre outras questões apresentadas ao longo do trabalho.

É válido ressaltar que é preciso dar liberdade de atuação e influência, dentro de limites admissíveis, aos participantes das iniciativas de educação política no que concerne ao desenrolar das dinâmicas metodológicas. Essa construção conjunta tende a promover o maior engajamento desses participantes, além da possibilidade de desenvolvimento de processos educativos e democráticos com essa ação. Ao mesmo tempo, e sem desconsiderar a liberdade anteriormente exposta, reforça-se que a existência de uma estrutura predefinida, porém não engessada em seu funcionamento, muitas vezes protege os programas de formação política, principalmente no que se refere à influência de fatores e interesses políticos e partidários, além de permitir que mudanças sejam promovidas em busca do melhor desenvolvimento dessas iniciativas.

Ainda, deve ser destacado o importantíssimo papel de interface dos programas governamentais junto à sociedade civil frente ao desenvolvimento de iniciativas de educação política e de seus impactos. Esse papel, além de promover, na prática, a cidadania e a participação social, tende a proporcionar a maior amplitude dessas iniciativas, visto que, muitas vezes, envolve lideranças, representações e indivíduos capazes de dar capilaridade aos programas

e aos seus resultados. Em contextos democráticos, como o estudado, a construção conjunta dessas iniciativas junto à sociedade ganha relevante coloração.

Ao se pensar no desenvolvimento dos conteúdos pelos programas de educação política, que, de forma geral, carregam especificidades das próprias iniciativas e das instituições a que pertencem, abordando também aspectos mais amplos da formação política, espera-se que esses conteúdos abarquem discussões de caráter intrinsecamente político, porém de forma suprapartidária, para que os processos educativos e o desenvolvimento desses programas não sejam comprometidos. Nesse sentido, é importante que os conteúdos se adequem às diversas realidades nas quais se desenvolvem, visto que os fatores políticos e partidários envolvem questões diversas a depender do contexto em questão.

Os aspectos metodológicos das iniciativas de educação política também podem instigar a definição dos conteúdos desses programas como um processo de formação política, fazendo, por exemplo, com que as temáticas desenvolvidas sejam indicadas e votadas por seus integrantes. A livre escolha dos temas pelos participantes dos programas contribui para o melhor desenvolvimento das iniciativas, ao passo que promove o envolvimento e o engajamento do público que as compõem, desenvolvendo também a sua legitimidade frente a esse grupo.

Ainda, a definição do conteúdo dos programas de educação política junto aos seus participantes é importante para o nivelamento desses indivíduos nas discussões que se apresentam com o decorrer das atividades das iniciativas e para a capacitação desses integrantes frente ao desenvolvimento e à execução de etapas subsequentes relacionadas ao próprio funcionamento dos programas. Por fim, considera-se que o estudo e a prática de pesquisa sobre os conteúdos desenvolvidos pelas iniciativas ao longo de seus ciclos também podem constituir as próprias atividades desses programas.

O monitoramento, por sua vez, mostrou-se crucial para o acompanhamento das realizações dos programas de educação política e para a aproximação de suas respectivas coordenações com os demais envolvidos em suas atividades. Destaca-se que a periodicidade com a qual as reuniões de monitoramento são realizadas deve ser adequada ao funcionamento e às especificidades das iniciativas. Como um mecanismo capaz de diagnosticar o andamento das realizações dos programas com o objetivo de permitir que ações sejam realizadas para que essas

iniciativas se desenvolvam de forma plena, o monitoramento significa tanto atuar em busca de promover possíveis correções relacionadas aos desdobramentos dos programas quanto verificar que as iniciativas avançam de maneira adequada e, portanto, não precisam sofrer mudanças.

O diálogo frequente entre a coordenação dos programas de educação política e os seus demais responsáveis e participantes tem sido ferramenta eficiente e eficaz frente ao monitoramento dessas iniciativas. Nesse contexto, o desenvolvimento de *softwares* que permitem o acompanhamento das atividades em tempo real e as redes sociais, como o aplicativo *WhatsApp*, são adaptações de destaque que auxiliam na construção de um monitoramento tempestivo e próximo por parte da coordenação dos projetos.

A avaliação dos programas de educação política, por sua vez, mostrou-se imprescindível para que sejam pensadas e repensadas melhorias no âmbito do desenvolvimento dessas iniciativas. Aponta-se que a avaliação tende a ser mais produtiva e legítima quando realizada com todas as pessoas envolvidas nos processos avaliados. Assim como o monitoramento, a periodicidade com a qual a avaliação ocorre varia entre os programas, devendo se adaptar à dinâmica própria de funcionamento e às especificidades de cada iniciativa.

Atenção deve ser dada à avaliação processual, realizada ao longo das etapas dos programas de educação política, que tem ganhado espaço em detrimento de uma avaliação única realizada ao fim dos ciclos dessas iniciativas em razão de possibilitar que mudanças positivas sejam realizadas antes que esses ciclos terminem e evitar a perda de informações úteis para a procedência de melhorias, mais facilmente esquecidas quando precisam ser lembradas e concentradas em um momento final de discussão. Ainda, a avaliação processual evita que uma única reunião de avaliação corresponda a um encontro de tempo reduzido frente às discussões necessárias para o melhor desenvolvimento dos programas.

A avaliação revelou-se mecanismo imprescindível frente à gestão de mudanças em prol do aperfeiçoamento do desenvolvimento das iniciativas de formação política. Esse processo, entretanto, só se torna possível em programas que não sejam excessivamente engessados em seus funcionamentos e, portanto, em suas adequações a mudanças internas e externas, fator que também merece atenção. Para a otimização da operacionalização dos processos avaliativos,

mecanismos digitais, como os *softwares* e as redes sociais, também têm tido e ganhado relevância.

O tempo de duração dos programas de educação política representa a duração do ciclo completo das atividades por eles desenvolvidas e, em função da dinâmica própria de cada iniciativa, assim como o monitoramento e a avaliação, deve adequar-se à realidade e às especificidades do contexto de cada programa. Reforça-se que a frequência e a regularidade da periodicidade desses programas ao longo do tempo revelam, possivelmente, o nível de consolidação e legitimidade institucional alcançado por essas iniciativas.

Certa preocupação permeia os programas de educação política que são desenvolvidos em ciclos anuais no que se refere à transformação dessas iniciativas em eventos, já que nem sempre conseguem promover o fomento e o amadurecimento dos aprendizados envolvidos em seus respectivos ciclos, ainda que se reconheça as dificuldades enfrentadas e vencidas por cada um desses programas. Compreende-se que as iniciativas que se organizam em ciclos anuais precisam se empenhar no acompanhamento e no desenvolvimento contínuo da educação cidadã de seus participantes, para que a formação política represente um processo e não corresponda a uma ação pontual, não deixando de se considerar a nobreza dos esforços dos programas que, hoje, mantêm esse modelo.

Ainda, pensar um programa de educação política é tarefa que abarca o envolvimento e o preparo para lidar com os riscos, as limitações e as possibilidades de expansão que se relacionam a essas iniciativas. Destaca-se que os riscos, de certa forma, também representam, muitas vezes, limitações aos programas de educação política.

O risco mais frequentemente apontado frente ao desenvolvimento dessas iniciativas foi a captura desses programas por interesses e fatores estritamente políticos e partidários. O apoio político e institucional, indispensável ao pleno desenvolvimento das iniciativas de formação política, não raro, envereda rumo à partidarização política, fator prejudicial ao cerne desses programas, que, idealmente, devem ser suprapartidários. Isso porque, como já amplamente exposto ao longo do trabalho, o contexto de partidarização política corrompe, sobretudo, a finalidade a que se propõem essas iniciativas, que devem valorizar o processo formativo cívico em detrimento de disputas e influências fundamentalmente políticas e partidárias, ainda que esse

processo seja permeado por questões e debates intrinsecamente políticos abertos a diferentes posicionamentos. Esse contexto se faz ainda mais sensível no poder público, ao passo que vulnerabiliza a consolidação desses programas frente às movimentações e vontades políticas, como as eleições e as trocas de governo.

Outros riscos relativos ao funcionamento das iniciativas de educação política também merecem atenção, como o de não se atingir o público pretendido e, conseqüentemente, comprometer os objetivos e as finalidades desses programas, e o de resumir processos importantes para a educação política a ações incrementais.

As limitações frente ao processo de desenvolvimento da formação política precisam ser compreendidas por meio de uma lógica mais ampla, de caráter histórico e estrutural, fundamentada, sobretudo, no funcionamento do sistema público educacional brasileiro. Esse cenário, que cria dificuldades frente à promoção de um programa estruturado de educação política, merece atenção, já que a compreensão e a atuação frente ao contexto que circunda essas iniciativas precisam ser conscientes, lúcidas e orientadas no sentido de contornar entraves e propor, sempre que possível, caminhos a serem seguidos em prol da educação para a democracia.

Ainda, também surgem como limitações a frágil formação de profissionais para lidarem com a educação política e as diferentes dificuldades contextuais que os programas de formação política precisarão saber enfrentar.

O processo de expansão de um programa de educação política, por sua vez, certamente precisará discutir importantes fatores de limitação dessas iniciativas, sobretudo no que se refere aos recursos envolvidos em suas atividades, como os financeiros, os humanos, os de infraestrutura, etc.

Apesar de não ser tarefa fácil, a promoção da educação política produz significativos ganhos e impactos para a sociedade e para o país, o que representa, meio às dificuldades, fator de motivação para continuar perseguindo o fortalecimento dessas iniciativas.

Os ganhos e os impactos da educação política são diversos e têm sido apontados pelos programas que a promovem. Não deve ser esquecida a relação que se interpõe entre a formação política e o desenvolvimento e amadurecimento dos regimes democráticos, assim como precisam

ser lembradas as suas consequências que atingem diferentes contextos e que mostram-se em diálogo com o reconhecimento, a promoção e a garantia de direitos civis, políticos e sociais de uma sociedade democrática.

Individualmente, a educação política tem proporcionado consciência cívica, novas visões de mundo, oportunidades e empoderamento, além de, coletivamente, fortalecer os aspectos de participação e mobilização social, de cidadania, de redução de desigualdades e de pertencimento à nação.

Destaca-se que a educação política e os seus respectivos programas têm promovido impactos no que se refere à aproximação da sociedade com a política, ao fomento e fortalecimento dessas iniciativas e à consolidação de instituições essenciais à democracia. Os resultados da formação política alcançam, ainda, o contexto da criação de leis e de políticas públicas, envolvendo também a produção de pesquisas acadêmicas sobre a temática, fortalecendo-a.

As contribuições expostas foram organizadas de acordo com os aprendizados relacionados às variáveis exploradas no contexto das iniciativas observadas e deixam claro: é preciso seguir na pauta da educação política.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tudo o que a pesquisa construiu, uma certeza se mostrou inabalável: é preciso discutir e desenvolver a promoção da educação política. Esperava-se que a formação política fosse importante para o despertar da consciência cívica pelos cidadãos; para o reconhecimento, para o fomento e para a garantia de direitos civis, políticos e sociais; para a participação social; para a cidadania; para a democracia; para a redução das desigualdades; para o combate ao autoritarismo; etc. E foi exatamente isso, tudo isso, que o desenvolvimento do trabalho apresentou.

Inicialmente, é indispensável ressaltar que nenhuma parte do trabalho foi mais enriquecedora do que os momentos vividos durante as entrevistas e as observações não participantes. Essas experiências *in loco* permitiram a percepção dos elementos citados no parágrafo anterior a partir da prática. Acompanhar a concretização de tudo o que era imaginado, planejado e estudado por esse trabalho mostrou-se imensurável. Por meio dessas vivências, a formação política foi vista como elemento transformador de vidas, certamente para o bem individual e coletivo.

A busca por aprendizados junto a três iniciativas mineiras de educação política, referências nacionais no gênero, não poderia ter sido mais engrandecedora. A observação da Câmara Mirim de Belo Horizonte, do Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas e do Parlamento Jovem de Minas confirmou o pressuposto do trabalho de que o funcionamento desses programas (compreendido como o conjunto das variáveis exploradas: público-alvo, abrangência, objetivos, metodologia, conteúdo, monitoramento, avaliação, tempo de duração e periodicidade) era fator fundamental ao processo de consolidação dessas iniciativas, subsidiando importantes contribuições da pesquisa frente ao desenvolvimento da educação política pelo setor público mineiro, ao passo que, nesse sentido, foi possível explorar a importância de cada um dos aspectos mencionados, abordando também as relevantes discussões que permeiam essas variáveis.

Por outro lado, experiência menos animadora foi conhecer o contexto da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais, órgão ao qual compete o desenvolvimento da educação política, mas que tem atuado de forma pontual e

fragmentada nesse sentido, dando reduzida prioridade à pauta da formação política e cidadã, cenário deflagrado por meio de seus instrumentos de planejamento. Ao mesmo tempo, o contato com esse contexto provocou inquietude e deixou ainda mais claro que é preciso seguir buscando o desenvolvimento da educação cidadã.

A educação política poderia ter sido discutida em diversas estruturas, principalmente nas escolares. Objetivou-se, porém, erguer essa discussão no âmbito do poder público mineiro, com foco para o Executivo, por compreender que esse debate frente ao contexto escolar exigiria esforços ainda mais heróicos do que os inúmeros já investidos nessa pauta, que é extremamente relevante. Assim, o trabalho manteve a análise da promoção da educação política pelo setor público por conceber a formação política como um direito fundamental que deve ser garantido pelo Estado aos cidadãos que vivem em um regime democrático e por considerar que o poder público, se empenhado, conseguiria produzir valiosos resultados nesse sentido.

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho foi cumprido. Distintas iniciativas mineiras de educação política foram identificadas e caracterizadas, bem como tiveram analisados os seus respectivos graus de consolidação, estabelecendo-se um panorama de suas variáveis exploradas e discutindo possibilidades e desafios para a construção de programas de educação para a democracia no Estado de Minas Gerais.

Os objetivos específicos, por sua vez, também foram alcançados. A educação política foi conceituada e a sua justificativa para o desenvolvimento da democracia foi exposta; foi realizado o levantamento de iniciativas mineiras de educação cidadã concentradas em Belo Horizonte, sendo três selecionadas para serem estudadas; os programas escolhidos para observação foram caracterizados quanto às variáveis exploradas, e, a partir disso, foram analisados os seus respectivos graus de consolidação; levantou-se as limitações, os riscos e as possibilidades de expansão das iniciativas observadas; e discutiu-se os instrumentos normativos e de planejamento relacionados à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais no âmbito da educação política. Com base nos objetivos específicos expostos, foram estruturadas e consolidadas contribuições relacionadas ao desenvolvimento de programas de educação para a democracia pelo setor público mineiro.

O desenvolvimento da presente pesquisa, embora tenha logrado êxito frente aos seus objetivos, encontrou dificuldades em seu percurso. Muitas vezes, essas dificuldades correspondiam à missão de se definir o que pertencia ou não ao campo da educação política, questão exposta em momentos nos quais a amplitude desse conceito criava óbices. Ainda, lamentou-se o fato de o trabalho precisar se aproximar exclusivamente dos coordenadores dos programas de formação política, em razão de seus limites e objetivos, não permitindo a construção de aprendizados junto aos participantes dessas iniciativas. Espera-se, entretanto, que esse contato, certamente de valor fundamental para a discussão atinente à promoção da educação política, possa ser explorado em pesquisas futuras.

Inicialmente, o fato de o trabalho observar iniciativas significativamente distintas de formação política em busca de retirar contribuições e aprendizados para o setor público foi visto como algo contraditório. Como pretendia-se analisar programas consolidados para que as contribuições apresentadas fossem legítimas e relevantes, a escolha pelas três iniciativas mencionadas foi mantida e as diferenças centrais entre os programas observados foi elemento que, inclusive, enriqueceu o desenvolvimento da pesquisa, já que os aprendizados mostraram-se distintos, igualmente importantes e, muitas vezes, complementares.

É imprescindível reforçar que a pauta levantada para discussão por esse trabalho se relaciona de forma singular com o atual contexto social e político do Brasil. A criminalização da política, o surgimento de propostas como a Escola sem Partido, o esfacelamento da legitimidade das instituições políticas frente aos cidadãos, a descrença e a desesperança das pessoas no poder público, dentre tantos outros fatores, são elementos que convocam o desenvolvimento da educação política, pois essas questões não serão resolvidas por nenhum outro meio, senão pela via política, que pressupõe a participação social e o preparo para essa participação.

Ainda, destaca-se que o contexto que originou e justificou a realização da presente pesquisa, infelizmente, ainda se mantém vivo. As intensas desigualdades, a supressão de direitos, as tradições autoritárias, o desrespeito à democracia, dentre outros elementos, são realidades que ainda ocupam o Brasil. Esses cenários precisam ser enfrentados sobretudo pelo Estado, que precisa cumprir o papel de instituição garantidora do bem comum e coletivo e, em aspectos essenciais e mais profundos, da dignidade da pessoa humana. Mais uma vez, essas pautas não

podem ser desvinculadas da educação política, pois, conforme exposto, a ela estão diretamente relacionadas.

Governos e Estados que queiram transformar o Brasil em uma nação desenvolvida, justa e democrática precisam compreender que a educação política é uma pauta necessária, sobretudo para que sejam formados cidadãos com práticas, conhecimentos e valores democráticos e que estejam, de fato, preparados para intervir em processos políticos em defesa do desenvolvimento do regime político nacional. Se o poder público conseguir atuar de forma efetiva nessa pauta, que é a educação política, cumprirá parte das suas funções e estará fazendo um bem enorme e necessário tanto para a sociedade quanto para si mesmo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo Estramano de. Pensamento, cultura e educação política no Brasil: algumas reflexões e propostas. In: Cadernos Adenauer XVII, n.º 1. **Educação política: reflexões, iniciativas e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016. Cap. 2, p. 15-30. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/18862-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Parlamento Jovem de Minas**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/educacao/parlamento_jovem/index.html>. Acesso em: 8 mar. 2018.

BLUME, Bruno André. O que é educação política? **Politize!**, [S.l.]: 22 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/educacao-politica-o-que-e-proposito/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=579494&id=16434803&idBinario=16434817>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Cadastro de participantes do Câmara Mirim 2017**. Belo Horizonte: 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Projeto Câmara Mirim 2017**. Belo Horizonte: 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Projeto Câmara Mirim 2018**. Belo Horizonte: 2018.

CAMBAÚVA, Daniella. Educação política no Poder Judiciário: uma visão preliminar. In: Cadernos Adenauer XVII, n.º 1. **Educação política: reflexões, iniciativas e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016. Cap. 13, p. 217-230. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/18862-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

COLIGAÇÃO MINAS PARA VOCÊ. **Programa de Governo Fernando Pimentel 2015-2018**. 2014.

COLEMAN, James Samuel et al. **Equality of educational opportunity**. Washington: 1966.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes e Normas para as Universidades Católicas**. Brasília: 2000. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/documentos/audiencias-publicas/anexo-29>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

COSSON, Rildo. A missão pedagógica das Escolas do Legislativo. In: COSSON, Rildo. **Escolas do Legislativo, Escolas de Democracia**. Brasília: Edições Câmara, 2008. Cap. 4, p. 187-206. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2662/escolas_legislativo_cosson.pdf?sequence=5>. Acesso em: 21 dez. 2017.

COSSON, Rildo. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. In: Cadernos Adenauer XI, n.º 3. **Educação política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010. Cap. 2, p. 13-19. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_20865-1522-5-30.pdf?110126203825>. Acesso em: 03 nov. 2017.

DAHL, Robert Alan. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998-2001. Disponível em: <<https://oidmercosul.files.wordpress.com/2012/11/63830651-dahl-robert-sobre-a-democracia.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

DANTAS, Humberto. **Educação política**: sugestões de ação a partir de nossa atuação. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2017. Disponível em:

<<http://www.votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Livro-EducacaoPolitica-completo.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

DANTAS, Humberto. O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. In: Cadernos Adenauer XI, n.º 3. **Educação política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010. Cap. 1, p. 3-11. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_20865-1522-5-30.pdf?110126203825>. Acesso em: 03 nov. 2017.

DANTAS, Humberto; THEMOTHEO, Reinaldo José; WOISCHNIK, Jan. Apresentação. In: Cadernos Adenauer XVII, n.º 1. **Educação política: reflexões, iniciativas e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016. Cap. 1, p. 7-13. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/18862-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

EVC – CAMARA DOS DEPUTADOS. **Apresentação EVC**. *YouTube*, 7 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=diA_1B6EhWA>. Acesso em: 12 dez. 2017.

EVC – CAMARA DOS DEPUTADOS. **O que é educação para a democracia?** *YouTube*, 7 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=230&v=HmSI45cNsr8>. Acesso em: 12 dez. 2017.

FERREIRA, Izalci Lucas. **Projeto de Lei n.º 867 de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

FORLINI, Danilo Basile; FERNANDES, Maria José da Silva. A percepção dos estudantes como um meio para pensar a formação cidadã no ensino médio e caminhos para a educação política em âmbito escolar. In: Cadernos Adenauer XVII, n.º 1. **Educação política: reflexões, iniciativas e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016. Cap. 3, p. 31-48. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/18862-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/files/Autonomia.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel Ávila. Formando cidadãos democráticos: considerações sobre os efeitos do Parlamento Jovem mineiro. In: Cadernos Adenauer XVII, n.º 1. **Educação política: reflexões, iniciativas e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016. Cap. 9, p. 145-164. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/18862-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTOS NACIONAIS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **A Cara da Democracia no Brasil**: satisfação com a democracia e conjuntura política no Brasil. Belo Horizonte-Brasília-Campinas-Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/a46f9a_3e0985df7c7f48b7979c81f76abcd38.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2018.

JÚNIOR, José Paulo Martins; DANTAS, Humberto. O Índice de Participação e a importância da educação. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. X, n.º 2, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v10n2/22019.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

KERSTING, Wolfgang. Democracia e educação política. In: MERLE, Jean-Christophe; MOREIRA, Luiz. **Direito e legitimidade**. São Paulo: Landy Editora, 2003.

KRAHENBUHL, Cynthia de Lima. Educação política na prática: jogos e dinâmicas participativas. In: Cadernos Adenauer XVII, n.º 1. **Educação política no Brasil: reflexões, iniciativas e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016. Cap. 6, p. 91-108. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/18862-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MAYUMI, Carla; PEDREIRA, Beatriz. Educação política na prática: usando empatia e vivência como aprendizado. In: Cadernos Adenauer XVII, n.º 1. **Educação política no Brasil: reflexões, iniciativas e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016. Cap. 7, p. 109-122. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/18862-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

MEDEIROS, Dulcinéa Duarte de. **Os Direitos Humanos e a democratização das políticas de segurança pública**. 2007. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em

Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp058948.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

MINAS GERAIS. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. 15. ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.mg.gov.br/IMG/Legislacao/legiscont/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Estadual.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

MINAS GERAIS. Decreto n.º 46783 de 24 de junho de 2015. Define a estrutura orgânica dos órgãos do Poder Executivo Estadual que menciona e da outras providências. **Minas Gerais Diário do Executivo**, 25 jun. 2015a. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46783&ano=2015&aba=js_textoOriginal>. Acesso em: 28 mai. 2018.

MINAS GERAIS. Decreto n.º 47147 de 27 de janeiro de 2017. Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2017 e dá outras providências. **Minas Gerais Diário do Executivo**, 28 jan. 2017a. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47147&ano=2017>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Lei Orçamentária Anual 2017**: volume II B – orçamento fiscal. Belo Horizonte: 2017b. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/documento/loa-2017>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

MINAS GERAIS. Lei n.º 21693 de 26 de março de 2015. Altera a Lei Delegada n.º 179, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização básica e a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo do Estado, e a Lei Delegada n.º 180, de 20 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. **Minas Gerais Diário do Executivo**, 27 mar. 2015b. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=21693&comp=&ano=2015&texto=original>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

MINAS GERAIS. Lei n.º 21967 de 12 de janeiro de 2016. Atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e dá outras providências. **Minas Gerais Diário do Executivo**, 13 jan. 2016a. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=21967&ano=2016>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. Subsecretaria de Estado de Participação Social. **Planejamento SUBPAS 2017**: sistematização por núcleo. Belo Horizonte: 2017c.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2016-2017**: desenvolvimento econômico e social sustentável de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2016b. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/pagina/planejamento-e-orcamento/plano-mineiro-de-desenvolvimento-integrado-pmdi/plano-mineiro-de>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Plano Plurianual de Ação Governamental 2016-2019 / Exercício 2017**: volume II – programas e ações por setor de governo. Belo Horizonte: 2017d. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/documento/ppag-exercicios-anteriores>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. **Relatório de gestão da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania**: exercício 2017. Belo Horizonte: 2018.

MORAIS, Ingrid Agrassar. Escola Judiciária Eleitoral do Pará: perspectivas e desafios para uma educação cidadã na Amazônia. In: Cadernos Adenauer XI, n.º 3. **Educação política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010. Cap. 6, p. 44-51. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_20865-1522-5-30.pdf?110126203825>. Acesso em: 03 nov. 2017.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

PENZIM, Adriana Maria Brandão; VENTURA, Adriano de Souza. **Núcleo de Estudos Sociopolíticos**. Belo Horizonte, 2005.

PIMENTEL, Fernando Damata. **Projeto de Lei n.º 3039 de 2015**. Atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/texto.html?a=2015&n=3039&t=PL>. Acesso em: 29 mai. 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Blog do Núcleo de Estudos Sociopolíticos**. Disponível em: <<http://legislativonesp.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Núcleo de Estudos Sociopolíticos**. Disponível em: <<http://nesp.pucminas.br/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Orientações para elaboração de trabalhos científicos**: projeto de pesquisa, teses, dissertações, monografias, relatórios entre outros trabalhos acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). 2. ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2016. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20160217102425.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2018.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**: teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap 3, p. 76-97. Disponível em: <http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap_3_Como_Elaborar.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2017.

RESENDE, João Francisco. Educação escolar, hábitos e atitudes políticas: considerações sobre a experiência brasileira. In: Cadernos Adenauer XI, n.º 3. **Educação política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010. Cap. 3, p. 20-28. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_20865-1522-5-30.pdf?110126203825>. Acesso em: 03 nov. 2017.

ROCHA, Camilo. O mapa que registra projetos da Escola sem Partido no país: iniciativa é de um movimento de professores e estudantes que consideram o programa inconstitucional e uma ameaça à educação. **Nexo Jornal**, [S.l]: 12 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/12/O-mapa-que-registra-projetos-da-Escola-sem-Partido-no-pa%C3%ADs>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

ROMÃO, Wagner de Melo. As Manifestações de Junho e os Desafios à Participação Institucional. **Boletim de Análise Político-Institucional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Rio de Janeiro, n.º 4, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/1301017_boletim_analisepolitico_04.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2017.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com os coordenadores dos programas de educação política explorados

Momento 1: apresentação da entrevistadora, dos objetivos do seu trabalho e da sua entrevista.

Momento 2: apresentação da(s) pessoa(s) entrevistada(s).

Momento 3: apreciação conjunta da possibilidade de gravação do áudio da entrevista.

Momento 4: questionamentos.

- 1) Como surgiu a ideia da iniciativa? Como se deu o seu processo de estruturação? Quais são os pontos de destaque de sua trajetória de consolidação?
- 2) Retomada de pontos referentes à caracterização e ao funcionamento do programa que não foram claramente identificados em outros meios pela entrevistadora (público-alvo, abrangência, objetivos, metodologia, conteúdo, monitoramento, avaliação, tempo de duração e periodicidade).
- 3) Quais são os riscos, as limitações e as possibilidades de expansão da iniciativa?
- 4) A iniciativa pode ser considerada estruturada? Por quê?
- 5) Qual a relação entre a caracterização e o funcionamento da iniciativa e o seu respectivo grau de consolidação?
- 6) O Poder Executivo estadual, especificamente a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais, possui, de forma geral, iniciativas consolidadas de educação política?
- 7) Com base na resposta anterior, como transformar esse cenário? Quais os principais desafios a serem enfrentados? Qual a contribuição que o programa pode proporcionar frente a esse contexto?
- 8) Qual o papel da educação política na atualidade?
- 9) Qual o papel da educação política para a democracia brasileira?

10) Quais os principais ganhos para a formação das pessoas que participam da iniciativa no que se refere aos valores, às atitudes e aos conhecimentos?

11) O que significa educação política na teoria? E na prática?

Momento 5: agradecimentos, solicitações e registros.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com um representante da Assessoria de Planejamento da Sedpac/MG

Momento 1: apresentação da entrevistadora, dos objetivos do seu trabalho e da sua entrevista.

Momento 2: apresentação da pessoa entrevistada.

Momento 3: apreciação conjunta da possibilidade de gravação do áudio da entrevista.

Momento 4: questionamentos.

1) Quais são os principais instrumentos de planejamento da Sedpac/MG que possibilitam situar o desenvolvimento da educação política por esse órgão? Como interpretá-los?

2) Quais são as principais ações de educação política atualmente desenvolvidas pela Sedpac/MG? Como está o andamento de cada uma delas? Quais são os recursos envolvidos nessas ações?

3) A educação política tem sido pauta prioritária na Sedpac/MG?

Momento 5: agradecimentos, solicitações e registros.

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com uma representante da Diretoria de Políticas de Promoção dos Direitos Humanos da Sedpac/MG

Momento 1: apresentação da entrevistadora, dos objetivos do seu trabalho e da sua entrevista.

Momento 2: apresentação da pessoa entrevistada.

Momento 3: apreciação conjunta da possibilidade de gravação do áudio da entrevista.

Momento 4: questionamentos.

1) Os instrumentos de planejamento orçamentários e financeiros relacionados à Sedpac/MG não são claros quanto aos recursos envolvidos com a educação política. Por quê? Quais são esses recursos?

2) Quais são as principais ações de educação política atualmente desenvolvidas pela Sedpac/MG? Como está o andamento de cada uma delas?

Momento 5: agradecimentos, solicitações e registros.

ANEXO A – Critérios para avaliação da participação das escolas na Câmara Mirim de Belo Horizonte

Como forma de incentivo a uma participação mais ativa e que promova a realização de ações de disseminação dos conteúdos e temas trabalhados no programa para toda a comunidade escolar, os três professores-referência que apresentarem os melhores desempenhos entre as dez escolas municipais participantes da edição anterior serão certificados como forma de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em prol da sociedade e assegurarão a participação de suas respectivas escolas na edição seguinte. Essa seleção é feita a partir da média aritmética simples dos pontos obtidos com base nos critérios estabelecidos a seguir.

Pontos negativos, com peso dois: soma das faltas dos vereadores mirins e soma das substituições de vereadores mirins por suplentes durante o projeto. Pontos positivos, com peso um: número de atividades extra sessão relacionadas ao programa e desenvolvidas pelas escolas e pontuação (de um a onze) pela ordem do percentual de alunos envolvidos nas atividades extra sessão em relação ao número total de alunos do 3º ciclo de cada instituição.

Em caso de empate na soma final dos pontos entre duas ou mais escolas, a definição da escola que participará da edição seguinte obedecerá aos seguintes critérios: terá preferência a escola que não tenha participado ou tenha participado o menor número de vezes de outras legislaturas; se mantido o empate considerando o critério anterior, terá preferência a escola que tenha somado a menor quantidade de pontos negativos; persistindo o empate, será feito um sorteio entre as escolas empatadas.

Observação: a falta do vereador mirim somente será abonada, não contando ponto negativo na apuração da pontuação dos professores-referência para a sua certificação, mediante apresentação de atestado médico ou documento comprobatório equivalente no prazo máximo de sete dias após a falta e julgamento como pertinente pela coordenação da Camir/BH.

As informações do presente anexo foram extraídas do Projeto Câmara Mirim 2017.

ANEXO B – Regras para a eleição dos vereadores mirins da Câmara Mirim de Belo

Horizonte

O eleitorado da Câmara Mirim será formado pelos anos finais do turno diurno do ensino fundamental das instituições participantes. Para ser candidato, o interessado deverá estar regularmente matriculado nas instituições que compõem o projeto e pertencer ao mesmo público do eleitorado. Será enviado por *e-mail* às escolas integrantes da iniciativa um formulário-padrão destinado à inscrição dos candidatos a vereador mirim, que deverá ser preenchido com os dados completos dos pretendentes.

Dez escolas e o Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (CP/UFMG) elegerão quatro vereadores mirins, sendo que a escola que tiver o maior número de turmas dos anos finais no ensino fundamental diurno elegerá cinco vereadores mirins, totalizando quarenta e cinco participantes. Em caso de empate decorrente desse critério, a escola que possuir o maior número nominal de alunos dos anos finais do ensino fundamental diurno elegerá cinco vereadores mirins.

Em cada escola e no CP/UFMG, poderá haver apenas um candidato por turma dos anos finais do ensino fundamental diurno. Esse critério, junto ao seguinte, evita o voto corporativo, garantindo um processo dinâmico e educativo de campanha eleitoral. Nesse caso, cada sala funciona como um partido político e realiza prévias para a escolha de seu candidato. Cada eleitor vota em dois candidatos. Esse critério procura garantir, junto ao anterior, que os candidatos busquem votos nas demais turmas e que o eleitor procure conhecer outros candidatos fora de sua turma. Dessa forma, cria-se a possibilidade de maior integração entre as turmas do projeto, facilitando o alcance dos objetivos da iniciativa.

Em cada instituição, serão considerados eleitos os quatro, ou cinco, no caso da escola que elege cinco vereadores mirins, candidatos mais votados a partir da ordem do número de votos recebidos. Também por essa ordem, os demais candidatos não eleitos serão considerados suplentes para efeito de substituição em caso de impossibilidade do candidato eleito ao longo do projeto. O suplente somente assumirá o lugar do vereador mirim em caso de desistência

(renúncia), mudança de escola ou outro impedimento objetivo. A falta do vereador mirim em qualquer sessão não implica a sua substituição, mesmo que temporária.

Não será permitida a reeleição dos vereadores mirins das escolas participantes da edição atual que venham a permanecer no projeto na edição seguinte. Na apuração das eleições, em caso de empate, o candidato mais idoso terá prioridade sobre o mais jovem. Poderá ser instituída a confecção de título de eleitor para a eleição dos vereadores mirins a cargo da escolha das instituições participantes. Nesse caso, a coordenação do programa fornecerá o modelo pronto para a impressão e caberá às instituições o preenchimento e a impressão dos títulos com os dados de seus eleitores.

As informações do presente anexo foram extraídas do Projeto Câmara Mirim 2017.

ANEXO C – Calendário de atividades da Câmara Mirim de Belo Horizonte (2017)

Quadro 3 - Calendário da Câmara Mirim de Belo Horizonte (2017) (continua)

Data/Período	Local	Atividades
10/11/2016	EJE/TRE-MG	Reunião sobre as eleições mirins de 2017.
16/12/2016	Smed/BH	Reunião com os diretores das escolas para apresentação do programa.
Janeiro	Escolas	Apresentação do programa para os diretores das escolas que faltaram na reunião realizada em dezembro.
Fevereiro	Escolas	Palestra sobre a iniciativa para juizes do TRE-MG.
03/02/2017	CMBH	Reunião com os professores-referência das instituições para apresentação do programa e das regras do processo eleitoral.
02/02/2017 a 15/03/2017	Escolas	Processo eleitoral - eleição dos vereadores mirins: (06 a 17/02) divulgação do projeto nas escolas, definição de candidatos por turma e inscrição de candidaturas; (15/02 a 14/03) campanha eleitoral; (10/03) treinamento de mesários; (13/03) carga das urnas; (14/03) distribuição das urnas nas escolas; (15/03) eleição e apuração; e (06/02 a 14/03) realização de palestras do TRE-MG.
29/03/2017	CMBH	Sessão solene de posse: posse dos vereadores mirins e dinâmica de integração entre os participantes.
12/04/2017 Primeira sessão	Plenário Juscelino Kubitschek (CMBH)	<i>Projeto Visite a Câmara Especial</i> : palestra "O Estado Moderno e o Poder Legislativo"; visita à CMBH: democracia, cidadania e participação, poderes do Estado (Executivo, Judiciário e Legislativo), Poder Legislativo municipal e suas funções e entrevista com o presidente ou com vereador da Comissão de Políticas Públicas da CMBH, caso seja possível; público-alvo: vereadores mirins e professores-referência.
19/04/2017 Segunda sessão	Plenário Juscelino Kubitschek (CMBH)	Apresentação das escolas - (40 min); conteúdo legislativo: câmara municipal, vereadores (o mandato e o seu papel), plenário, comissões, Mesa Diretora, regimento interno e regimento de conduta da Câmara Mirim de 2017 - (50 min); público-alvo: vereadores mirins e professores-referência.

(continuação)

Data/Período	Local	Atividades
19/04/2017 Segunda sessão	Plenário Helmécio Arantes ou Camil Caran (CMBH)	Elaboração do regimento de conduta da Câmara Mirim 2017 - (50min); apresentação sobre o papel do professor-referência e sobre o trabalho a ser desenvolvido nas instituições: atividades extra sessão, registro no relatório <i>online</i> (simulação de lançamento e compartilhamento do <i>link</i>), acompanhamento mensal pela coordenação estadual, relato das experiências dos professores-referência que permaneceram no programa e entrega de documento com sugestões de atividades (portifólio) - (50 min); público-alvo: vereadores mirins e professores-referência.
17/05/2017 Terceira sessão	Plenário Juscelino Kubitschek (CMBH)	Conteúdo legislativo: comissões (conceito e atribuições), tipos de comissões (permanentes e temporárias), Comissão de Orçamento e Comissão de Políticas Públicas, papéis do presidente e do relator da CMBH - (50 min); palestra sobre o primeiro tema - (30 min); público-alvo: vereadores mirins.
	Plenário Helmécio Arantes ou Camil Caran (CMBH)	Simulação de audiência pública - (1h15min); público-alvo: vereadores mirins. Oficina de redação parlamentar: projeto de lei e indicação; público-alvo: professores-referência.
21/06/2017 Quarta sessão	Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais	Conteúdo legislativo: o que é lei?, a lei segundo a CR/88, competências legislativas (União, estados e municípios), iniciativa exclusiva do prefeito, iniciativa dos vereadores, das comissões e dos cidadãos - (50 min); palestra sobre o segundo tema - (30 min); público-alvo: vereadores mirins. Simulação de audiência pública sobre o segundo tema; público-alvo: vereadores mirins. Câmara Mirim Federal: funcionamento, informações gerais, elaboração das propostas e repasse do questionário utilizado na iniciativa em 2015 para orientação; público-alvo: professores-referência.

(conclusão)

Data/Período	Local	Atividades
05/07/2017 Quinta sessão	Escola participante	Oficina de redação parlamentar: projeto de lei e indicação, emendas (regras, tipos) e indicação - (50 min); palestra sobre o terceiro tema - (30 min); e simulação de audiência pública sobre o terceiro tema.
01/08/2017 a 11/08/2017	Escolas	Miniofícinas de redação - elaboração de proposições.
16/08/2017 Sexta sessão	Plenário Juscelino Kubitschek (CMBH)	Conteúdo legislativo: dinâmica de plenário (discussão, votação e quórum) - (50 min); eleição da Mesa Mirim - (30 min); dinâmica de socialização das proposições elaboradas pelos vereadores mirins com apresentação, apreciação e admissão de emendas (negociação para aglutinação, alteração ou supressão das propostas) - (60 min); e resultado da eleição da Mesa Mirim - (10 min).
20/09/2017 Sétima sessão	Plenário Aymnths de Barros (CMBH)	Plenária de discussão e votação das proposições apresentadas.
17/10/2017 Sessão extra (vinculada ao funcionamento da Câmara Mirim Federal)	Smed/BH	Atividade preparatória para a sessão mirim em Brasília com reunião de comissões especiais para análise dos projetos de lei selecionados, caso a Camir/BH não participe dos dois dias do evento em Brasília.
25/10/2017 Oitava sessão (vinculada ao funcionamento da Câmara Mirim Federal)	Plenário Aymnths de Barros (CMBH)	Plenária de discussão e votação das proposições apresentadas.
22/11/2017 Nona sessão	Plenário Aymnths de Barros (CMBH)	Sessão solene de encerramento: diplomação dos vereadores mirins, certificação dos professores-referência e das escolas que permanecerão na edição subsequente e de professores-referência em geral; entrega simbólica das proposições da Câmara Mirim à Comissão de Participação Popular da CMBH; e descerramento da foto da presidente mirim de 2016.
29/11/2017 Décima sessão	Plenário Juscelino Kubitschek (CMBH)	Sessão de avaliação: avaliação do projeto com apresentação de sugestões para a próxima legislatura.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados extraídos do Projeto Câmara Mirim 2017.

ANEXO D – Relatório sintético das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas em 2017

Em 2017, o Núcleo de Estudos Sociopolíticos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Nesp/PUC Minas) fez-se representado no Centro Nacional de Fé e Política “*Dom Helder Câmara*” (Cefep) - órgão da Comissão Nacional de Bispos do Brasil (CNBB); na Comissão Permanente de Assessoria do Vicariato Episcopal para a Ação Pastoral, da Arquidiocese de Belo Horizonte; no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais, via representação da PUC Minas; no Grupo de Integração da Comissão da Verdade, criado pela PUC Minas, e na Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg); em setores da Arquidiocese de Belo Horizonte, da PUC Minas e de movimentos sociais; e no Movimento Nacional de Fé e Política.

No que se refere às atividades de ensino, o Nesp/PUC Minas participou e organizou o curso “*Educação Popular em Direitos Humanos*”, em parceria com a Comissão Pastoral de Direitos Humanos, da Arquidiocese de Belo Horizonte; realizou o curso “*Igreja e Sociedade*”, que diz respeito à assessoria na preparação e na discussão de temas diversos em regiões episcopais e foranias da Arquidiocese de Belo Horizonte; produziu e discutiu a análise de conjuntura política intitulada “*Contextus*”, com o objetivo de assessorar lideranças de movimentos sociais e eclesiais e, especialmente, o Coletivo Arquidiocesano de Fé e Política; participou do curso “*Juventude, Igreja e Sociedade*”, em parceria com a Pastoral da Juventude, que teve por objetivo promover a capacitação de jovens líderes comunitários da Arquidiocese de Belo Horizonte; realizou a palestra “*A força política dos grupos organizados*”, que ocorreu na Basílica de Lourdes, e a palestra seguida de debate sobre o tema da Campanha da Fraternidade, que contou com a participação de integrantes de setores pastorais e de grupos de fé e política e aconteceu no Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política; e, por fim, acompanhou o estagiário do projeto de pesquisa “*Cultura da paz e modos de vida na sociedade contemporânea*”.

Já no contexto das atividades de extensão, o Nesp/PUC Minas deu apoio à criação de grupos e coletivos de fé e política paroquiais, atendendo à demanda do Plano de Ação Pastoral da Arquidiocese de Belo Horizonte; realizou o minicurso “*Juventude e Sociedade*”, com foco para a juventude, na Paróquia Nossa Senhora da Consolação; organizou reunião na paróquia de Esmeraldas com vistas à formação de um grupo local de acompanhamento do Legislativo;

planejou, organizou e executou o 4º Encontro Arquidiocesano de Fé e Política – “*Política da solidariedade: pensar e agir*”, que contou com a participação de 300 lideranças e agentes sociais e eclesiais; participou e assessorou o Encontro do Movimento Mineiro de Fé e Política; assessorou também o Encontro Estadual dos Políticos Cristãos, em Jaboticatubas (MG), que contou com 350 lideranças de todo o estado; e realizou atividade de formação na paróquia São José, de Vespasiano.

As atividades de planejamento resumiram-se no planejamento das atividades do Nesp em adequação à remodelação do Anima/PUC Minas; na gestão do Plano de Metas, que trata da implantação de plano para acompanhamento das metas dos vários órgãos da PUC Minas no período de 2017 a 2019; e na parceria firmada com a Cáritas Nacional para a elaboração conjunta de um projeto de curso de especialização à distância pela PUC Minas Virtual para 2018, objetivando a formação de agentes sociais e políticos de pastorais sociais.

No contexto das atividades de pesquisa, o programa planejou, elaborou e executou etapa preliminar do projeto de pesquisa “*Cultura da paz e modos de vida na sociedade contemporânea*”. O projeto foi submetido ao Fundo de Incentivo à Pesquisa da PUC Minas e aprovado para execução em 2018.

No que se refere às atividades desenvolvidas nas unidades da PUC Minas, foi oferecida, em parceria com a Ação Pastoral Universitária, formação sociopolítica dirigida à comunidade acadêmica e à sociedade local, na unidade do Barreiro, e executou-se, na unidade São Gabriel, em parceria com os cursos de Jornalismo e Psicologia, o projeto “*Política das Minorias*”.

No campo da comunicação e das publicações, contou-se com a produção do *clipping* eletrônico semanal “*De Olho na Política*”, com 05 edições; com a produção do boletim “*Contextus*”, de análise de conjuntura, também com 05 edições; com a reestruturação e manutenção do *site*, da *fanpage* no *Facebook* e do canal no *Youtube*; com a produção do caderno temático “*Democracia em crise: o Brasil contemporâneo*”, com tiragem de 1.400 exemplares; com a produção de *releases* e pautas variadas para a mídia sobre temas sociopolíticos, em parceria com as secretarias de comunicação da PUC Minas e da Arquidiocese de Belo Horizonte; e com a parceria com o Santuário São Judas Tadeu visando à criação de canais de comunicação no *site* e nas redes sociais dessa instituição para a formação no campo da fé e política.

Ainda no referido eixo, contou-se com o atendimento sistemático de variadas demandas de veículos de comunicação (jornais, emissoras de televisão e rádio, *sites*); com a produção de 10

vídeos sobre temas contemporâneos relevantes para divulgação em emissoras públicas e na rede católica de televisão, além da difusão nas redes sociais e em outras mídias digitais; com a pesquisa e elaboração de subsídio sobre violência e cultura de paz, enviado à CNBB para compor a seção “*Ver*” do texto-base da Campanha da Fraternidade 2018; com a participação em duas edições do programa “*Mundo Político*”, da TV Assembleia, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; com a participação semanal no programa “*Tribuna Livre*”, da Rádio América, com análises da conjuntura política; e com a participação em duas edições do programa “*Horizonte Notícias Entrevista*”, abordando as atividades do Nesp e o cenário político.

Foram realizadas parcerias institucionais com a CNBB; com o Instituto de Pastoral da Juventude da CNBB Leste II, com a consolidação da parceria voltada à formação de lideranças jovens; com o Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política, da Arquidiocese de Belo Horizonte, com a realização de módulos dos cursos “*Igreja e Sociedade*” e “*Educação Popular em Direitos Humanos*”; com os cursos de Jornalismo e Psicologia da unidade São Gabriel da PUC Minas, com a realização do Curso de Comunicação Social e com o planejamento do projeto “*Política das Minorias*”, a ser implantado em 2018 na referida unidade; com a Cáritas Nacional; e com o Movimento Mineiro de Fé e Política.

Por fim, o Nesp/PUC Minas realizou, em 2017, atividades diversas e externas ao demais eixos já expostos, são elas: renovação e estilização de sua logomarca, padronização de identidade visual, adoção de plataformas digitais compatíveis com as redes sociais e recriação de *site* com convergência de todas as mídias já produzidas para um mesmo espaço virtual; realização de reuniões periódicas com o Coletivo de Fé e Política, em parceria com o Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política, da Arquidiocese de Belo Horizonte, visando à articulação colegiada com grupos sociais que atuam no campo denominado “fé e política” e buscando potencializar a atuação do programa e aproximá-lo, cada vez mais, dos leigos atuantes e militantes nas diversas regiões episcopais; participação no encontro nacional do Movimento Nacional de Fé e Política, realizado no Rio de Janeiro, em abril de 2017; reunião na CNBB, em Brasília, no mês de agosto, com os representantes das 18 regionais da CNBB para discussão da Campanha da Fraternidade de 2018; participação no encontro da Conferência Episcopal Latino-Americana, no Peru; e realização de assessorias diversas a movimentos eclesiais no campo sociopolítico.

As informações do presente anexo foram extraídas do sítio eletrônico do Núcleo de Estudos Sociopolíticos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

ANEXO E – Câmaras municipais participantes do Parlamento Jovem de Minas 2017 por polos regionais

Quadro 4 - Câmaras municipais participantes do PJ Minas 2017 por polos regionais

Polo	Câmaras municipais
Central	Belo Horizonte (coordenação do polo), Betim, Curvelo e Ouro Preto.
Centro-Oeste	Divinópolis (coordenação do polo), Nova Serrana, Pains e Pará de Minas.
Médio Piracicaba	São Gonçalo do Rio Abaixo (coordenação do polo), Conceição do Mato Dentro, Itabira e João Monlevade.
Noroeste	Unai (coordenação do polo), Bonfinópolis de Minas e João Pinheiro.
Norte e Jequitinhonha	Montes Claros (coordenação do polo), Capelinha, Ibiracatu, Itamarandiba e Taiobeiras.
Sul de Minas I	Ouro Fino (coordenação do polo) e Extrema.
Sul de Minas II	Guaxupé (coordenação do polo), Poços de Caldas e São Sebastião do Paraíso.
Sul de Minas III	Varginha (coordenação do polo), Santana da Vargem, Três Corações e Três Pontas.
Sul de Minas IV	Pouso Alegre (coordenação do polo), Andradas, Cachoeira de Minas, Camanducaia, Cambuí, Carvalhópolis, Conceição dos Ouros, Córrego do Bom Jesus, Itajubá, Itanhandu, Machado, Maria da Fé, Paraisópolis, Santa Rita de Caldas e São Lourenço.
Triângulo	Iturama (coordenação do polo), Conceição das Alagoas, Limeira do Oeste, Uberaba e Uberlândia.
Zona da Mata I	Matias Barbosa (coordenação do polo), Carandaí, Juiz de Fora, Leopoldina, Madre de Deus Minas, Olaria, Rio Preto e Santos Dumont.
Zona da Mata II	Viçosa (coordenação do polo), Paula Cândido, Ponte Nova, Senhora dos Remédios, Ubá e Visconde do Rio Branco.

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do sítio eletrônico da iniciativa.

ANEXO F – Programação das atividades do Parlamento Jovem de Minas 2017

Quadro 5 - Programação do Parlamento Jovem de Minas 2017 (14ª edição) (continua)

Etapa	Período	Descrição
Preparação	25/08/2016 a 08/02/2017	Os estudantes do ensino médio discutem e escolhem o tema da próxima edição; as câmaras interessadas em ingressar no projeto acompanham a plenária estadual e seus representantes responsáveis pelo projeto participam do Curso de Formação Introdutória, na ALMG; em data posterior, todos os coordenadores dos municípios parceiros participam do Curso de Formação de Coordenadores, no qual as datas para o calendário de atividades de 2017 foram validadas, que também acontece na ALMG.
Implantação	01/12/2016 a 31/03/2017	Câmaras municipais assinam o Termo de Adesão ao PJ Minas, elaboram o planejamento das atividades nos municípios, definem quais serão as escolas participantes e mobilizam monitores e demais parceiros, como instituições de educação superior; acontece o lançamento oficial do projeto em cerimônia nas câmaras municipais.
Etapa municipal	03/04/2017 a 23/06/2017	Câmaras participantes mobilizam os monitores e os estudantes do ensino médio das escolas escolhidas, que participam de um programa de formação com quatro eixos: formação política, temática da edição, diagnóstico municipal e elaboração de propostas; os estudantes realizam a plenária municipal, na qual discutem e votam um documento de propostas sobre o tema da edição a ser encaminhado ao Legislativo municipal; algumas propostas são priorizadas e encaminhadas ao polo regional.
Etapa regional	24/06/2017 a 23/08/2017	Em cada polo regional, estudantes discutem, elaboram e votam a priorização de propostas que irão compor um documento consolidado por cada polo para ser encaminhado à coordenação estadual.

(conclusão)

Etapa	Período	Descrição
Etapas estadual	24/08/2017 a 31/10/2017 (plenária estadual: 20/09/2017 a 22/09/2017)	A coordenação estadual recebe os documentos de propostas dos polos e os consolida e os divulga em um documento único para a realização de estudos e debates pelos estudantes; após os estudos feitos em cada município, os representantes eleitos por seus pares se encontram para discussão das propostas e elaboração de um documento a ser encaminhado à Comissão de Participação Popular da ALMG; o objetivo é propor soluções e encaminhamentos ao Legislativo sobre o tema da edição; a atividade é conduzida pelas equipes da PUC Minas, da Escola do Legislativo e das áreas de Projetos Institucionais e de Consultoria Temática da ALMG.
Desdobramentos	24/09/2017 a 31/12/2017	Estudantes, coordenadores, monitores e demais parceiros acompanham a tramitação das propostas na Comissão de Participação Popular da ALMG; essa comissão transforma as proposições em propostas de ação legislativa e dá um parecer sobre elas, que podem virar requerimentos de providências e/ou de informações aos órgãos públicos e autoridades, emendas a projetos em tramitação ou projetos de lei.

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do sítio eletrônico da iniciativa.